

Defesa Nacional



VEREIRO
1957

NÚMERO
511

REVISTA DE ASSUNTOS MILITARES

E

ESTUDOS BRASILEIROS

Ministério da Guerra

DE JANEIRO

BRASIL

A DEFESA NACIONAL

FUNDADA EM 10 DE OUTUBRO DE 1913

Ano LXIV

BRASIL — RIO DE JANEIRO, FEVEREIRO DE 1957

N. 511

SUMÁRIO

CULTURA PROFISSIONAL

Págs.

Os regimentos inter-armas — Artigo do Ten.-Cel. De Galbert, traduzido da "Revue Militaire d'Informations".....	5
A margem da atualidade militar brasileira — Maj. Jonas Correia Nelo.....	19
O Serviço Agro-Pecuário do Exército — Ten.-Cel. Tasso Villar de Aquino.....	27
O Núcleo da Divisão Aeroferrestre atual e o seu Serviço de Saúde. Possibilidade de organização mais adequada — Maj. Méd. Dr. Nilsen Nogueira da Silva.....	33
Porta-aviões para a Marinha — Cmt. Leônicio Martins.....	41

CULTURA GERAL

A conjuntura nacional e os seus problemas vitais — Cel. Arold Ramos de Castro.....	55
Três problemas capitais do café — J. Testa (da Superintendência do Café).....	51
A Petrobrás e o reconceito balano — Palestra proferida pelo Eng. Geonísio Carvalho Barroso (Superintendente da Região de produção da Bahia) a convite do Cmt. da 6ª R.M., em Salvador.....	57
O domínio da bacia hidrográfica do Parna — Gen. P. Paula Cidade (segundo de uma série de três artigos).....	67
Fatores que envolvem atualmente a produtividade do trabalho — Conferência pronunciada pelo Dr. Jacy Montenegro Magalhães, em La Paz (Bolívia).....	79

DIVERSOS

Entrega do "Prêmio General Tasso Fragoso de 1956" — Discurso pronunciado pelo autor do trabalho laureado, Gen. Estevão Leitão de Carvalho.....	93
General João Ferreira Jonhson. Influência da graça divina na mocidade de um soldado turbulento — Gen. Silveira de Mello.....	97
Alguns dados sobre o Amazonas — Notas do falecido Gen. J. V. Sayão Cardoso.....	109

NOTÍCIAS MILITARES

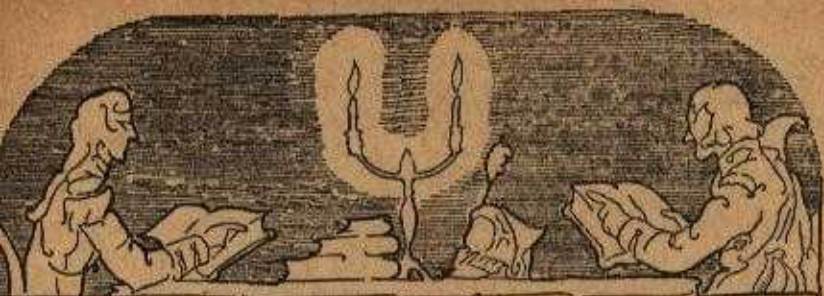
Entrega de dois submarinos da frota norte-americana ao Brasil — Estabelecimento de instalações para controle de profissões-teleguiadas em Fernando de Noronha — Participação do Brasil nas Forças da ONU desacadas para o Oriente Médio — Novos valores da etapa para esse ano — As grandes do Exército.....	117
--	-----

BRASILIANAS

Três Estados brasileiros produzem carvão mineral — Importação de alumínio — Conclusão das hidroelétricas de Macabu e Carangola — A importância do novo centro brasileiro de minério de manganez — Já vendida quase toda a produção de minério de 1957 — Aumentou a produção de aço em Ingolez — Indústria da eletrificação.....	121
---	-----

ATOS OFICIAIS

Decretos e avisos, de interesse geral para o Exército, publicados durante o mês de dezembro de 1956 no "Diário Oficial".....	129
--	-----



CULTURA PROFISSIONAL

OS REGIMENTOS INTER-ARMAS

Tenente-Coronel DE GALBERT
(Revue Militaire d'Information)

A criação dos agrupamentos táticos no quadro das divisões atuais provoca uma alteração completa das formações orgânicas. Não seria preferível reunir definitivamente sob o mesmo comando a equipa destinada a travar o mesmo combate?

É o que acaba de decidir o Comando ao criar os Regimentos Inter-Armas, ou R.I.A., que constituirão valiosos elementos da Divisão Mecânica Rápida constituída depois das experiências "Javelot" de 1953 e 1954.

O Regimento Inter-Armas receberá para as manobras a composição indicada no quadro publicado adiante.

MOTIVOS DA CRIAÇÃO DOS R.I.A.

Os R.I.A. foram criados para satisfazerem às condições prováveis de um futuro conflito e para constituírem uma equipa bem sólida e unida.

A ameaça atômica obriga a realizar a organização inter-armas num escalão nitidamente inferior ao agrupamento de vários milhares de homens.

Este efetivo deverá, de futuro, ser disperso por espaços vinte vezes maiores.

Nestas condições, a constituição "a pedido" dos agrupamentos encontrará grandes dificuldades e será sempre morosa. O apoio dado pelos diferentes regimentos de origem será realizado em distâncias maiores.

Uma explosão atômica, ainda que só destruísse uma parte do dispositivo, provocaria a paralisia do conjunto.

Vale mais realizar uma grande descentralização permitindo que os regimentos inter-armas vivam e combatam por uma forma autónoma, aceitando-se o inconveniente da sua composição a priori.

* *

Quanto à cooperação entre infantas, cavaleiros, artilheiros e engenheiros, em que o quadro moral mais poderoso poderia ela ser alcançada do que no seio de um regimento.

Se o agrupamento pertencer às forças de cobertura, a sua instrução

em tempo de paz deve ser orientada no sentido da preparação completa para a guerra, isto é, deve compreender a instrução inter-armas que corresponde à realidade do combate.

Esta tarefa será, de resto, facilitada pelos centros de instrução que o libertarão da formação inicial dos recrutas.

Poderia objectar-se que no final da campanha de 1944-1945 as diferentes armas haviam aprendido a cooperar no interior dos agrupamentos e subagrupamentos; mas este resultado fôra alcançado ao cabo de longos meses de preparação intensiva e de combates, não devendo fazer esquecer a flutuação inicial dos primeiros dias.

No início de um conflito, uma cooperação inter-armas defeituosa traria consequências muito graves para as tropas de cobertura.

Os agrupamentos táticos têm ainda outros inconvenientes: os seus comandantes comandam certas unidades que eles não administram, e administram outras que não comandam. A experiência mostra que, se o comando tático pode exigir os esforços ou os sacrifícios mais pesados, a influência determinante é conservada, em caso de dificuldade, pelo comandante orgânico. É ele quem informa dos seus quadros, quem os propõe para citações e quem representa os laços administrativos permanentes; só ele está em condições de conseguir que os seus homens ou os seus materiais vão até ao limite extremo das suas possibilidades, que ganhem o último quarto de hora de que depende o êxito.

Os R.I.A., amalgamando esta dupla hierarquia, favorecem a unidade e a eficácia do comando.

REFLEXÕES SOBRE A ORGANIZAÇÃO DOS R.I.A.

Indicamos a seguir as idéias que presidiram à constituição das unidades:

I — A tarefa dos comandantes de secção ou de pelotão em combate é muito difícil pois têm que assegurar o comando sob o fogo de todas as armas inimigas; isto torna complicados os atos mais simples.

É por isso que o volume destas pequenas unidades não ultrapassa o efetivo total de 32.

2 — Até ao mais pequeno escalão (incluindo a secção e o pelotão), o comandante é secundado por um adjunto (dispondo de uma viatura e dos mesmos postos de rádio), que é, em princípio, encarregado:

- de dirigir os elementos em reserva;
- de assegurar as ligações laterais;
- de se ocupar dos reabastecimentos;
- de reconhecer as posições à retaguarda na ação retardadora;
- de informar o escalão superior.

Isto permite que o comandante se dedique inteiramente à condução do combate.

3 — Os esquadrões, companhias e baterias só compreendem unidades do mesmo tipo com um único material de base: A.M.X., jeep, canhão, metralhadora e S.S. 10 (foguetes dirigidos).

Isto facilita a instrução elementar, a conservação, as reparações e o reabastecimento, permitindo conservar o espírito de arma que é um bom estimulante.

4 — Os encargos administrativos do capitão são notavelmente aligeirados. É o regimento que se ocupa do material e o distribui, que assegura a alimentação (viveres condicionados durante as operações) e que centraliza o estabelecimento dos vencimentos diários.

5 — Devido às novas dispersões, à sua motorização e ao alcance das suas armas (principalmente dos S.S. 10) e aos seus processos de combate na D.R.M., a infantaria recebe meios de transmissão idênticos ou análogos aos da arma blindada.

6 — O coronel que comanda o R.I.A. está normalmente em contacto directo com os seus capitães, o que permite uma execução mais rápida, e reflexos mais prontos do que com a existência de um escalão intermédio (demoras na transmissão, cifração e decifração, perigo de enganos); isto assegura ainda a plena utilização dos seus meios de comando.

No entanto, poderá destacar, para junto de um P.C. subordinado, um dos seus adjuntos com uma missão de comando temporária, para coordenar localmente a ação de várias unidades, o que não aumenta as demoras nem as necessidades em meios de transmissão.

7 — Os meios rádio foram previstos para que cada comandante possa ouvir qualquer rede subordinada.

Isto permite-lhe ser imediatamente informado de uma ação que se desenrola numa zona crítica e fazer avançar a sua decisão de alguns minutos que podem ser decisivos.

8 — Com o fim de simplificar por todas as formas a logística, o número de tipos de armas e de viaturas foi reduzido ao mínimo, conquanto isto apresente certos inconvenientes no plano tático. Mas há que realizar grandes esforços neste sentido.

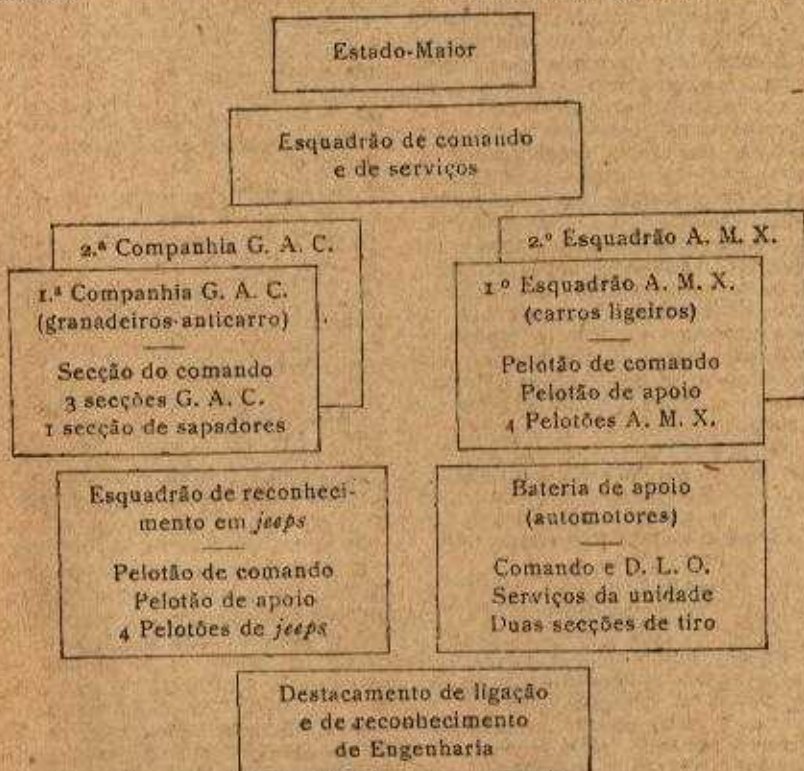
É no seio do regimento que se faz a mistura das unidades segundo as necessidades do momento.

Os cinco capitães comandantes de esquadrão ou de companhia devem ser instruídos na prática do comando de formações mistas, às quais a sua unidade dá a estrutura e o caráter predominante.

Um capitão de infantaria, em contacto com o inimigo, conta em geral com o reforço de um pelotão de carros A.M.X. e com o apoio dos fogos de toda ou de parte da bateria de apoio.

Reciprocamente, um capitão de blindados pode, na marcha para o inimigo, dispor de um pelotão transportado em jeeps e de uma secção de sapadores ou de G.A.C.

O coronel manobra, portanto, além da sua bateria, com cinco peões cujo volume, da ordem de 200 homens, se situa entre o agrupamento blindado (um esquadrão de



carros e uma companhia de infantaria) e o destacamento misto (um pelotão e uma secção).

Os capitães atuam, assim, com três, quatro ou cinco elementos de combate com propriedades complementares.

Esta articulação dá, tanto ao coronel como aos seus capitães a possibilidade de arejar muito largamente o seu dispositivo e de manobrar com bastante flexibilidade.

Estas modificações na estrutura das formações de combate apenas apresentam inconvenientes mínimos, visto se verificarem no interior de um mesmo corpo, sob a autoridade tática e orgânica de um mesmo coronel, entre homens que se conhecem perfeitamente e que já em tempo de paz se tinham preparado em conjunto para o combate.

EMPREGO DAS UNIDADES DE COMBATE DO R.I.A.

Os exemplos dados a seguir sobre o emprego das pequenas unidades referir-se-ão a uma missão de cobertura, quadro inicial da sua ação num conflito eventual.

Isto permitirá estudá-las em cada posição de espera em dispositivos que, de resto, voltarão a encontrar-se sobre cada objetivo na manobra ofensiva.

Deve notar-se que a missão do R.I.A., na cobertura, sobre uma frente de sete a oito quilómetros não é deter um ataque inimigo. A sua missão consiste em quebrar, por meio de defesa móvel, o ritmo rápido do avanço do inimigo, levando-o à cadência de um avanço de infantaria.

Para realizar um avanço profundo, o inimigo terá que se concentrar, criando assim alvos susceptíveis de merecer a ação dos fogos clássicos ou dos nucleares.

A COMPANHIA DE GRANADEIROS ANTICARRO

Colocada sob as ordens do seu capitão, assistido por um segundo comandante, a companhia compreende:

- uma secção de comando;
- três secções G.A.C.;
- uma secção de sapadores.

As secções G.A.C., equipadas com viaturas para todo o terreno, são formadas por várias equipas de granadeiros (metralhadoras e lança-foguetes) e por duas equipas anti-carro armadas com S.S. 10. Este projétil-foguete pode ser disparado da viatura ou do solo. Vai desenrolando atrás de si dois fios que permitem ao "piloto" dirigi-lo, graças ao seu fogo tracejante, por meio de um aparelho de comando pouco volumoso.

A sua velocidade de voo é de 80 metros por segundo, ultrapassando o alcance de 1.500 metros; nenhuma blindagem lhe resiste.

A sua colocação em bateria em contra-encosta ou detrás de uma máscara, impede o adversário de observar o seu disparo, e a tripulação do carro alvejado só vê o projétil no último momento.

Esta arma temível dá à infantaria o meio que lhe faltava para destruir os blindados a boa distância.

Mas há todo o interesse em combinar o emprego do S.S. 10 com o canhão do A.M.X. visto que estas duas armas, de características muito diferentes, se completam perfeitamente.

A secção de sapadores é transportada nas mesmas viaturas para todo o terreno, tendo cada uma delas uma geradora que faz funcionar picaretas, pás mecânicas, uma bomba e uma serra elétrica. Este material permite minar rapidamente uma estrada ou uma ponte, abrir seteiras num muro, fazer buracos em terreno duro, encher jangadas ou preparar abatisses.

Cada equipa dispõe ainda de explosivos e de minas, assim como de aparelhos detetores de radioatividade.

Terminada a sua função de sapador, a secção pode cumprir uma missão de infantaria normal num terreno coberto em que o S.S. 10 não possa ser utilizado.

* *

O papel da infantaria do R.I.A., em todas as fases ofensivas, é comparável ao dos batalhões transportados das divisões blindadas.

Por exemplo, numa guarda-avancada, a infantaria desloca-se com o pelotão blindado de testa, pronta a sair das viaturas para tomar uma barreira, atravessar uma zona arborizada, limpar uma localidade, manobrar uma resistência inacessível aos blindados, ou assegurar a sua protecção durante a noite.

São as missões clássicas de acompanhamento imediato dos carros.

A experiência de 1954 incidiu principalmente sobre as missões de cobertura ou de detenção, na ofensiva; trata-se de um emprêgo inteiramente novo a que, apesar de todas as dificuldades, as companhias G. A. C. corresponderam perfeitamente.

Amplamente articulada, a infantaria do R. I. A. conserva os pontos essenciais do terreno onde o coronel deseja travar o combate: ele pode, assim, colocar em reserva a maior parte dos seus A. M. X.

Isto permite assegurar, de dia, a observação continua de toda a zona, iniciar os fogos da artilharia ou da aviação e fazer intervir as reservas blindadas da companhia ou do R. I. A.

A dispersão da secção não deve ultrapassar trezentos metros, para permitir que o seu comando seja convenientemente assegurado.

* *

Como pode faltar o tempo para organizar o terreno, escolhem-se, de preferência, os pontos que oferecem abrigos naturais e acessos cobertos, tais como quintas, aldeias, acidentes de terreno e zonas arborizadas.

A fim de impedir os reconhecimentos motorizados do adversário, sem descobrir o dispositivo, as secções poderão destacar para a frente um posto ou uma patrulha como "campanha de alarme".

A companhia ocupa uma zona cuja largura pode atingir 800 a 1.500 metros, e com uma profundidade sensivelmente igual. Constitui, assim, o que os capitães chamam um "polígono de segurança", significando com isso que as reservas podem dirigir-se para ali e manobrar no meio de observatórios amigos e utilizando as suas informações.

O pelotão de carros A. M. X. é colocado no centro, como uma aranha no meio da teia, pronto a atacar em qualquer direcção (ver croquis n. 1).

Se uma secção for atacada, há todo o interesse em que os A. M. X. não se dirijam para a sua posição, o que provocaria uma concentração vulnerável, mas sim para um dos flancos ou para a retaguarda, com o fim de favorecer a surpresa e provocar uma diversão. O essencial não é a presença dos carros ao lado dos infantes, mas a eficácia do apoio de fogo sobre os objetivos que os ameaçam.

* *

Esta intervenção pode permitir a retirada da secção, cuja missão não consiste geralmente em deixar-se fixar a curta distância. A retirada não faz cessar o combate, mas permite que se constituam, à retaguarda, outras resistências que obrigam o inimigo a renovar contactos difíceis e demorados.

A retirada é um ato de combate.

Se o dispositivo da companhia tiver podido ser reconhecido pelo inimigo durante o dia, é necessário não passar a noite nas mesmas posições e ir ocupar outras mais à retaguarda ao anoitecer.

Pode ser aplicado um processo, utilizado na Indochina, para verificar as ações noturnas do adversário: deixam-se à retaguarda equipas de dois ou três homens, que tentam seguir a distância o avanço do inimigo, assinalando-o por meio de foguetes.

Um dos ensinamentos mais construtivos da experiência foi a aptidão da mesma infantaria para esse emprêgo numa grande frente, e que lhe valeu a designação de "infantaria de postos avançados".

Este termo define exatamente as qualidades de curiosidade, de iniciativa e de tenacidade que lhe são necessárias; no entanto, ao contrário do que sucede com um posto avançado clássico que nada tem a esperar das forças situadas à sua retaguarda, todas as unidades do R. I. A. devem estar animadas da determinação de irem auxiliar a secção G. A. C. que se encontra em dificuldades.

Já não é o posto avançado que retira sistematicamente, são as forças principais que se dirigem para ele, para o combate defensivo. Todo o espírito "Javelot" reside nisto, nele se cifra o fundamento moral deste combate que assenta inteiramente na compreensão mútua, na confiança e no auxílio recíproco.

O ESQUADRÃO DE CARROS LIGEIROS A.M.X.

Sob as ordens de um capitão comandante, tendo como segundo comandante também um capitão, o esquadrão de carros ligeiros A.M.X. tem a composição seguinte:

- um pelotão de comando;
- um pelotão de apoio;
- quatro pelotões de combate.

O comandante de pelotão A.M.X. dispõe de um adjunto, de um grupo de esclarecedores e de duas secções de blindados.

Durante o avanço, são as unidades de A.M.X. que desempenham a função principal, dada a aptidão para se infiltrarem (pequeno alvo e características todo o terreno) e o seu fogo rápido e poderoso.

É, assim, que um pelotão A.M.X. marcha na testa da guarda avançada, precedido pelos jeeps que são lançados como cães de caça.

A primeira secção é sempre colocada de forma a podê-los apoiar com os seus fogos; a segunda mantém-se pronta a apoiar os elementos que a precedem, quer de uma posição dominante, quer deslocando-se lateralmente para desenvolver o máximo poder de fogo ou tentar o envolvimento de uma resistência.

Em qualquer circunstância, os elementos do pelotão não devem perder a ligação à vista a fim de poderem apoiar-se sempre reciprocamente.

* *

Quando o R.I.A. se detém, a infantaria organiza-se e o coronel põe em reserva, o mais rapidamente possível, os elementos blindados que cobriam o avanço.

Desta forma, a quase totalidade dos elementos blindados pode ser mantida à disposição do coronel

para atuarem com poder, e se possível por surpresa, conforme as informações dadas pela aviação e pelos elementos em contacto (regimento de reconhecimento, esquadrão de jeeps, companhias G.A.C., etc.).

Para o emprego desta reserva, surge prontamente ao espírito uma expressão *cômoda* e frequente: "lançar os carros em contra-ataque". Mas ela necessita de ser explicada.

Se consistir em aproveitar um avanço imprudente do inimigo ou o seu esgotamento para o repelir com decisão, essa oportunidade deve ser aproveitada e explorada a fundo.

Se, pelo contrário, se tratar de uma ofensiva inimiga preparada e executada com meios poderosos de choque e de apoio, uma ação deste tipo, que ficaria colocada sob as vistas e os golpes de qualquer dispositivo de ataque, tem todas as probabilidades de fracassar, porque junta à inferioridade dos meios a vulnerabilidade de um defensor que se desmascara.

Para esta última eventualidade, preferiu-se a expressão "ação de detenção" à de contra-ataque, para se designar o movimento mascarado dos A.M.X. para posições de tiro favoráveis.

A ação de detenção consiste em ocupar com rapidez, e se possível por surpresa, posições de tiro reconhecidas, no momento em que o adversário chegou a bom alcance.

O fim em vista consiste em abrir fogo só pelo seguro, todos conjuntamente, com engenhos largamente dispersos, concentrando por uma forma maciça os seus tiros, e mudando depois de posições para multiplicar os efeitos do fogo.

Este resultado só pode ser alcançado se os quadros do esquadrão A.M.X. efetuarem numerosos reconhecimento no terreno e junto das outras unidades para estarem prontos a fazer face a todas as possibilidades de ação inimigas.

Os itinerários de acesso são assinalados, e devidamente arranjadas as passagens difíceis. Preparam-se as diferentes posições de tiro, primeiro sumariamente (limpeza dos campos de tiro e camuflagem), e



Fig. 1 - A companhia de granadeiros antiaéreo reforçada por um A.M.X. sobre o terreno

depois a fundo (posições enterradas para os carros, só deixando sobressair a torre).

Para preparar uma parada mínima o mais depressa possível, o capitão começa por fixar as intervenções de cada pelotão segundo uma direção preferencial (ver as grandes flechas do croquis n. 2) que será permanentemente vigiada por um posto ou uma patrulha de jeeps.

A seguir, estuda as ações de todo o esquadrão, as quais devem ser sempre objeto de um exame cuidadoso. Elas são depois reconhecidas pelos executantes.

* *

O funcionamento deste mecanismo assenta no alerta. Além das informações fornecidas pelas unidades em contacto (esquadrão de jeeps, companhias G.A.C. e observadores de artilharia), é indispensável que cada uma destas ações de detenção possa ser lançada a tempo por um dos elementos em jeeps do esquadrão, largamente desenvolvido.

As ações de detenção foram indicadas no croquis n. 2, por um só objetivo, mas é evidente que a ação dos A.M.X. deverá ser mais ou menos profunda segundo a posição do inimigo.

Por outro lado, o esquadrão não terá que se dispor segundo esta linha, devendo conservar pelo menos um pelotão à retaguarda para facilitar as rupturas de contacto ou poder intervir sobre os flancos.

A organização do esquadrão em quatro pelotões permite esta articulação em profundidade, ainda que tenha destacado um pelotão para junto de uma companhia G.A.C.

Se o avanço inimigo se realizar, por exemplo, pela direita contra a 2ª companhia G.A.C., o 1º esquadrão A.M.X. terá todo o interesse em intervir de flanco, atuando a partir da posição "ação de detenção C" ou mesmo da posição da 1ª companhia G.A.C.

BATERIA DE APOIO

A bateria de apoio compreende:

- comando e D.L.O.;
- os Serviços da bateria;

— duas secções de três canhões automotores.

Experimentaram-se dois tipos de bateria. Um estava equipado com o obus de 105 montado sobre chassis A.M.X., o outro com o morteiro de 120 montado sobre chassis de autometralhadora.

Foi escolhido o obus automotor de 105. Ainda que o seu projétil não seja tão poderoso, o alcance de 14 quilómetros e meio, em vez de seis, permite-lhe mudar menos vezes de posição em todos os casos de guerra de movimento. Além disso, tem uma gama mais completa de munições e a sua intervenção é bastante mais rápida.

A sua presença no R.I.A. terá a vantagem de limitar o material sobre lagarta ao chassis M.A.X. e de tornar mais fáceis as operações de manutenção, de reparação e de substituição das suas peças.

Os morteiros de 81 não foram conservados no R.I.A. em virtude do seu limitado alcance, e do abastecimento com um tipo de munição suplementar.

A bateria de apoio tem, portanto, que fazer face, tanto à tarefa que pertence a estes morteiros como à que pertence à G.C.I. ou ao pelotão de obuses dos regimentos clássicos.

Sendo a única unidade capaz de fornecer trajetórias curvas, de que o coronel comandante do R.I.A. dispõe, desempenha no selo deste regimento um papel fundamental.

As transmissões foram calculadas para permitirem aos observadores da bateria pedir e regular os tiros de reforço.

O ESQUADRÃO DE RECONHECIMENTO TRANSPORTADO EM JEEPS

O esquadrão de reconhecimento transportado em jeeps é comandado por um capitão, tendo como segundo comandante outro capitão. A sua composição é a seguinte:

- um pelotão de comando;
- um pelotão de apoio;
- quatro pelotões de combate.

Estes últimos são formados por três patrulhas armadas com metra-

lhadoras e lança-foguetes e por um grupo de S.S. 10 também montado em jeeps.

No final das primeiras experiências, o R.I.A. não tinha este esquadrão. Mas a sua presença revelou-se indispensável pois constitui, nas mãos do coronel, o instrumento da sua prudência e da sua audácia.

No escalão da divisão mecânica rápida, os helicópteros e o regimento de E.B.R. correspondem muito bem à necessidade de segurança, mas devem ser reservados à pesquisa das informações que interessem ao general-de-divisão.

Esta orientação prioritária não deve ser prejudicada pelo receio de deixar os R.I.A. descobertos, e é por isso que cada um deles recebeu este esquadrão que lhe permite deixar de andar às cegas.

Além disso, articulado na frente ou nos flancos do R.I.A., o esquadrão poderá notar as oportunidades de "golpes remuneradores", executando aqueles de que é capaz e orientando o regimento para os outros.

Desta forma, o esquadrão de jeeps é empregado nas diferentes situações em que pode encontrar-se o R.I.A. Trata-se principalmente de procurar seguir e justigar o inimigo de frente, de flanco e sobre a sua retaguarda, de o deter, atacar e perseguir.

— Na procura do inimigo, o esquadrão permitirá que o coronel conduza a manobra ou desenvolva o regimento no momento e no ponto desejados.

— Durante a defesa móvel, o esquadrão pode cobrir um flanco ou um intervalo, ou então, se combater numa zona favorável ou se for reforçado com A.M.X., participar na manobra de detenção.

— Se o regimento lançar uma ação de detenção, ou contra-ataque mais profundo; o esquadrão esclarece a sua marcha, cobre os seus flancos ou as linhas de comunicações.

— Se o dispositivo inimigo tiver sido flanqueado ou atravessado, o esquadrão pode receber a missão de paralisar em profundidade as retaguardas, utilizando a fundo a flui-

dez e a mobilidade do seu material. Trata-se de uma verdadeira ação de "comandos", a realizar de dia e de noite.

Durante as experiências, o esquadrão de jeeps demonstrou um notável espírito ofensivo, adaptando-se muito bem às diferentes missões.

1 — MARCHA PARA O INIMIGO DO R.I.A.

A marcha para o inimigo tem o seu lugar não só nas operações de cobertura de caráter geral defensivo, como ainda num ambiente de ofensiva que pode ir até à exploração.

Em qualquer caso, o comandante do R.I.A. não pode sujeitar-se a ser surpreendido em flagrante delito de movimento num combate de encontro, devendo estar sempre em condições de "cair em guarda".

Um empenhamento por surpresa faz com que o R.I.A. perca o benefício da sua particular aptidão para a manobra larga e rápida de um inimigo reconhecido; além disso, os seus S.S. 10 são empenhados antes de terem podido ser instalados nas posições que assegurariam o seu pleno rendimento.

A primeira preocupação do coronel será, portanto, evitar um tal empenhamento; ela traduzir-se-á:

- na utilização muito ampla que fará da informação terrestre e aérea;
- no dispositivo que fará adotar ao regimento; este dispositivo deve permitir que cada uma das unidades assegure pela melhor forma a sua missão própria na eventualidade de um combate de encontro.

A Infantaria

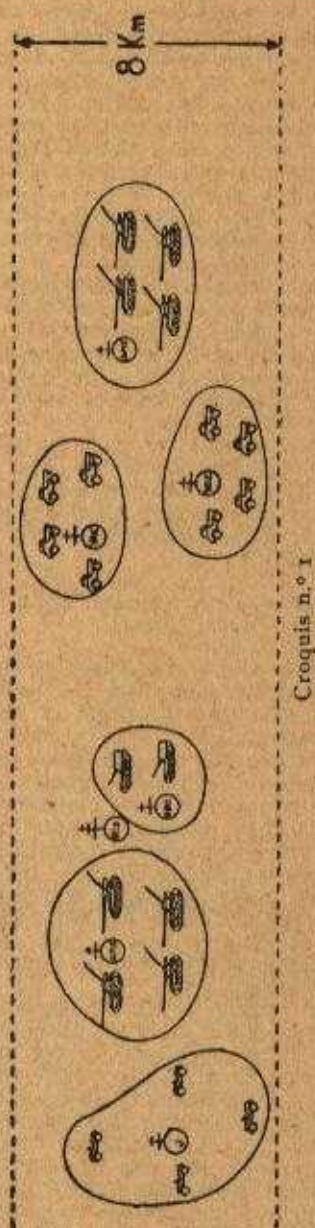
A "queda em guarda" do R.I.A. no momento do encontro com o inimigo é executada pelas companhias de granadeiros anticarros.

Estas deverão estabelecer-se rapidamente no terreno para constituírem a zona de base a partir da qual os blindados manobrarão.

É, portanto, conveniente realizar, durante o avanço, um desenvolvimento em largura da infantaria fa-

2.º Escalão

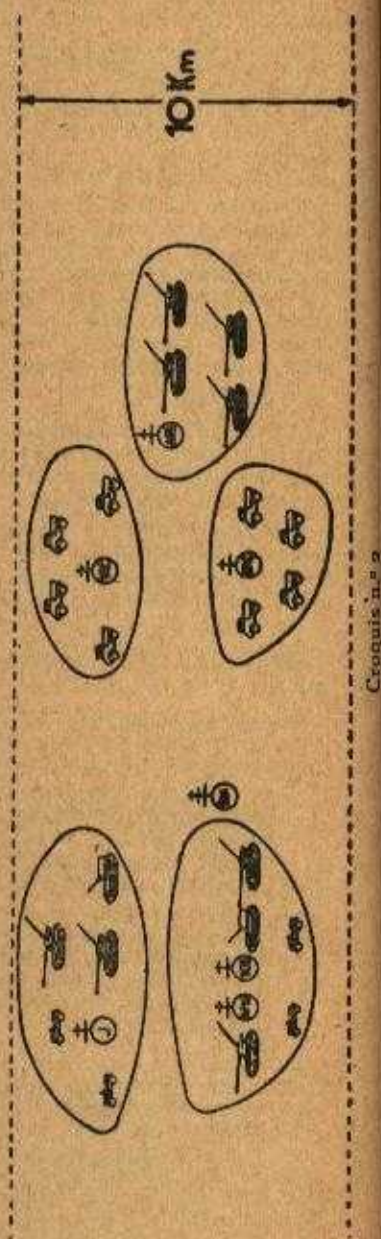
1.º Escalão



Croquis n.º 1

1.º Escalão

2.º Escalão



Croquis n.º 2

estreitos (da ordem de cinco quilômetros), as unidades poderão mesmo seguir-se, sendo o esquadrão de carros de reserva enquadrado pelas companhias G. A. C.

Croquis n. 2 — O terreno pode apresentar dois corredores de penetração distintos. Torna-se difícil o comando em largura de uma única guarda avançada. A solução consiste em dividir o escalão avançado em dois elementos semelhantes, às ordens dos capitães que comandam o esquadrão de jeeps e o 1º esquadrão de A. M. X., sem se modificar o 2º escalão. Os elementos do escalão avançado poderão intervir imediatamente sobre os seus eixos, precisar a informação pelo fogo, e prestar-se, em caso de necessidade, um auxílio recíproco.

Croquis n. 3 — O primeiro dispositivo estudado (croquis n. 1), por vezes imposto pelo terreno, apresenta dois inconvenientes, inerentes à extensão da coluna:

- tempo de escoamento;
- demoras de desenvolvimento.

O dispositivo do croquis n. 3 tenta responder a estas duas objeções: o grosso do regimento encontra-se numa formação já desenvolvida; o tempo de escoamento é reduzido ao mínimo.

A exemplo do croquis n. 1, o esquadrão de jeeps pode ainda ser largamente articulado para a frente para reconhecer as futuras posições do regimento e estabelecer-se nelas; no entanto, o terreno que lhe é atribuído torna difícil a ação do seu capitão e não lhe podem ser fornecidos imediatamente os apoios de fogo.

Croquis n. 4 — Este dispositivo é uma variante do anterior. A ameaça inimiga faz-se sentir sobre o flanco direito; o coronel faz-lhe face por meio de uma forte cobertura nessa direção.

O grosso articulado como anteriormente, tem o flanco esquerdo avançado, e está pronto a cair em guarda à direita, no caso de encontro com o inimigo.

(Continua)



A MARGEM DA ATUALIDADE MILITAR BRASILEIRA

Major JONAS CORREIA NETO

Do 3º BA 75 Mon. — Curitiba

1ª PARTE

A CRISE

A) O fenômeno geral:

O Exército Brasileiro está em crise!

Poderíamos dizer que não se acha sozinho nela, que ela atinge, igualmente, as outras Forças Armadas; que todas as nossas Instituições, civis e militares, dela se ressentem; que ela é, também, um reflexo da imensa crise geral, que acomete o mundo moderno; — crise esta que não é mais do que a resultante, ainda que deturpada, de erros tremendos, de injustiças gritantes, de ânsias mal sopitadas, pelo correr do tempo.

Isso não constitui novidade, então: vem-se observando de há muito, avoluma-se constantemente, às vezes mesmo tem eclodido, com conseqüências profundas mas não definitivas; e interfere persistentemente nas bases mais tradicionais, boas ou não, dos vários ramos de atividades humanas, e as vai solapando incontrolavelmente, sem poupar nem o que de melhor nelas existe.

A crise é universal e total. Tem sido apontada, revelada, estudada por homens de pensamento, pertencentes às mais diversas correntes de vida, de cultura, de credos políticos e religiosos. Soluções já têm sido indicadas e tentadas, e têm falhado, por insatisfatórias, parciais ou embusteiras; — e elas continuarão ineficazes, porque a crise é grande demais, e chegou longe demais...

É um estado de coisas que não admite uma definição singela, nem

limitações didáticas à sua expansão real; não pode ser situado num só plano de causas e efeitos, em que sanadas aquelas, cessassem estes; não se prende, separadamente, a problemas sociais, culturais, econômicos, ideológicos, morais, e a outros, e a outros, — antes, liga-se a todos, interdependentes que são, e o círculo vicioso formado amplia-se a cada passo, ameaçando a estabilidade mundial.

Haverá remédio para o mal? Mas, qual, originário de onde e de quem, aplicável como e quando? O tempo reclama...

Não pretendemos doutrinar, onde autoridades têm fracassado, no exame minuciosos dos fatos e no defrontá-los na prática; entretanto, estamos convencidos de que seja o que for, a crise, caso se queira fazê-lo, com a condição de que a serviço dessa causa se ponha toda sinceridade, toda energia e, principalmente, a máxima compreensão da evolução vigorosa do espírito humano; porque esta é a formidável mola do progresso, e é força que respeitada e orientada promete ramos luminosos, mas relegada, ofendida, contrariada brutalmente, torna-se perigosíssima.

Há alguns pontos que nos animamos a sugerir. Primeiro — que as medidas que se tomem sejam logo de âmbito mundial, pois a tenuidade das fronteiras já não comporta ações isoladas, em problemas globais. Segundo — que se aproveitem, sem complexos, as idéias avançadas sugeridas pela própria crise, especialmente no setor econômico-social; porque, se assim não for feito, manteremos em mãos impró-

prias uma arma poderosa, a qual, só por si, poderá contrabalançar o nosso esforço construtivo; nem tem sido outra, até hoje, a de que o comunismo tem-se valido, maxime nos países subdesenvolvidos. Terceiro — bem... cada qual deverá dispor-se a ceder um pouco, em poderio, riquezas, vaidades, ambições; não será muito prejuízo, se considerarmos que conservar tudo isso, agora, talvez acarrete perdas irreversíveis, até da vida, em futuro difícil de pre-estimar-se.

A revolução está em marcha — ninguém se iluda. Quicá seja desencadeada pelo desvario comunista, em desespero de causa; mas nos parece muito provável que os vermelhos da primeira hora sejam depressa superados pelas massas sem coloração partidária — pelas massas exaltadas no sofrimento, desesperadas na incultura — cujas tendências naturais, por enquanto reprimidas, cujas revoltas explicáveis e complexos humanos, hão de alagar também o imediatismo soviético no mar de horror em que se engolfe a civilização terrena.

Engolfar-se para sempre? É de crer-se que não: a História nos sugere que não! Mas, quando e como se reencontrará a humanidade?... De toda maneira, eustará a refazer-se.

Cabe-nos porfiar em arrumar as coisas, antes que degridem; cabe-o a nós todos, quantos temos cultura, honestidade e vontade de trabalhar, — já que têm sido justamente a ignorância, a desonestidade, a timidez e a preguiça, talvez, as maiores responsáveis pelo que por aí anda. E como a limpeza deve sem começar pela própria casa, imponhamo-nos o cultivo daquelas qualidades citadas, que, longe de serem as únicas, são porém fundamentais; e depois, voltemo-nos para as nossas profissões e façamos por dignificá-las mais e mais, limpando-lhes o campo para o advento duma era mais sadia.

B) A crise militar:

O Exército é a nossa vida — nossa, dos que trabalhamos pelo Brasil, servindo-o, e ao fazê-lo garantindo,

ipso-facto, a tranquilidade das nossas famílias. Se ele está atingido pela crise, nós sentimos os reflexos. E como os vimos sentindo, nestes últimos tempos... É duro de enumerá-los, mas elas estão patentes: crise de autoridade, crise de decência, crise de disciplina, crise de honestidade, crise de entusiasmo profissional, crise de vontade de estudar e de trabalhar, crise de... Deus! quantas!... Então, será a queda vertical de tudo quanto outrora constituía o "panache" dos militares?

Não — e não!

Negamo-nos a aceitá-lo. Ainda não deve ser o fim da nossa instituição armada, esteio indiscutido da Nação. Mas não exageremos em dizer que há pressa numa volta a velhos princípios tradicionais, alicerces da organização militar, hoje relegados, quando muito, a simples palavrrório, vazio porque contradito por atitudes e práticas assombrosamente frequentes.

O que se vê no Exército é mais ou menos o que se encontra na Marinha, na Aeronáutica e mesmo nas Forças Auxiliares. Insistimos em que a infiltração do mal não tem barreiras. Não pretendemos desencavar, para expô-los, os motivos todos dessa situação; alguns são bastante conhecidos; outros, difíceis de precisar, embora atuantes permanentes entre os descabros que vêm rolando sem tropeços, pelo Brasil. O fato é que já há perigosas brechas na velha fortaleza moral das Forças Armadas: temos de tamponá-las urgentemente.

2ª PARTE

ALGUNS ASPECTOS VERDADEIROS

A) Preliminarmente, amemos a carreira das Armas, lembrando-nos de que amor platônico não cabe aqui: tem de ser amor ativo, afirmado e revigorado a cada instante, completo nas inigualáveis alegrias que ela nos proporcione, tanto quanto nos inevitáveis dissabores, que às vezes nos reserve. E amor integral! Ao militar não é lícito selecionar alguns aspectos da profis-

são, que mais lhe agradem, e não apreciando os demais ignorá-los a seu talento. Quem assim procede é, quanto tanto, um meio-militar... Aliás, esse tipo se encontra mais amiúde do que se poderia pensar. Vamos citar, como exemplo, um caso, impessoal mas contatado: há ótimos especialistas em motomecanização — oficiais e sargentos — que dão o máximo de si nas tarefas técnicas, mas evitam sistematicamente, mostram-se mesmo contrariados, quando devem sair das suas atividades de oficina. Tomar parte num exercício ou desfile, assistir a uma conferência sobre assunto militar, representar o Corpo numa solenidade (pior, tendo de comparecer fardados...) — são coisas que eles vêm como sacrifícios, e que alguns chegam a encarar como uma concessão que fazem, e a que não são obrigados. Ora, há um evidente desajustamento desses elementos, que podem ser mecânicos consumados, porém não bons militares — ou melhor: são mais mecânicos do que soldados...

B) Entramos, quase sem sentir, noutra aspecto capital: o do *entusiasmo pelas coisas militares*. Dia a dia, torna-se ele mais mortífero. Não se contam somente por dezenas os oficiais (para só falar da nata), muitos ainda no início da carreira, que se confessam totalmente desanimados, descrentes, desinteressados por tudo quanto representa as nossas mais caras tradições, que afinal nos caracterizam como partes dum conjunto e nos distinguem — por dentro e por fora — dos nossos concidadãos civis. Militares como esses enxergam por lentes ajustadas às suas conveniências e por isso chegamos a um doloroso panorama de desleixo e descaso, sobressaindo-se nas manifestações exteriores, muitas até escuras, e nas quais destacaremos, por importantes sobremaneiras, as seguintes:

- beleza e garbo dos uniformes;
- brilho e imponência das formaturas;
- canto de canções patrióticas e militares;

- presença de símbolos (notadamente da espada);
- uso de distintivos (de Cursos e de Unidades);
- uso de condecorações;
- prestação atenta dos sinais de respeito e das continências.

Não queremos deixar de juntar alguns comentários a certos pontos enumerados. Primeiro: quanto às condecorações. Esta se fazendo necessária uma intervenção no assunto, para que se possam novamente usar, com orgulho, as que tiverem sido realmente conquistadas. Porque há uma inflação de medalhas! Medalha disto, medalha daquilo, até de ordens honoríficas as mais estranhas e engraçadas, chegam por aí; ainda se houvesse critério nas distribuições, vá lá; ainda se fossem doadas, concedidas, vá lá. Mas o que são é negociadas, vendidas em bloco, às duas e três, e a baixo preço, com diplomas pré-assinados, e por sua vez vendidos ou mimoseados. É uma vergonha, que desmoraliza as medalhas de valor real, niveladas todas num monte de fitas e metais sem nenhuma expressão, e tornam inexpressivo o seu uso, pondo em ridículo as pessoas que inflam os peitos a seu peso, quando se sabe o custo de cada uma.

Segundo: quanto ao uso da espada. Fala-se em abolir definitivamente do Plano de Uniformes. Por que? Porque os norte-americanos não usam? Porque é um trabalho? Ou simplesmente porque nos falta a vibração que tinhamos antes?... Ora, se os norte-americanos não usam espada, isto é lá com eles; nós sempre usamos: devemos continuar usando. Trambolho não é, ou antes — é — o tanto quanto um capacete ou um equipamento completo; as ocasiões em que se previa o seu uso eram, quase todas, passadas nos quartéis, o que simplificava os problemas de condução, inerentes aos grandes centros. Minguava a nossa vibração? Sim, é isto: já não vemos a espada de oficial como aquela que prometemos "tornar digna das virtudes encerradas no Sabre de Ca-

xias", quando por ela substituímos o nosso Espadim de Cadete. Vamos abandonando inconscientemente nossos usos mais antigos, singelos e gratos, entregando-nos ao materialismo e ao macaquismo, sem vermos que sepultamos nossas melhores reservas de forças morais, enquanto outros povos se esmeram em criar motivos de exaltação, se os não possuem. Mas... tanta importância à espada, que não tem sequer emprêo bélico?... É que a espada é um símbolo, e aqui resume, para nós, uma quantidades de pequenos símbolos e tradições que temos desprezado, e que isoladamente podem não valer muito, mas reunidos são parcela altíssima na manutenção da nossa moral militar, na forma como no Brasil ela deve vicejar.

Terceiro: quanto às continências e sinais de respeito. Ah! Como isto anda torto... Nota-se quase a preocupação de não prestigiar os mais graduados, quando deveria ser — tem de ser — exatamente o inverso. Mormente entre os oficiais e sargentos é que mais isso se faz sentir; parece que há um complexo, uma inibição qualquer, que faz com que um tenente não goste de prestar continência a um capitão, ou de conceder-lhe as honras normais, sempre que oportuno. É regulamentar, não é favor, é obrigação; entretanto, às vezes por causa dum falso conceito de adulação, o subordinado prefere bancar o distraído, se não age acintosamente. E qual a atitude do superior? Exigirá aquilo a que tem direito, e que tem o dever de exigir, sob pena de também incorrer em falta? Não, na maioria dos casos, ou por comodismo ou porque costume proceder desse modo em relação aos seus próprios superiores. E assim se forma uma cadeia de relaxamento, sumamente perniciosa, que se reflete no procedimento dos graduados e soldados, enfraquecendo um dos pilares mais rijos dos nossos fundamentos hierárquico-disciplinares. Repassaremos breve este assunto, quando fizermos referência às repartições burocráticas.

Mostramos, pois, quanto andam mal os nossos aspectos exteriores,

e quanto é culpado disto o escasso entusiasmo de certos oficiais; oficiais que podem ser, até, muito competentes profissionais, embora isto não baste: ousamos afirmar que o Exército — o brasileiro — precisa tanto, ou mais, de vibração pela carreira do que de sapiência! Porque aquela, em geral, compensará as limitações desta, enquanto que o saber hermético, teórico, sem vivacidade, de pouco nos servirá na grande missão aglutinadora e patriótica que nos compete.

C) Exército teórico:

Agora abordaremos outro ponto importante: o *interesse pela profissão*, no que ela exige pelo binômio teoria-prática. Dinômio, do qual isolar-se um termo será prejudicar a harmonia do conjunto. No entanto, que verificamos no nosso Exército? — Muitos cursos, escolas, um mundo de funções de gabinete, e a Tropa relegada a plano secundário.

Olhemos por partes. Os cursos e as escolas ensinam vasta teoria, distribuem massiva documentação; pratica-se um pouquinho e está-se diplomado. Mas a teoria, sem o aprofundamento constante dado pela prática, esvair-se-á em breve tempo, ante as múltiplas solicitações da burocracia militar em vigor. A documentação distribuída num ano, muitas vezes sofre mudanças logo no ano seguinte. Uma Ordem de Operações, que era assim, passa a ser "assado"; a interpretação do Plano de Tiro, que era feita pelo observador, passa a sê-lo pela Central de Tiro; a doutrina evoluiu, e há que ajustar-nos a uma porção de idéias mudadas; e por aí vai, com mil e uma pequenas alterações e novidades, que não são fundamentais mas confundem a gente. Ao menos, deveria haver coordenação, para que determinado assunto fosse ensinado do mesmo modo, em todas as aulas em que dele se tratasse, pelo menos dentro duma mesma escola. Mas qual! Há freqüentes divergências, que atrapalham quem está aprendendo, e fazendo provas daquilo que assimilou.

Não precisamos chamar a atenção para que isso desgosta e aborrece os alunos, e desacredita os currículos. O fato é que, ao terminar um curso do Exército, o oficial está cheio de dúvidas que não mais deveriam preocupá-lo; e a sua documentação, quase toda poligrafada, não é suficiente para conservar-lhe os conhecimentos no grau de fixação e de atualização convenientes. Isto, repetimos, menos de um ano após o término do curso... É difícil, em especial para quem serve nas guarnições do interior, manter-se em dia com os assuntos militares, pois ainda não se cogitou, — a exemplo do que é feito noutros exércitos, — de um programa de atualização dos oficiais, o qual seja permanente, oportuno, seguro e prático.

E a Tropa? Diríamos: a Tropa, esta esquecida... Pois na Tropa, também, a teoria impera. São Programas-Padrões inexecutáveis; programações para anos de instrução sem corresponder à situação real das Unidades; prazos insuficientes; exigências de cumprimento sabidamente impossíveis; e tudo agravado pela carência dos Quadros, pelas deficiências de material, de meios auxiliares e de instalações adequadas. Como consequência, para que se atinja algum resultado apresentável, são programas feitos *a posteriori*, Quadros de Trabalhos para fins de arquivo (quantas vezes não se consegue cumpri-los, mas dão-se por cumpridos...), registros de instruções falseados, exercícios em campanha não executados, certas instruções jamais ministradas. É a oficialização da mentira e da burla, porque a teoria a isso força, com prejuízos para a formação das nossas reservas.

Por que acontecem esses fatos? Em parte, pelos motivos a que nos vimos referindo; porém, sobretudo, porque invertemos inteiramente os papéis: em vez de as Unidades de Tropa serem o cerne, para cujo funcionamento se explique a existência e se empenhem os cuidados de todos os demais elementos (inclusive Grandes Unidades), — entre nós pensa-se invariavelmente

primeiro em atender às necessidades das repartições, estabelecimentos, quartéis-generais, e só depois às da Tropa, se houver sobras.

Chegamos a absurdos clamorosos? Que dizer-se dum oficial que declara despididamente ter tirado o Curso de Estado-Maior somente para poder escapar da Tropa? E de outro, que se considerava diminuído no seu prestígio pessoal, porque, tendo tirado esse importante Curso, fora mandado servir, ainda que com prazo marcado para regresso ao Rio, num dos "Santos" do Rio Grande do Sul?... Pois esses oficiais, e muitos como eles, existem; e enquanto os planejamentos para a Tropa estiverem a cargo de quem lhe tenha ogeriza, ou simplesmente a desconheça, essa Tropa terá tremendas dificuldades em preparar-se para cumprir missões que, forem quais forem, cairão sobre seus ombros antes de que sobre outros quaisquer.

D) A máquina burocrática:

Nosso Exército acha-se, então, em verdadeira hipertrofia burocrática. Tudo se faz no papel, e quanto mais papel, melhor. Mas o mais triste é que nem isto se faz bem feito. É tudo complicado, tudo atrasado, tudo inapropriado. Há repartições militares que mais parecem civis, cheias de funcionários públicos fardados — geralmente mal fardados. Ali os horários não são obedecidos, o bate-papo é ininterrupto, não se encontram pessoas que deveriam estar presentes. Dos uniformes, já dissemos que ninguém lhes liga, — mas sobre sinais de respeito, nem é bom falar, tal a indisciplina reinante: oficiais de altas patentes deixam de receber as honras que lhes cabem, desrespeitados acintosamente por inferiores e graduados, como se isto fosse o certo, por não ser possível corrigir-se. "*Status quo*..." Em algumas Secções dessas, têm sido presenciadas atitudes reprováveis, como de sargentos para com Generais reformados; neste caso, há quem diga que a responsabilidade cabe às leis de favor, que possibilitam esta quantidade de Generais inativos, sem o necessário pre-

paro psicológico para se imporem como tais. Não têm razão, os que o dizem. Nossos regulamentos não distinguem ninguém, e sim categorias hierárquicas, e o que a elas é devido temos de conceder-lhes, como temos e queremos exigir o que ao nosso posto é devido. É verdade que a "Lei da Praia" e outras criaram uma situação lamentável (1) nas Forças Armadas, — situação original, cremos mesmo que única no mundo, — desprestigiando a alta investidura do generalato, pela sua vulgarização, e o mesmo se dando quanto ao oficialato em geral, uma vez que se faculta alcançá-lo a militares sem um necessário curso de formação e sem um índice cultural e de conhecimentos — sequer profissionais — capaz de compensar a falta daquele curso. Apesar disso, devemos reconhecer a cada um o direito de usufruir as vantagens legais, que em última análise vão favorecer principalmente as famílias, o que não deixa de ser uma forma de assistência social, ainda que, como é feita, custe tão caro à organização e à disciplina hierárquica das Forças Armadas. E, como corolário, devemos conceder aos beneficiários (entre os quais talvez nos incluamos, um dia...) todas as honrarias regulamentares relativas aos seus postos.

Achamos que a explicação dada por alguns, e que procuramos rebater, não justifica os fatos verificados; percebe-se, isto sim, que eles são mais um resultado da nossa danosa burocracia, que, pela sua natureza estática e moma, nivela insensivelmente as pessoas numa mesma condição, em torno duma mesa ou dum guiché.

Atualmente, oficiais há que já saem da AMAN (e sargentos, da EsSA) doidinhos por uma função de encosto. E por que não?... se uma repartição ou um gabinete proporciona relações úteis, maior liberdade, menor responsabilidade, mais dinheiro (no caso dos graduados), e até medalhas de presente e —

quem sabe! — uma promoção por merecimento. Mesmo um oficial entusiasmado pode chegar a querer um calmo "bureau", com meio-expediente e ar refrigerado, que lhe permita preparar-se para um exame de admissão, o que é difícil para quem, arregimentado, não deseje deixar para o lado as suas atribuições funcionais — o que alguns não se têm vexado de fazer.

E) Seleção de base:

Que responsabilidade caberá à AMAN, nestes dez anos de funcionamento, pela crise em que nos debatemos?

Há os prós e os contras. — acusadores e defensores. Nós achamos que o ambiente da Academia é propício ao agravamento de certos aspectos da crise, principalmente disciplinares. Tende-se para ver o cadete brasileiro como é visto o cadete de West-Point, olvidando-se que o homem brasileiro é diferente do homem norte-americano, notadamente devido às diferenças de meios. Mas isto é um detalhe, e seríamos injustos em não reconhecer que já na velha e saudosa Escola Militar do Realengo, nos últimos tempos, havia alarmantes sintomas de carência de entusiasmo, de rebeldias latentes e mesmo de desamor à carreira recém encetada, — encarada, porém, tão somente, como meio de vida.

A AMAN é, atualmente, um dos lugares de interesse turístico do Vale do Paraíba, o que talvez mine um pouco a fibra do cadete, transformado, não raro, em ciclerone de visitantes curiosos. O cadete é olhado como futuro oficial, mas também como uma atração viva da AMAN, — muito pouco como o soldado, que deve ser.

Temos ciência de episódios que nos têm sido relatados, principalmente disciplinares, insistimos — que não recomendamos o ambiente militar ali reinante, durante determinado período, que acreditamos já ter sido ultrapassado, graças aos esforços da

(1) Este artigo já estava escrito, quando tivemos a satisfação de ler o do Exmo. Sr. General Veríssimo, no número de maio da apreciada "A Defesa Nacional", com cujos conceitos sobre o assunto concordamos integralmente.

oficialidade. Transgressões disciplinares graves (até coletivas), foram deixadas sem punição exemplar, e exceções gritantes foram abertas, com endereço certo; e, o que é pior, chegou a haver a caça indiscriminada a candidatos à matrícula — de tal maneira que, não tendo conseguido êles aprovação no primeiro exame, fôram submetidos a um segundo, e como ainda apenas insignificante parcela lograsse aprovação, foi baixada a média exigida, e ganhamos mais uns cem cadetes. Uma lástima!... (2) Como se um oficial se pudesse preparar em três anos, apenas por envergar uma farda, quase a pedido... que oficiais serão? Alguns, a maioria, adaptar-se-ão à força do hábito, e serão medianamente bons; e os outros? — engrossarão as hostes perniciosas dos descontentes, dos descrentes, dos descansados, dos eternos reclamadores de vantagens e direitos, a tróce de deveres que não se empenham em cumprir, porque nos escapam os meios de lhes pedirmos contas. Quanto fazem falta tais meios!

Valerá a pena tóda dedicação e tóda atenção em selecionarmos e formarmos os futuros chefes do Exército. Se êles principiarem mal, mal irão até o fim, e a Instituição é que sofrerá a sua presença.

Há a aduzir-se uma observação: não bastará que haja ótimos cadetes — será preciso que, enquanto o forem, sejam guiados por ótimos oficiais! Isto implicará, logicamente, numa outra seleção, tão importante, ou mais do que a primeira: a da oficialidade para a AMAN. Comandante, oficiais da Administração, professores e instrutores, deverão satisfazer a várias condições, algumas delas tão especiais que poderá suceder que um oficial de méritos, apesar destes, não reúna tóda aquelas. Paciência! Outros oficiais haverão de reuni-las, e serão os escolhidos. O que é necessário é res-

pellarem-se as exigências fixadas, pois só assim, acostumando-nos a cumprir a legislação, cultivaremos o hábito salutar de acatarmos as suas cláusulas e de buscar enquadrarmo-nos nelas, quando nos importar, ao invés de procurarmos, por todos os meios e modos os mais excusos, adaptá-las — a elas — ao nosso caso pessoal, ao sabor dos nossos interesses e não raro com o acumpliemento de autoridades amigas ou fracas.

Naturalmente, o que dissemos para a AMAN servirá, *mutatis mutandis*, para as outras Escolas, de formação ou especialização.

3ª PARTE

CONCLUSÃO

Haverá necessidade de uma conclusão?... Preferimos dar algumas evincações.

Há muito que vimos notando e sentindo a decadência dos fundamentos do nosso Exército. Ora, orgulhamo-nos de pertencer a êle, a que estamos ligados por laços antigos e fortes, e que elegemos para nosso destino, desde tenra idade, por vocação natural, sincera e incoercível. Não podemos verificar sem pena os sinais evidentes de falência, que sobre êle pairam, pelo abandono sistemático, inconsciente e criminoso dos seus princípios basilares. Dói-nos comprovar tal fato, mas comprová-lo, registramo-lo e fazemos questão de mostrá-lo; estamos convicto de que é nosso moral, e de que por êste modo colaboramos numa campanha de recuperação, que felizmente já se esboça, embora sem produzir as ressonâncias que seriam de desejar-se.

Tudo quanto dissemos é verdadeiro e por certo não constitui surpresa para ninguém, antes pelo contrário, terá dado forma aos pensamentos que muitos companheiros já terão tido, sem os expor. Por ou-

(2) Já em Set 1952, o Sr. Cel. Prof. Uchôa, Subdiretor Ensino da AMAN, travava com exatidão e veemência o quadro aflitivo das lacunas nos conhecimentos básicos dos cadetes, por ocasião do Segundo Seminário de Ensino do Exército e para elucidação dos participantes do mesmo; não foi feita ali uma exposição sobre as deficiências no setor essencialmente militar, mas é provável que nada devesse àquela, na admiração do auditório.

tro lado, a tantas coisas deixamos de nos referir... Que msabe o faremos, noutra oportunidade, ou quem sabe outros o farão, o que mais ainda nos agradará. As nossas considerações acima, francas e claras, representam uma explosão de razões, e nada mais visam do que ventilar e caracterizar fatos. Alguns exemplos com que ilustramos nossas afirmativas, levados pela vibração que em nós ainda é uma constante, são exemplos reconhecidos, e são poucos, entre uma infinidade que poderíamos citar, e dos quais mais um nos ocorre, que vamos consignar: os jornais têm às vezes publicado tópicos de propaganda — ora, conclamando os jovens a ingressar em estabelecimentos de ensino do Exército ou da Aeronáutica (EsSA, EsAer, EsEspece Aer), "por ser carreira de futuro, já se iniciando com tantos mil cruzeiros..." — ora, sob a epigrafe "Generais", oferecendo a oficiais-generais e superiores das reservas das Forças Armadas a oportunidade de trabalhos rendosos em empresas civis... Todo mundo terá lido estas coisas depressantes; e qual foi a reação? Nenhuma, que saibamos, mau grado a repulsa íntima que por certo provocaram nos militares brasileiros escrupulosos.

Poderão taxar-nos de pessimista, pelo que tememos das convulsões que principiam a afligir seriamente os povos. Mas elas aí estão, para quem quiser olhar com olhos de ver. Não vamos colocar panos quentes, porque o assunto seja trágico e duro; vamos encará-lo, para o solucionarmos. Sem percebê-lo, sem admiti-lo, sem estudar-lhe as causas,

sem perguntar-lhe o íntimo, sem lhe testar as vulnerabilidades — é que jamais ganharemos a batalha que empreendemos.

Vimos de encarar particularmente a crise militar brasileira, já que ela nos toca mais de perto; mas não deixamos de destacar que ela faz parte, depende da crise geral, para cuja debelação deverão dirigir-se os nossos esforços, voltando-se estes, antes de mais nada, para o nosso Exército.

Haverá quem diga que nos excessos, que o que está-se passando é natural, que é da época, do progresso, da evolução da cultura. Discordamos frontalmente dos que assim disserem, que nunca, em tempo algum, a indisciplina, a desorganização, a anarquia, a falta de autoridade, a inversão dos valores, o prêmio à desonestidade, a incompetência consciente, o desamor ao trabalho, o descrédito das virtudes, nunca, um tal somatório de desmandos e incapacidades deixou de possibilitar e prenunciar gravíssimos acontecimentos. Na era atual, seriam estes agravados pelas condições vertiginosas da vida; pelas revoltas dos povos coloniais e escravizados; pelas reivindicações extremadas; pela situação paradoxal das massas, em transição: desiludidas e abandonadas, mas consciências dos seus direitos e da sua força, com o comunismo esperto e ativo a instigá-las, para caminhos tenebrosos.

Que pensar disso tudo, senão o que pensamos? Há graves erros, em adiantada ação deletéria; urge corrigi-los, e no Exército somos capazes de fazê-lo. Cumpramos a nossa missão.

O MUNDO DAS FLAMULAS

FLAMULAS E CARTAZES EM GERAL

"Joroal" Publicidades Comércio e Indústria Ltda.

Rua Mariz e Barros, 93 (Sobrado) — End. Telégr. "Joroal" — Telefone: 28-6893

RIO DE JANEIRO

O SERVIÇO AGRO-PECUÁRIO DO EXÉRCITO

Ten.-Cel. TASSO VILLAR DE AQUINO

Com Mensagem do Chefe do Executivo, acha-se, desde começo de setembro, na Câmara dos Deputados, Projeto de Lei criando no Exército o Serviço Agro-Pecuário. Este Projeto constitui a mais importante das recomendações apresentadas ao Chefe do Governo pela Comissão por ele nomeada "para estudar e propor ao Governo da República as medidas necessárias à participação do Exército Nacional no incremento da produção agrícola". É fruto, portanto, do trabalho de uma equipe integrada por representantes dos Ministérios da Guerra, da Agricultura, da Fazenda e do Banco do Brasil, sob a direção do General Estevão Taurino de Rezende.

Foi a apresentação do plano do General Estevão Taurino, engajando o Exército como fator de produção agro-pecuária, complementando suas atividades normais, sem prejuízo das mesmas, que deu lugar à nomeação da Comissão e constituiu o alicerce para os seus trabalhos.

Como todos sabem, a idéia não é nova. Nunca foi ela apresentada, entretanto, com a roupagem que lhe deu o General Estevão Taurino. A roupagem da objetividade, da lógica, da exequibilidade, do sentido nacional, da simplicidade, do interesse coletivo. Por isto corporificou-se e está hoje transformada no Projeto de Lei n. 1.233-956 que o Chefe da Nação submeteu à consideração do Congresso.

Em artigo anterior publicado nesta Revista, tecemos algumas considerações de ordem doutrinária sobre o assunto que hoje novamente focalizamos, procurando responder a algumas objeções que logo se levantaram contra a criação de um Serviço Rural no Exército. Hoje,

que alguma coisa de concreto já está realizada, é possível falar-se de maneira mais objetiva. É o que tentaremos fazer, no intuito de esclarecer e informar os companheiros do Exército sobre as finalidades do Serviço Agro-Pecuário, organização prevista, o que já foi feito no sentido de sua criação, os trabalhos de conjunto já efetuados, as dificuldades surgidas, etc.

O simples enunciado dos fins a que se propõe este trabalho atingir indica que as atividades não cessaram com a apresentação das propostas ao Chefe da Nação e o subsequente encaminhamento do Projeto de Lei de criação do Serviço Agro-Pecuário ao Congresso. Não. O que se pretende é criar e movimentar u'a máquina para funcionar e produzir de verdade. Para isto, é preciso ação continuada, objetiva, ordenada, honesta, planejada, e muito espírito público. Convencido desta necessidade, alarmado com a situação do País nesta exigência animal primária, que é de alimentação para sobreviver; absolutamente certo dos resultados positivos para solução definitiva do problema alimentar do País, da maneira como está concretizada no Projeto de Lei; consciente de sua enorme responsabilidade; decidido assumi-la, colocando, ele próprio, em funcionamento a máquina e mantendo-a trabalhando bem, no interesse do Exército e do Brasil, o General Estevão Taurino de Rezende tem pôsto toda a sua capacidade e energia para transformar em realidade o Serviço Agro-Pecuário do Exército. Tudo está sendo preparado para sua entrada em ação, em obediência a um Plano Geral, desde o início estabelecido.

Aqui julgo prudente abrir um pequeno parêntesis. Estamos convencidos de que se o Projeto de Lei, atualmente na Câmara, fôr deturpado, como é costume em projetos semelhantes, pelas emendas quase sempre destituídas de qualquer espírito público, para atender a pessoas, grupo, ou partido, é preferível que não passe de "Projeto". Do contrário, teremos mais um Organismo para não produzir coisa alguma de prático e um fator de des- crédito para o nosso Exército.

Para evitar este mal, foram estabelecidos entendimentos com líderes de Partidos Políticos na Câmara dos Deputados, sem distinção de cor partidária. No plano elevado no interesse nacional, procurou-se e se procura mostrar a seriedade da iniciativa; o seu caráter nacional, absolutamente apartidário; as razões da forma como foi apresentada para um funcionamento eficiente, de larga amplitude.

O que foi feito em relação ao líderes de Partidos, o foi igualmente com os Presidentes das diversas Comissões, que emitirão parecer sobre o Projeto de Lei.

Os resultados desses entendimentos nos têm parecido animadores. Em princípio, a idéia da criação do Serviço Agro-Pecuário tem encontrado boa repercussão. Todos confiam nos bons frutos da iniciativa. Há, todavia, neste País, nesta época que vivemos, uma enorme distância entre as palavras, as manifestações e os atos. Só o futuro, muito próximo, aliás, nos dará a resposta definitiva. De qualquer forma, já estamos captando sinais desconcertantes, como os emitidos pelo líder do PTB, insistindo em velha idéia, sem fundamento prático, de divisão das terras de Saican, sob jurisdição do Exército, exatamente quando este se organiza e se prepara para explorá-las, em proveito da produção alimentar, apontada por toda a gente, dentro e fora deste país, como em situação de calamidade.

A idéia não tem consistência, porque a divisão de Saican em pequenas áreas, que seriam distribuídas a pequenos agricultores, como alardeia, deixará esses pobres diabos à

mercê dos corvos do trabalho alheio, sempre prontos a tirar todas as vantagens e organizados para isto no conforto das Capitais, deixando ao pobre brasileiro rural, desprovido de meios agrícolas, de assistência e orientação técnicas, de financiamento nacional a juros baixos, sem transporte para o escoamento da sua produção, somente encargos e prejuízos. Repetir-se-á em Saican o que se passa na "Baixada Fluminense", hoje quase inteiramente nas mãos de "Colonos do Asfalto", gente importante. Nada ou quase nada produz; está sendo empregada para fins absolutamente outros, como sejam: valorização imobiliária, recanto para "week-end", etc.

Admitindo-se, para raciocinar, que um ou outro colono conseguisse, na atual situação, sobreviver em Saican, dentro de pouco tempo teria ele suas terras exgotadas, pela exploração continuada em pequena área, desprovido de orientação e assistência técnica, em um solo que exige, em alto grau, esses requisitos, para oferecer boa produtividade, como o de Saican.

Pode a Nação Brasileira estar certa de que ninguém explorará melhor e com maior espírito público as terras de Saican do que o Exército, pela forma como está prevista no Projeto de Lei em estudos na Câmara dos Deputados. Além do mais, as terras de Saican não estão inexploradas, como à primeira vista poderá parecer. Além da produção do cavalariço puro sangue e do fomento à criação cavalariço, da responsabilidade da Condellaria Nacional, os Campos de Saican estão produzindo, por arrendamento a particulares, arroz em grande escala, trigo, ervilha, aveia, milho e mantêm grandes rebanhos de gado de corte, de boa raça, esta última situação cessou ultimamente, com a recente proibição de arrendamentos de terras sob jurisdição do Exército, de vez que elas serão exploradas pelo próprio Exército, em proveito da instrução e da produção.

Neste particular, a Lei do Inquilinato, recentemente aprovada e sancionada, contém dispositivo, de iniciativa ainda do líder do PTB, pror-

rogando os arrendamentos rurais. O Serviço Agro-Pecuário estaria seriamente comprometido se na própria Lei não encontrasse o seu meio de defesa. Isto porque a Lei do Inquilinato regula a situação de arrendamento para 1957 e a maioria dos contratos terminou em 1956, em Saican. As áreas arrendadas já foram entregues oficialmente, permanecendo alguns arrendatários, por concessão, até 31 de dezembro último. Ainda mais, diz o art. 7º, da Lei do Inquilinato:

"Art. 7º. Nas locações para fins comerciais, sendo o proprietário agricultor, fica a ele assegurado o direito de retomada do imóvel, desde que seja para o seu uso próprio e para a venda dos produtos da sua agricultura diretamente ao consumidor."

É o caso do Serviço Agro-Pecuário, cuja finalidade é a exploração agrícola, para fins de venda dos seus produtos diretamente ao consumidor.

Parece evidente, entretanto, que o que falta ao produtor brasileiro não é terra para o trabalho. Está faltando é planejamento conjunto, coordenação, transporte, meios de estocagem, financiamento prático ao produtor, ação, energia para eliminar o intermediário explorador e desonesto. Falta muita coisa, menos terra...

Tudo isto que falta é que se comprometa o Serviço Agro-Pecuário a cooperar para obter, em benefício da Nação Brasileira. O lema da sua prevista e planejada atividade diz bem dos fins a que se propõe sua colaboração: "Planejamento e ação conjunta Coordenada tendo em vista Produção, Transporte, Estocagem e Distribuição, em benefício da maior eficiência do Exército, Consumidor e Produtor".

Deixem, portanto, o Exército com as terras que lhe estão confiadas. Ele dará bom emprego às mesmas. O povo brasileiro não se arrependerá se o Projeto for aceito pelo Legislativo, sem deturpações comprometedoras; se as terras atribuídas à direção do Exército não lhe forem arfancadas.

Razão para tanto otimismo encontramos, entre outras, na capacidade e no desejo de realização da boa gente brasileira. É fácil de sentir esse pulsar diferente do Brasil, fora das Capitais e das grandes cidades. Nestas, desgraçadamente, é comum o egoísmo, a mentalidade negociasta, a preocupação de enganar em proveito próprio; assistimos a cenas degradantes como as repetidas tôdas as passagens de ano nas pralas mais elegantes da Capital do País, tornadas em "terreiros" de macumba, nessas ocasiões; e o Carnaval passa a imperar desde então, por meses e meses, com a gentinha solta nas ruas, em descontrolada barulhada e degradação, sem qualquer medida restritiva. O que se vê é a satisfação amparada, dos baixos instintos de uma minoria degradada e irresponsável, em detrimento dos direitos da maioria conscientes, ordeira e equilibrada. Brevemente as revistas estarão repletas dessas cenas, com os comentários mais elogiosos, como também o cinema, apresentando-as aos outros povos como o retrato do Brasil. Em tal ambiente, é difícil, convenhamos, haver clima para entusiasmo construtivo, crença nas possibilidades do Brasil e da sua gente, esperança no futuro da nação Brasileira.

Entretanto, tudo isto, graças a Deus, é absolutamente falso. No interior do Brasil a situação é diametralmente oposta. Lá se encontra o trabalho persistente, o desejo de produzir, o sentimento de solidariedade. Lá está o Brasil que constrói. Dêem-lhe meios, não o atrapalhem, e os resultados não se farão esperar.

O que se propõe a realizar o Serviço Agro-Pecuário está previsto no art. 1º, do Projeto de Lei número 1.838-956:

"Art. 1º. Fica criado o Serviço Agro-Pecuário do Exército... (SEAPE), com a finalidade de produzir alimentos de origem animal e vegetal em larga escala, aproveitando terras de propriedade da União, sob jurisdição do Ministério da Guerra, as arrendadas, ou as que,

a qualquer título, lhe venham a ser transferidas, tendo em vista :

a) atender inicialmente às necessidades de subsistência do Exército ;

b) contribuir para o abastecimento das demais Forças Armadas ;

c) contribuir para o abastecimento das populações civis ;

d) participar com os excessos da produção no comércio internacional, observada a legislação que disciplina a matéria ;

e) concorrer para difusão dos modernos processos de agricultura e pecuária, visando sobretudo a aumentar a produtividade na exploração agro-pecuária do país ;

f) concorrer para o aprimoramento do homem rural, proporcionando aos conscritos contacto com os processos modernos da técnica agro-pecuária, elevando sua capacidade em favor de uma melhor produção e racionalização dos processos de trabalho, de tal forma que voltem ao meio rural, melhor habilitados para o desempenho de suas tarefas."

Duas conclusões ocorrem logo do conteúdo deste artigo. Uma de ordem geral, que se relaciona com a amplitude da iniciativa, seu caráter nacional, a necessidade de entrosamento com os órgãos governamentais e particulares, ligados à produção, ao transporte, à estocagem e ao abastecimento.

Outra de ordem particular, no âmbito do Exército, desfazendo falsas impressões e incompreensões, surgidas em alguns setores, receios de que o Serviço Agro-Pecuário se fôsse superpor a alguns de seus previstos encargos. O Serviço Agro-Pecuário é, como se vê, um organismo novo, com finalidades não atribuídas a qualquer outro. Tudo que já existe no Exército, como as Fazendas e as Granjas, por exemplo, de âmbito restrito às Unidades e mesmo local, continuará sem qualquer interferência ou participação do Serviço Agro-Pecuário, cuja finalidade é incomparavelmente mais ampla, exigindo organização especial e meios adequados aos seus complexos encargos.

O Serviço Agro-Pecuário compreenderá um Órgão de Direção e Órgãos de Execução. O Órgão de Direção, responsável pelo Planejamento ; ligações tendo em vista o transporte, a estocagem e a distribuição ; aquisição de meios e aparelhamento dos Órgãos de Execução ; diretrizes e fiscalização desses elementos ; colocação dos produtos no mercado consumidor, etc., será constituído, além das Secções de Relações Públicas e Secretaria, de uma Divisão de Planejamento, Coordenação e Produção ; uma Divisão de Transporte e Estocagem ; uma Divisão Comercial e uma Divisão Técnica, esta última com Agrônomos, Veterinários, Técnicos de Construção e Técnicos de Eletricidade. Disporá, além disso, de Depósitos para estocagem de maquinaria, de Viaturas, de Peças, etc. e Armazéns Frigoríficos ou não, para estocagem de produtos de horticultura, de cereais e outros, nas fontes de consumo.

Os Órgãos de Execução serão os Campos Agro-Pecuários, distribuídos pelo interior do Brasil, depois de consideradas as condições para uma instalação favorável, abordadas no primeiro artigo em que tratamos do assunto. Os Campos serão de dois tipos : os grandes campos, de área variável entre 15.000 e 50.000 Ha, para produção em larga escala de cereais, principalmente, e forragem, como também criação de animais, tendo em vista, sobretudo, a industrialização dos seus produtos ; e os pequenos campos, entre 600 e 2.000 Ha de área, nas proximidades das grandes cidades, tendo em vista o abastecimento das mesmas de produtos de horticultura, tubérculos, aves e ovos.

Os Campos serão aparelhados com vistas à auto-suficiência, e com toda assistência social para o pessoal nêles engajados, quanto à alimentação, habitação, educação, saúde e recreação. Disporão dos meios modernos e indicados meios de produção, estocagem, transporte e de assistência técnica compatível, através dos técnicos do Ministério da Agricultura ou contratados, que integrarão a equipe de direção dos campos.

Os Quadros de Distribuição do Pessoal, tanto do Órgão de Direção, quanto dos de Execução, já estão organizados, com a maior economia de Pessoal possível, com base, no que toca aos Campos Agrícolas, no emprego da máquina, no tipo de Campo, na área, etc. Tão logo passe a existir o Serviço, estes Quadros serão encaminhados à consideração do Estado-Maior do Exército. Constituirão também, os Campos Agro-Pecuários, escolas de aprendizagem e aperfeiçoamento rural, à disposição dos produtores da região, mediante condições que serão fixadas em Regulamento, já adiantado na sua redação. Outros meios de assistência serão prestados aos agricultores, cuja atividade se exerça nas proximidades dos Campos Agro-Pecuários, como: emprego da maquinaria do Exército, sob a forma de patrulhas, mediante satisfação de determinadas exigências simples; auxílio quanto ao transporte, com os meios de Serviço; facilidade para estocagem dos produtos agrícolas, quando possível; inclusão da produção particular no planejamento, tendo em vista o escoamento da produção e a distribuição; fixação do preço de venda dos produtos agro-pecuários do Exército, após entendimento com as Cooperativas Regionais, de forma a garantir um lucro justo e razoável ao produtor.

Como se vê, nada terá o produtor a temer do Serviço Agro-Pecuário do Exército. Este Serviço pretende levar a ele toda assistência e apoio possíveis, de forma a atenuar, pelo menos, a ação nefasta dos intermediários inescrupulosos, tanto sobre o homem que produz, como sobre o que consome. A gente que vive da exploração do trabalho alheio, entretanto, terá razões de sobra para malizar o Serviço Agro-Pecuário. A ação dessa gente já pode ser sentida, através de trabalho subterrâneo, de um ou outro artigo venenoso e até de vozes, levantadas para confundir e desacreditar.

Com a preocupação de dotar a Capital Federal, logo de início, de um Campo Agrícola para o seu abastecimento, e para acertar medidas de distribuição ao consumidor, fo-

ram estabelecidas ligações com o INIC, a Prefeitura do Distrito Federal e o Governo Fluminense, através das respectivas Secretarias de Agricultura, no que toca à estes últimos. Os resultados não foram favoráveis quanto à escolha do campo. O que existe está nas mãos de "grilheiros" ou de "posseiros", exigindo demandas judiciárias longas, de resultados imprevisíveis. Ficaram, entretanto, acertadas as bases para uma futura ação conjunta e coordenada.

Na Diretoria Geral de Remonta e Veterinária foi encontrada a solução, quanto ao fator terras. Os entendimentos produziram os melhores resultados, e o Serviço Agro-Pecuário teve, na Diretoria Geral de Remonta, a melhor compreensão e o maior apoio. Ligados à DGRV há, pelo menos, três grandes tratos de terras, que satisfazem, quanto à área, as condições para grandes Campos Agro-Pecuários. São Saican e Rincão, no Rio Grande do Sul, e Betione, em Mato Grosso. Saican e Rincão já foram detalhadamente examinados com assistência técnica do Ministério da Agricultura. O que lá foi visto, no setor da produção, foi suficiente para classificar as duas Coudelarias como favoráveis à exploração agro-pecuária, na forma desejada pelo Serviço. Neste momento trabalham em Saican e Rincão técnicos de solo do Instituto Agronômico do Sul, órgão do Ministério da Agricultura, com sede em Pelotas. Estão procedendo à levantamento pedológico das duas grandes áreas de terras, com mais de 49.000 Ha — Saican, e mais de 15.000 Ha — Rincão. Como resultado, teremos Cartas de solo com os diferentes tipos de solo nas duas Coudelarias, as culturas indicadas, as correções necessárias — elementos básicos para uma produção racional.

O Campo para abastecimento do Rio de Janeiro será instalado na Fazenda Piedade, no Município de Campos, com cerca de 650 Ha, também atribuída à DGRV. Esta Fazenda já foi visitada e será também examinada nas mesmas condições de Saican e Rincão.

O NÚCLEO DA DIVISÃO AÉRO-TERRESTRE ATUAL E O SEU SERVIÇO DE SAÚDE

POSSIBILIDADE DE ORGANIZAÇÃO MAIS ADEQUADA

Major Médico Dr. NILSON NOGUEIRA
DA SILVA

Considerações gerais — Quando entre nós se revelou indispensável a criação de uma Divisão Aéro-Terrestre, esbarrou-se, desde logo, com dificuldades inerentes à sua formação — dificuldades próprias de todas as organizações especializadas de grande vulto. Porisso criou-se o Núcleo da Divisão Aéro-Terrestre, para servir de ponto de partida e de modelo para a futura Divisão, cujo efetivo é calculado, atualmente, em cerca de 8.000 homens. Esse Núcleo superou admiravelmente as vicissitudes inerentes à sua novel organização e está formando paraquedistas e uma reserva de paraquedistas com que contarão — em campanha — as futuras Divisões Aéro-Terrestres a serem empregadas, eventualmente, de acôrdo com as necessidades e com os planos estabelecidos pelo Estado-Maior do Exército.

Fôrças das mais imprescindíveis à guerra moderna — pela mobilidade, surpresa e eficiência tática — tornam-se constantemente solicitadas para atuar nos "pontos-chaves" da Zona de Combate, quer improvisando "ouriços", quer estabelecendo "cabecas de ponte", ou, ainda, "cabecas de praia" em ilhas e territórios defendidos pelo poder marítimo inimigo, etc. Quem não se recorda, no início da Segunda Grande Guerra, dos "ouriços" de paraquedistas alemães em Orel, Bielgorod, Karkow, na Campanha da Rússia? Do rapto de Mussolini, da "cabeca de praia" em Arno, da queda inespe-

rada do Forte de Emael na Bélgica? Da ilha de Creta e das planícies da Normandia? Natural é, pois, que o seu Serviço de Saúde tenha características próprias, que lhe permitam agir com eficiência — e em harmonia com a situação de conjunto e com a ação multifária e proteiforme de uma Força Aéro-Terrestre.

Certos dados que permitiram a feitura deste trabalho foram-nos revelados, verbalmente, pelo Exmo. Sr. General Djalma Dias Ribeiro, Comandante do Núcleo da Divisão Aéro-Terrestre.

O atual Núcleo já pode ministrar uma instrução visando ao evento da futura Divisão. Tem, também, por objetivo, servir de paradigma a outros congêneres que, no devir, se extenderão pelo País.

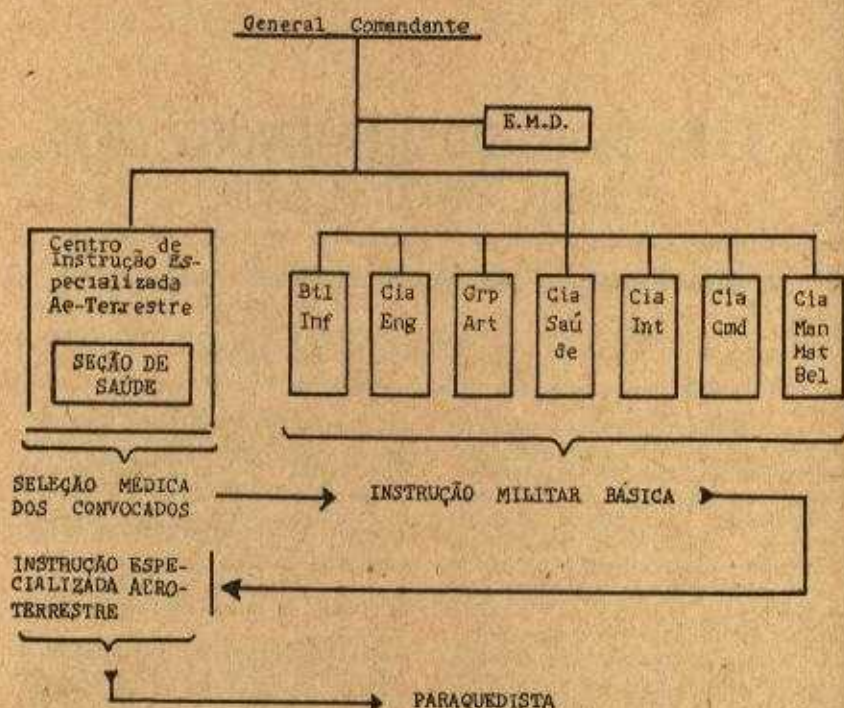
Atualmente, o Núcleo está assim constituído :

Pelo esquema adiante, verifica-se que o Núcleo da Divisão Aéro-Terrestre compreende :

1 — Um Centro de Instrução Especializada Aéro-Terrestre que, por sua vez inclui uma Secção de Saúde — destinando-se este Centro à instrução especializada Aéro-Terrestre dos efetivos que integram as Unidades do Núcleo ;

2 — Unidades (ou Subunidades) de Combate ou de Serviços, a saber :

- a) Batalhão de Infantaria ;
- b) Companhia de Engenharia ;
- c) Grupo de Artilharia ;



- d) Companhia de Saúde;
- e) Companhia de Intendência;
- f) Companhia de Comando;
- g) Companhia de Manutenção de Material Bélico.

Como as Unidades (ou Subunidades) do Núcleo da Divisão Aéreo-Terrestre não possuem Elementos de Saúde de âmbito regimental, verifica-se que todo o Serviço de Saúde, nesse Núcleo, limita-se a:

- 1 — Uma Secção de Saúde — do Centro de Instrução Especializada Aéreo-Terrestre;
- 2 — Uma Companhia Divisionária, de Saúde.

Os convocados para o Serviço Militar — quando candidatos ao Curso, e consequentemente, às Unidades de Para-quedistas — são recebidos em um P.R. especial, de onde são encaminhados à Secção de Saúde do Centro de Instrução Especializada Aéreo-Terrestre — funcionando como Junta Militar de Saúde Especial —

e dali, se julgados aptos, para as diversas Unidades e Subunidades do Núcleo, onde são submetidos à uma instrução militar básica. Após o término da instrução militar básica vão receber, então, no Centro de Instrução Especializada Aéreo-Terrestre, a instrução especializada de para-quedismo — que é, por assim dizer, o coroamento da instrução militar que devem possuir para o bom exercício das missões a que se destinam.

No tocante ao Serviço de Saúde, o que, aliás, é o que nos interessa no presente trabalho, impõe-se dizer que os Oficiais Médicos que integram a Secção de Saúde do Centro de Instrução Especializada Aéreo-Terrestre são os mesmos que administram a instrução na Companhia Divisionária de Saúde — atendendo, desse modo, aos dois setores do Serviço de Saúde, do Núcleo da Divisão Aéreo-Terrestre. Ora, o Centro de Instrução Especializada Aéreo-

Terrestre é um órgão fixo e se destina, especificamente, à seleção e à instrução de para-quedismo — dos efetivos do Núcleo; a Companhia de Saúde é uma Unidade tipicamente Divisionária, portanto essencialmente móvel e susceptível de receber diferentes missões — que deverá cumprir por via aérea.

Em qualquer missão que deva ser cumprida pela Companhia Divisionária de Saúde — fora do seu aquartelamento — ficará o Centro de Instrução Especializada Aéro-Terrestre desprovido de todo e qualquer "apoio de Saúde" próprio. Tal é, a meu ver, a principal deficiência resultante da atual organização do Serviço de Saúde do Núcleo da Divisão Aéro-Terrestre e da utilização indiscriminada dos Oficiais Médicos que pertencem — simultaneamente — ao Centro de Instrução Especializada e à Companhia Divisionária de Saúde.

No organograma já apresentado, observa-se que os convocados para as Unidades (e Subunidades) Aéro-Terrestres são — inicialmente — encaminhados à Secção de Saúde do Centro de Instrução Especializada, para fins de inspeção de saúde, e depois entregues às diferentes Unidades e Subunidades Divisionárias — fim de que ali recebam instrução militar básica. Entretanto, a despeito de já inteiramente entregues às suas Unidades, ou Subunidades, a despeito de possuir o Núcleo uma Subunidade Divisionária de Saúde, eis que, tais convocados, são obrigados a retornar ao Centro de Instrução Especializada — sempre que doentes ou feridos — isso porque somente a Secção de Saúde desse Centro possui condições técnicas necessárias à uma assistência médica — preventiva e curativa — de rotina. A concentração de — praticamente — todo o Serviço de Saúde do Núcleo da Divisão Aéro-Terrestre na Secção de Saúde do seu Centro de Instrução Especializada, não poderá deixar de constituir um fator negativo para o treinamento e para a eficiência técnica da Companhia Divisionária de Saúde que, nos termos da atual organização do Núcleo da Divisão Aéro-

Terrestre, deveria responsabilizar-se por toda a assistência médica de 1º e 2º Escalão encaminhando, após competente triagem, ao Hospital da sua Guarnição — no caso o Hospital de Guarnição da Vila Militar — os casos que ultrapassem das suas possibilidades técnicas. Utilizada a Companhia Divisionária de Saúde, do Núcleo da Divisão Aéro-Terrestre, consoante a sua própria finalidade, e com os efetivos necessários próprios, facilmente lhe seria dado alcançar um alto nível de eficiência técnica que decorre:

1 — Da perfeita instrução dos seus quadros de padioleiros;

2 — Do perfeito transporte dos feridos para o Pósto de Socorro da Unidade de Combate;

3 — Do bom funcionamento desse Pósto e do seu deslocamento de acordo com as diferentes situações táticas;

4 — Das ligações entre o Pósto de Socorro e as Secções do 2º Escalão;

5 — Perfeito conhecimento das missões técnicas atribuídas ao 1º e ao 2º Escalão de Saúde que — em campanha — compreende, particularmente:

- a) Contrôles das hemorragias;
- b) Prevenção do choque;
- c) Prevenção da infecção;
- d) Ressuscitação — plasma sanguíneo;
- e) Triagem.

Assim instruída, a Companhia Divisionária de Saúde do Núcleo da Divisão Aéro-Terrestre estaria em condições de desempenhar todas as missões atribuídas ao 2º Escalão de Saúde — que lhe é específico — como também em condições de proporcionar um perfeito Serviço de Saúde de 1º Escalão junto às Subunidades do Núcleo desprovidas de Elementos orgânicos, de Saúde. O funcionamento dessa Companhia Divisionária de Saúde — como uma Unidade responsável pela execução do Serviço de Saúde no âmbito Divisionário do Núcleo da Divisão Aéro-Terrestre — independentemente de qualquer apoio de parte da Secção de Saúde do Centro de Instrução Especializada Aéro-Terrestre, mesmo em tempo de paz, proporcio-

nação, obviamente, aos seus efetivos — **Oficiais e Praças** — um precioso treinamento sobre o emprego de material de Saúde de campanha, sobre a troca desse material — conhecimentos aparentemente simples — que, entretanto, desacompanhados de um treinamento prévio, dão origem à balbúrdias que perturbam o bom funcionamento do Serviço nos momentos em que este é mais necessário.

O melhor exemplo que se poderia apresentar de uma Unidade Divisionária de Saúde em perfeitas condições de organização e de instrução — e conseqüentemente em perfeitas condições de eficiência técnica — é, sem dúvida o do 1º Batalhão de Saúde (Batalhão Osvaldo Cruz) que, em escala adequada à sua Divisão Aéreo-Terrestre, poderia ser tomada como Unidade-Padrão (ou modelo) para a organização e a instrução da Companhia Divisionária de Saúde do Núcleo da Divisão Aéreo-Terrestre ainda, praticamente, em fase de implantação.

O que não parece lógico, a nosso ver, é o exercício indiscriminado — pelos **Oficiais Médicos** do Centro de Instrução Especializada Aéreo-Terrestre — de missões específicas da Companhia Divisionária de Saúde do Núcleo da Divisão Aéreo-Terrestre, ou vice-versa. O Centro de Instrução Especializada Aéreo-Terrestre, sendo, como é, um órgão fixo, não tem necessidade de **Oficiais Médicos** — todos eles com o curso de pára-quedismo. Essa exigência — imposta pelo seu emprego indiscriminado na Companhia Divisionária de Saúde — torna praticamente impossível reconciliar as reais necessidades do Centro de Instrução Especializada Aéreo-Terrestre — em **Oficiais Médicos** especializados em Cardiologia, Radiologia, Psicotécnica, Oftalmologia, etc. — com a possibilidade de encontrá-los com tais especialidades, já por si muito absorventes, e, ainda, com o curso de pára-quedismo, curso este indispensável ao cumprimento das missões atribuídas à Companhia Divisionária de Saúde Aéreo-Terrestre.

No momento atual, há baralhamento destas atribuições e o obje-

tivo deste trabalho é o de contribuir com pequena parcela para uma solução mais adequada.

Solução: **Oficiais Médicos** do Centro de Instrução Especializada Aéreo-Terrestre realizando apenas suas funções específicas que, aliás, são muitas, como veremos mais tarde; **Oficiais Médicos** da Companhia Divisionária de Saúde do Núcleo da Divisão Aéreo-Terrestre — eventualmente após estágio no Batalhão de Saúde Osvaldo Cruz — realizando, por sua vez, as missões específicas do Serviço de Saúde de 1º e 2º Escalão das Unidades e Subunidades Divisionárias do Núcleo da Divisão Aéreo-Terrestre.

Obviamente, a boa organização do Serviço de Saúde no Núcleo da Divisão Aéreo-Terrestre, não poderá dispensar:

1 — A existência de uma **Chefia** para o Serviço de Saúde Divisionário;

2 — A existência de **Elementos** de Saúde orgânicos, nas Unidades e Subunidades Divisionárias que, pelo seu efetivo, ou pelas missões que lhe cabem desempenhar, não possam receber um "apoio de Saúde" diretamente da Companhia Divisionária de Saúde.

É evidente que a solução apresentada — que embora simples é a que parece mais acertada do ponto de vista médico militar — poderá esbarrar com alguns obstáculos de ordem econômica e de ordem administrativa. Tais obstáculos, contudo, não poderão ser de grande vulto. A organização do Serviço de Saúde — do Núcleo da Divisão Aéreo-Terrestre — de acôrdo com as bases apresentadas deverá exigir:

1 — No Quartel-General Divisionário — a organização da **Chefia** do Serviço de Saúde do Núcleo da Divisão Aéreo-Terrestre, com:

- a) 1 Oficial Médico;
- b) 1 Oficial Auxiliar de Saúde.

2 — Na Companhia Divisionária de Saúde:

- a) 3 **Oficiais Médicos**;
- b) 1 **Oficial Dentista**;
- c) 2 **Oficiais Auxiliares de Saúde**.

3 — No Batalhão de Infantaria Aéreo-Terrestre — organização de uma Seção de Saúde, com:

- a) 1 Oficial Médico;
- b) 1 Oficial Dentista;
- c) 1 Oficial Auxiliar de Saúde.

4 — Na Companhia Divisionária de Engenharia Aéreo-Terrestre — organização de uma Seção de Saúde, com:

- a) 1 Oficial Médico;
- b) 1 Oficial Auxiliar de Saúde.

5 — No Centro de Instrução Especializada Aéreo-Terrestre — organização de um Departamento Médico (em substituição da atual Seção de Saúde), com:

- a) 3 Oficiais Médicos;
- b) 1 Oficial Farmacêutico;
- c) 1 Oficial Dentista;
- d) 2 Oficiais Auxiliares de Saúde.

Evidentemente, o efetivo sugerido é, ainda, um efetivo de transição, como também é, de transição, a atual organização do Núcleo da Divisão Aéreo-Terrestre. Para o futuro, quando o atual Núcleo da Divisão Aéreo-Terrestre houver alcançado o seu pleno desenvolvimento e vier a tornar-se uma Divisão Aéreo-Terrestre típica, então caberá, ao seu Serviço de Saúde evoluir no mesmo sentido — pela ampliação dos seus órgãos e respectivas funções — e com um efetivo, em Oficiais de Saúde, capaz de permitir a perfeita execução das missões que, então, lhe serão atribuídas.

As atribuições principais do Departamento Médico do Centro de Instrução Especializada Aéreo-Terrestre — desobrigado de atribuições junto às Unidades Divisionárias — passariam a ser as seguintes:

1 — Assistência médica — preventiva e curativa — aos efetivos do Centro;

2 — Contrôlo da educação física dos instruídos;

3 — Proporcionar instrução especializada — de Saúde — de acordo com programas a serem estabelecidos pela Diretoria Geral de Saúde — para os Oficiais e Praças destinados a servir em Unidades Aéreo-Terrestre;

4 — Efetuar pesquisas sobre os aspectos particulares das atividades militares aéreo-terrestres, particularmente:

- a) Sobre as condições e fatores fisiológicos e psicológicos:
 - Antes do voo;
 - Durante o voo;
 - No salto;
 - Após o salto.

5 — Pesquisas psicoanalíticas e psicotécnicas objetivando a profilaxia das repercussões somáticas decorrentes do conflito "dever-instinto de conservação" traduzidas, particularmente, por tremores, astenia neuro-circulatória, distonia neuro-vegetativa, simpaticotonia incipiente, neurose de angústia e neurose coata.

6 — Proporcionar meios técnicos quer em pessoal quer em material para o funcionamento da Junta Militar de Saúde Especial encarregada de efetuar a seleção dos candidatos ao curso de pára-quedismo.

Dentre as atribuições do Departamento Médico do Centro de Instrução Especializada Aéreo-Terrestre destacam-se, sem dúvida, as pesquisas que ali poderiam ser efetuadas — sobre as condições físicas, fisiológicas e psicológicas dos candidatos ao curso de pára-quedismo. É evidente que tais condições devem ser perfeitamente conhecidas — e identificadas em cada candidato — a fim de evitar o possível desencadeamento daquelas repercussões somáticas a que acima nos referimos. Examinando o gráfico abaixo veri-

durante o voo: condições psicológicas.

Em terra: Condições físicas

Durante o salto: condições fisiológicas.

fica-se que o simples transporte (por avião e para-queda) ao local do combate exige dos efetivos Aéro-Terrestres condições psicológicas, fisiológicas e físicas perfeitas.

Para fazer face aos "desiderata" apresentados — para o Departamento Médico do Centro de Instrução Especializada — seria indispensável que esse órgão possuísse:

- 1 — Um Gabinete de Biometria;
- 2 — Um Gabinete de Fisiologia;
- 3 — Um Gabinete de Psicologia Aplicada (Psicotécnica);
- 4 — Um Gabinete de Electrocardiologia;
- 5 — Um Gabinete de Raios X;
- 6 — Um Gabinete de Oftalmoto-Rino-Laringologia;
- 7 — Um Gabinete de Pesquisas Clínicas;
- 8 — Um Gabinete Odontológico;
- 9 — Um Posto Médico, compreendendo:
 - a) Sala de exames;
 - b) Sala de curativos;
 - c) Sala de repouso;
 - d) Gabinete de Fisioterapia;
 - e) Enfermaria;
 - f) Depósito de medicamentos;
 - g) Instalações complementares: banheiros, gabinetes sanitários, etc.

A Companhia Divisionária de Saúde do Núcleo da Divisão Aéro-Terrestre deverá possuir — a nossa ver — a seguinte constituição:

- 1 — Um Pelotão de Comando — encarregado da administração e da escrituração;
- 2 — Um Pelotão de Evacuação (ou mesmo dois);
- 3 — Um Pelotão de Triagem.

Quando transportada deverá levar de apetrechos o máximo compatível com as possibilidades de carga do avião de transporte. Os seus outros equipamentos básicos deverão ser lançados de aviões transportes especiais, ou, então, desembarcados normalmente — quando a situação o permitir.

Como a Divisão Aéro-Terrestre é levada ao combate pelo ar, desnecessário seria acrescentar que todos

os componentes da Companhia Divisionária de Saúde deverão possuir o curso de para-quadismo.

O esquema da organização proposta para o Serviço de Saúde do atual Núcleo da Divisão Aéro-Terrestre não apresenta, na verdade, nenhuma inovação. Contudo com ele se apresenta — e se propõe — um reajustamento das funções que, atualmente, são exercidas indiscriminadamente pelos Oficiais Médicos do Centro de Instrução Especializada Aéro-Terrestre e pelos Oficiais Médicos da Companhia Divisionária de Saúde. A organização proposta tem, ainda, a nosso ver, o mérito de obedecer, rigorosamente, aos princípios e aos escalonamentos já estabelecidos no Regulamento do Serviço de Saúde do Exército, em vigor. Não existe, no esquema proposto, nenhuma hipertrofia orgânica, ou funcional, para o Serviço de Saúde do Núcleo da Divisão Aéro-Terrestre — o que poderia implicar em subtração desse Serviço, dos escalões funcionais estabelecidos no mencionado Regulamento. Em suma, foi proposto para o Núcleo da Divisão Aéro-Terrestre um esquema de organização — para o seu Serviço de Saúde — idêntico ao das outras Divisões do nosso Exército, respeitadas, contudo, as suas peculiaridades. O próprio Departamento Médico proposto para o Centro de Instrução Especializada Aéro-Terrestre não constitui uma hipertrofia, porque tudo leva a crer que, com a futura organização de uma 2ª Divisão Aéro-Terrestre, o Centro de Instrução Especializada Aéro-Terrestre deverá constituir um estabelecimento autônomo, e o seu Departamento Médico passará a representar, então, o mesmo papel representado, atualmente, pelo Departamento Médico da Escola de Educação Física do Exército.

Impõe-se ainda consignar que a organização proposta permitirá uma imediata evolução das condições de Serviço de Saúde de Núcleo de uma Divisão Aéro-Terrestre, para as condições de Serviço de Saúde da 1ª Di-

visão Aéro-Terrestre — cujo advento é lícito esperar para um futuro próximo.

ESBOÇO DE INSTRUÇÕES REGULADORAS DO SERVIÇO DE SAÚDE DO NÚCLEO DA DIVISÃO AÉRO-TERRESTRE

Art. 1º. O Serviço de Saúde do actual Núcleo da Divisão Aéro-Terrestre compreenderá:

1 — Um órgão de direcção: A Chefia do Serviço de Saúde do Núcleo da Divisão Aéro-Terrestre, integrante do respectivo Quartel-General, a cujo Comando ficará subordinado disciplinar e administrativamente.

2 — Órgãos de Execução:

a) A Companhia Divisionária de Saúde, do Núcleo da Divisão Aéro-Terrestre;

b) Os Elementos de Saúde, orgânicos das Unidades e Subunidades Divisionárias, do Núcleo da Divisão Aéro-Terrestre;

c) O Departamento Médico do Centro de Instrução Especializada Aéro-Terrestre.

Art. 2º. À Chefia do Serviço de Saúde Divisionário compete dirigir a execução do Serviço de Saúde do Núcleo da Divisão Aéro-Terrestre de conformidade com as disposições constantes do Regulamento do Serviço de Saúde do Exército e do C 8-5 e C 8-10.

Parágrafo único. A Chefia do Serviço de Saúde Divisionário — conquanto parte integrante do Quartel-General do Núcleo da Divisão Aéro-Terrestre, a cujo Comando é subordinada disciplinar e administrativamente — é, do ponto de vista técnico, subordinada à Chefia do Serviço de Saúde Regional e, por intermédio desta, aos escalões superiores do Serviço de Saúde.

Art. 3º. A Companhia Divisionária de Saúde do Núcleo da Divisão Aéro-Terrestre compete:

1 — Assegurar assistência Médica de âmbito regimental às Unidades e Subunidades Divisionárias desprovidas de Elementos de Saúde, orgânicos;

2 — Assegurar a execução — em campanha — do 2º Escalão de Saúde, de conformidade com o C 8-5 e C 8-10;

3 — Assegurar a formação de reservas para o seu escalão de Saúde, pela instrução dos seus efetivos de acordo com os programas-padrão estabelecidos.

Art. 4º. Aos Elementos de Saúde das Unidades e Subunidades Divisionárias — constituindo Secções de Saúde — competirá:

1 — Assegurar assistência médica de âmbito regimental — de acordo com as prescrições contidas no Regulamento do Serviço de Saúde do Exército — às Unidades, ou Subunidades, Divisionárias, a que pertencerem, orgânicamente;

2 — Assegurar a execução — em campanha — do 1º Escalão de Saúde, de conformidade com o C 8-5 e C 8-10;

3 — Assegurar a formação de reservas para o seu escalão de Saúde — pela instrução dos seus efetivos de acordo com os programas-padrão estabelecidos.

§ 1º. As Secções de Saúde a que se refere o presente artigo, conquanto pertençam, orgânicamente, a Unidades, ou Subunidades Divisionárias, do Núcleo da Divisão Aéro-Terrestre, ficarão subordinadas, do ponto de vista exclusivamente técnico, à Chefia do Serviço de Saúde Divisionário do mencionado Núcleo e, por intermédio dessa Chefia, aos Escalões Superiores do Serviço de Saúde do Exército.

§ 2º. No Núcleo da Divisão Aéro-Terrestre possuirão, orgânicamente, Secções de Saúde:

1 — O Batalhão de Infantaria;

2 — A Companhia Divisionária de Engenharia.

Art. 5º. O Departamento Médico do Centro de Instrução Especializada Aéro-Terrestre é o órgão responsável pela execução do Serviço de Saúde neste Centro.

§ 1º. O Departamento Médico de que trata este artigo ficará subordinado:

a) Disciplinar e administrativamente, ao Comando do Centro de

PORTA-AVIÕES PARA A MARINHA

Capitão-de-Fragata HELIO LEONCIO MARTINS

Tem sido criticada, algumas vezes de forma veemente, a aquisição, recentemente feita, de um porta-aviões (ou navio-aeródromo, como o chamamos) para a Marinha.

Os conceitos expendidos, ou batem na tecla de uma economia simplista, ou, quando penetram no terreno da técnica aeronaval e da estratégia marítima, apresentam-se tão extravagantes que pedem mais explicações e ensinamentos do que propriamente respostas.

Mas são oportunas, creio, algumas considerações que mostrem ao público, aos leigos, razões que justifiquem plenamente a compra do navio-aeródromo, em relação à qual só se pode condenar o fato de ter sido um pouco tardia.

Antes de mais nada, é mister que fixemos as finalidades da Marinha de Guerra em um país pacífico, industrialmente fraco e debatendo-se numa fase de desenvolvimento meio desorganizado, que faz oscilar perigosamente sua frágil estrutura econômica e financeira, como é hoje o Brasil.

Positivamente aquelas frases vagas e românticas, tais como "defesa da Pátria no mar" ou a citação dos célebres "8.000 quilômetros de costa a serem defendidos", não mais satisfazem os nossos espíritos, cada vez mais realistas e diretos, ávidos de "porquês", "comos" e "para quês". Não se despende quase 10% do orçamento da União, quando cada dólar, cada cruzado contam para a aquisição de combustível, matéria-prima, maquinária e tudo o mais que necessitamos para formar o parque industrial que nos abrirá a estrada do progresso, por motivos românticos ou para se manter tradições.

Mas será o próprio desenvolvimento industrial que, transformando-nos em uma nação poderosa, trará como consequência natural o espouco de rivalidades e a nossa maior responsabilidade no cenário internacional. Não há grande país que não tenha passado por este teste de virilidade. E nesse momento o Brasil precisará da garantia e do apoio de Forças Armadas à altura de sua tarefa, e, naturalmente como se trata de nação essencialmente marítima, dependendo das linhas de comunicações oceânicas como um corpo humano depende do fluxo sanguíneo em suas artérias, entre elas a Marinha terá papel saliente.

Marinha de Guerra, no entanto, não se improvisa. É fruto de muitos anos de experiência, de erros, de trabalhos, de dificuldades, de luta. A evolução das técnicas e das armas não se processa por substituição, mas, sim, por superposição de camadas.

Não podemos, realmente, na vigência da chamada economia de paz, manter Forças Navais consideráveis, não só porque as nossas necessidades estratégicas não o exigem, como, também, porque isto iria prejudicar o mesmo desenvolvimento industrial que, hoje, é a base e o ponto de apoio do potencial bélico de uma nação. O que precisamos dispor é de um núcleo de homens e de material que funcione como um grande Centro de Treinamento, de Pesquisas e de Estudos das diversas técnicas bélico-navais, onde se mantenham e se desenvolvam os conhecimentos, e o espírito, e os hábitos que permitirão, quando for oportuno e necessário, a ampliação do organismo naval na intensidade e no sentido exigidos pelas circunstâncias.

Com as modernas Forças Navais que constituem tal núcleo, atenderemos às demonstrações limitadas que as nossas atitudes políticas em relação às pequenas nações possam solicitar; e também elas nos permitirão adquirir o know how indispensável para, no caso do possível, mas não desejado conflito Ocidente x Oriente, podermos lutar efetivamente ao lado das outras potências, capacitadas a utilizar, sem tardança, o material disponível, graças às novas condições econômicas, o que nos colocará na posição digna de aliados, e não naquela subalterna de satélites.

E dêsse embrião é imprescindível que faça parte um Navio-Aeródromo. As Marinhas de hoje não têm significação sem sua arma aérea. Todas as suas atividades, quer se relacionem com o papel específico das Esquadras, qual seja o de destruir o Poder Naval inimigo como medida inicial que facilitará qualquer desenvolvimento estratégico posterior; quer se trate da guerra antisubmarina, onde os chamados Grupos de Caça e Destruição, compostos de alguns contratorpedeiros protegendo um Navio-Aeródromo com cujos aviões operam em conjunto, são ainda a principal arma; quer nos ocupemos de ações anfíbias, onde, além do amanciamento preliminar das defesas costeiras, é preciso que se dê apoio às primeiras operações terrestres quando ainda não se conta com aviões vindos de bases fixas; todas essas atividades, repetimos, se desenvolvem em torno do Navio-Aeródromo, que se tornou o Navio Capital por excelência. Se para a patrulha costeira ou na defesa da costa contra incursões inimigas pode-se contar com a aviação terrestre, na guerra oceânica, naquelas operações antisubmarinas e anticorsárias que poderemos ser chamados a executar na defesa das linhas de comunicações do Atlântico Sul numa III Guerra Mundial, só os Navios-Aeródromos asseguram à Aviação as características que são típicas das Forças Navais: mobilidade e liberdade de ação.

Os foguetes e bombas nucleares, e todo esse arsenal de armas diabólicas que os Departamentos de Propaganda das Potências procuram pintar com as cores mais negras, no amedrontamento mútuo denominado "guerra fria", longe de neutralizarem os Navios-Aeródromos, mais os valorizam, pois a sua flexibilidade de emprego e sua capacidade de desaparecer na vastidão dos mares os transformaram nas Bases mais seguras para seu lançamento. A prova evidente disto é o fato de que continuam a ser construídos, cada vez maiores e mais poderosos.

Quanto aos aspectos econômicos da questão, realmente, nas condições atuais, as despesas militares do Brasil devem ser as mais reduzidas possíveis. Mas, da mesma forma que há um limite máximo admissível para os gastos bélicos em tempo de paz, também há um mínimo. É aquele abaixo do qual não se conseguem manter os elementos operativos essenciais à Política Naval adotada e capazes de justificar os gastos feitos com a administração e a infraestrutura orgânica da Marinha.

Um único Navio-Aeródromo não nos vai fortalecer especialmente. Não nos vai incitar à conquista da América do Sul. Não nos vai aliviar no rol tão reduzido das Potências Marítimas. Limitar-se-á a dotar a nossa Marinha-Escola de um elemento essencial à "atualização do ensino", se nos permitimos manter a analogia.

O ex-Vengeance é um Navio-Aeródromo ligeiro, isto é, o menor tipo existente, tirante os cargueiros adaptados durante a guerra, com uma dotação pequena de aviões, e o fato de ser de segunda mão tornou-se barattíssimo, pois seria praticamente impossível, atualmente, a aquisição de um novo. Se for bem equipado e reparado, além de ter garantida uma vida útil razoável, permitirá que nele nos adestremos em todas as técnicas e operações, semelhantes àquelas desenvolvidas por gigantes da classe Forestal. Enfim, é um típico Navio-Escola, exclusivamente.

Estabelecer-se correlação e alternativa entre um Navio-Aeródromo com tal destinação e um cargueiro não tem significação. Precisamos de ambos, cada um com diferente finalidade, cada um útil dentro de sua respectiva esfera de ação, bastante heterogênea, aliás. Há, realmente, serviços pacíficos, tais como hidrografia, socorro marítimo, sinalização náutica, etc., que, devido às características especiais dos trabalhos a serem executados e à sua utilização indireta em operações de guerra, precisam ser atribuídos a organismos militares. Eventualmente, em situações de emergência nacional, os Navios Transportes da Marinha podem auxiliar a Marinha Mercante, como o fazem no momento. Mas o propósito específico da Marinha de Guerra é a preparação bélica do País para os conflitos marítimos. Só para isto se destina a sua estrutura complicada e caríssima de apoio, formação de pessoal especializado, etc. Esta se tornará um gasto inútil, um desperdício, se não for acompanhada dos elementos operativos essenciais, entre os quais, vimos, o Navio-Aeródromo é o principal.

Combater-se, porque é muito dispendiosa, a aquisição de um Navio-Aeródromo e manter-se a estrutura administrativa e orgânica da Marinha, corresponde a comprar-se o milho porque é barato e abstermo-nos de obter as galinhas que o devem comer porque são caras. Se-

ria mais coerente, embora absurdo, encetar-se uma campanha para transformar a Marinha de Guerra num serviço elementar de policiamento e alfândega do que apenas erguerem-se óbices aos gastos feitos com a aquisição dos navios de combate.

Relativamente à criação da Aviação Naval, à qual pertencerão os aviões que devem equipar o Navio-Aeródromo, já existe doutrina firmada a respeito pelo Estado-Maior das Forças Armadas. E se algumas dúvidas subsistem, deve-se isto ao fato de as discussões terem sido mantidas em plano muito acadêmico, pois não havia, na época, possibilidade de se concretizarem as decisões a que se chegava. A vinda do Navio-Aeródromo terá o valor de dirimir tais dúvidas, pois obrigará os responsáveis a encontrar rapidamente soluções práticas e reais para o problema.

Ainda que se possa considerar uma prova de felicidade o fato de não haver de parte dos brasileiros em geral, a preocupação permanente com a Segurança Nacional, como se observa nos países europeus e, já agora, nos Estados Unidos, não devemos confiar, infelizmente, que esta confortável situação seja eterna. E quando o perigo nos atingir, abençoaremos, com certeza, o que se nos afigura agora, uma extravagância de ricos e que, na realidade, é apenas uma patriótica medida de elementar prudência.

Banco Indústria e Comércio de Santa Catarina S.A.

Agência do Rio de Janeiro

RUA VISCONDE DE INHAUMA, 134-C — CAIXA POSTAL, 1239

END. TEL. "RIOINCO"

Telefone: 23-5928 — (Rede Interna)

Gerência: 43-1112 — Diretoria: 23-0556

RIO DE JANEIRO

ABRA UMA CONTA NO "INCO" E PAGUE COM CHEQUE

(N. 6)



A CONJUNTURA NACIONAL E OS SEUS PROBLEMAS VITAIS

Cel AROLD RAMOS DE CASTRO

O Brasil em face do seu impressionante e vertiginoso progresso e, principalmente, em virtude do desenvolvimento súbito de um novo ciclo da sua economia — o industrial — que parece ter modificado substancialmente a sua característica tradicionalmente de país agropecuário, defronta-se no momento com graves problemas que estão a exigir pronta solução. Assim, surgem como de importância vital os problemas dos combustíveis líquidos, das indústrias de base, dos transportes, das comunicações, da produção agropecuária e da energia elétrica. Tais problemas, que representam indiscutivelmente a infra-estrutura do progresso do Brasil, não podem, apesar da sua amplitude, ser encerrados lenta e sucessivamente e, sim, rápida e paralelamente, razão pela qual a questão apresenta-se com características verdadeiramente ciclópicas. Em verdade, todos os problemas que anteriormente focalizamos vêm sendo, sem dúvida, objeto das cogitações dos Governos da República, porém, em face de razões sobrejacentes conhecidas, em ritmo lento e, porque não dizer, muitos deles, desarticuladamente.

Examinemos mais em detalhe os problemas essenciais da Conjuntura Nacional.

A) A PRODUÇÃO E OS TRANSPORTES

A produção, após ter alcançado em determinadas regiões do país um índice verdadeiramente surpreendente, como, por exemplo, nas fertilíssimas terras roxas do norte do Paraná, começou a decair, uma vez que os agricultores, até então animados pela intensa propaganda em prol da batalha da produção, passaram a ver deteriorarem-se nos seus próprios depósitos e nos armazéns das ferrovias os produtos que, pelo seu trabalho, haviam recolhido das terras que cultivaram.

Conseqüentemente, a produção, que consideramos de prioridade incontestante ante os demais problemas da *Conjuntura Nacional*, exige, como complementação, transportes rápidos e econômicos para o seu encaminhamento para os centros consumidores; tais transportes, porém, ao invés de rodoviários, como estão sendo utilizados preferentemente em larga escala, devem ser feitos

em ferrovias, visto serem mais econômicos e mais seguros. Ademais, no momento, os transportes rodoviários significam uma ponderável sobrecarga nas nossas escassas divisas em dólares, seja pelo aumento do consumo de gasolina, seja pela aquisição de caminhões e indispensáveis sobressalentes.

Preocupado com o importantíssimo problema da produção, está o Governo encarando, com propriedade, a transformação do trabalho braçal nas lavouras, forma sem dúvida primitiva para as necessidades atuais do Brasil, em trabalho mecânico; assim, tudo indica um progressivo aumento da produção e um decorrente agravamento do problema dos transportes.

Segundo a opinião abalizada do Exmo. Sr. General Juares Távora, "no que tange à cooperação dos transportes, deve a mesma ser encarada objetivamente, no sentido de realizar a interligação mais econômica possível dos centros de produção e de consumo, combinando, para isso, racionalmente, os vários meios de transportes. Já há equacionamento razoável para os sistemas de transportes terrestres (ferro e rodoviários), embora ainda considerados de forma mais ou menos independente".

"Faz-se mister ampliá-lo, para abranger os transportes aquaviários (oceânicos e interiores) e aeroviários, e, sobretudo, coordenar o seu funcionamento conjunto em função do bem comum."

Por tal motivo, a produção e o transporte constituem um binômio econômico para cuja solução se torna necessário cuidar urgentemente do reaparelhamento das nossas estradas de ferro, particularmente aquelas que servem às regiões de produção do país, como por exemplo a Viação Férrea Paraná-Santa Catarina e reexaminar os fretes para o transporte dos artigos de primeira necessidade.

Os fretes cobrados nas vias férreas do Governo, pelos artigos de consumo obrigatório, não devem e não podem ser fonte de renda, pois o seu elevado custo implica na retração dos produtores e, em consequência, na natural diminuição da

produção e subsequente encarecimento do custo de vida. O Governo se cobrirá dos prejuízos decorrentes dos transportes ferroviários, mais tarde, pelos impostos de maiores vendas e logicamente de maiores lucros.

Lamentavelmente, um dos pontos fracos da economia brasileira reside na debilidade do seu sistema de transportes. Segundo dados fornecidos pelo trabalho do Exmo. Senhor General Távora — *Observações à margem do nosso desenvolvimento econômico* — enquanto as ferrovias americanas transportam cerca de 5.700 toneladas-quilômetro por habitante e as argentinas 995, as brasileiras não vão além de 150. A esse fato junta-se o pequeno número de veículos-automóveis existente no país. Enquanto nos Estados Unidos há cerca de 32 veículos-automóveis para cada 100 habitantes, na Austrália 16, na Argentina 3,3, no México 1,1, no Brasil há apenas cerca de 0,8.

É necessário, indiscutivelmente, que a produção marche em trajetória ascendente, a fim de atender ao elevado e cada vez mais crescente índice demográfico do Brasil, fato que permite asseverar que tudo que é produzido é consumido, interna e externamente, uma vez que transportes seguros e rápidos assegurem o escoamento, a população brasileira já ultrapassou a casa dos 50 milhões de habitantes, colocando-se, assim, "acima do Reino Unido, da França e da Itália, e abaixo, apenas, da China, da Índia, da Rússia, dos Estados Unidos, do Japão, da Alemanha e, talvez, da Indonésia".

Ainda, relativamente ao problema dos transportes, devemos encarar-lo sob um quádruplo aspecto: aéreos, ferroviários, marítimos e rodoviários. Assim, pela dilatada projeção do problema, deve ser ele objeto do estudo, planejamento e execução por parte de um órgão federal eminentemente técnico e com objetivos nitidamente definidos.

No que tange à produção é necessário considerar "o quase completo desaparecimento do nosso homem para enfrentar vantajosamente as dificuldades opostas à atividade humana pelo clima tropical

existente na maioria das áreas (calor, umidade, endemias tropicais, etc...) e pela aciditação do solo (pouca adaptabilidade ao trabalho mecânico, rápido desgaste do húmus pela erosão, encarecimento dos transportes, etc...). Tais contingências implicam necessariamente em processos empíricos e antieconômicos de produção e, de outro lado, a um esgotamento prematuro das terras cultivadas".

Finalmente, dada a íntima ligação existente, como vimos, entre a produção e os transportes, não nos arreceamos em sugerir quão vantajoso seria para a economia e a segurança nacional a criação de um organismo governamental encarregado de promover a solução equilibrada e justa para os assuntos correlacionados com o problema da produção e do transporte.

Na época atual o Brasil se sente ávido de transportes e vias de comunicações adequadas. Nunca, a frase de Washington Luiz: "Governar é abrir estradas" foi tão real e positiva.

O Corpo Geofísico do Brasil necessita possuir múltiplas artérias por onde possam circular as suas riquezas. Infelizmente muito poucas rodovias pavimentadas possuímos e, tal fato, acarreta danosas consequências para o escoamento da produção, tornando-os lentos e onerosos.

Referentemente às ferrovias, inexplicavelmente, possuímos uma gama de bitolas e que bem traduzem uma desorientação inicial, hoje, difícil de ser sanada.

Quer nos parecer que o problema dos transportes e das comunicações seja um dos de mais difícil solução, pois, exige de início uma verdadeira readaptação à vida nacional. Assim é que traçados defeituosos de algumas das nossas ferrovias vitais para a economia nacional, estão sendo objeto de retificações e outras obras de vulto. Em consequência de tal desarticulação surgem as longas, demoradas e onerosas baldeações, acompanhadas, é lógico, dos inevitáveis danos e prejuízos.

B) COMBUSTÍVEIS LÍQUIDOS

Quanto ao momentoso e atualizado problema dos combustíveis líquidos, em particular do petróleo, já iniciamos os primeiros passos em busca da emancipação. Já caiu por terra a derrotista lenda de que o Brasil não possui petróleo; a exploração petrolífera no recôncavo baiano e a sua subsequente industrialização é hoje uma promissora realidade, mas representa, entretanto, o início para a solução de mais um grande problema nacional.

É necessário progredir nas pesquisas petrolíferas nas regiões do nosso território onde indícios positivos assegurem a existência de preciosos lençóis, como em Aragua e Guaratinguetá, no Estado de São Paulo, na serra da Balisa, no Paraná, em Malo Grosso e no Amazonas. Por outro lado, impõe-se dedicar uma particular atenção às numerosas jazidas de salitre betuminosos que possuímos, desde o Amazonas até o Rio Grande do Sul, destacando-se como de particular importâncias as do Maranhão, de Alagoas e de São Paulo.

Referentemente ao problema do petróleo, é necessário promover o interesse do capital privado nacional, infelizmente ainda impregnado impatrioticamente do espírito das inversões que assegurem lucros rápidos e elevados. Uma campanha visando o emprégo do capital privado nacional deve ser desenvolvida, a fim de que seja possível ao Brasil enfrentar tão importante problema sem os pesados encargos dos empréstimos externos e que acretam um forte desequilíbrio na sua economia interna.

Assim, em se tratando da exploração petrolífera de uma indústria inicialmente onerosa, muito pode cooperar o capital privado brasileiro, contribuindo, ainda, para dar-lhe o cunho verdadeiramente nacionalista.

A refinaria de Cubatão representa um grande passo para assegurar a consolidação da economia nacional, evitando o desgaste das nossas divisas no mercado externo, além de ser uma magnífica escola de for-

mação de técnicos e operários especializados.

Continui o Conselho Nacional do Petróleo nessa patriótica e elevada obra e, em futuro próximo, o Brasil poderá se tornar autosuficiente no tocante aos combustíveis líquidos.

A refinaria de Cubatão, segundo os últimos dados que colhemos, já se encontra dotada de 95 por cento do seu material, em importância superior a 14 milhões de dólares e, se encontra produzindo gasolina, óleo diesel e querosene. Uma vez completada a sua montagem, será possível entregar diariamente ao mercado nacional, cerca de 2.500 barris de essência para a aviação, 19.000 barris de gasolina para automóvel, 4.500 barris de querosene e outros tantos de óleo diesel, 15.000 barris de óleos combustíveis e mais 1.600 barris de gases liquefeitos.

Por outro lado, ainda de acordo com as últimas declarações do Governo passado "cogita-se da industrialização dos gases residuais, cujo volume é da ordem dos 330.000 metros cúbicos diários, o que torna possível e aconselhável o planejamento de indústrias subsidiárias do mais alto valor; entre estas incluem-se a de adubos químicos das quais importamos mais de 500.000 toneladas. Com a utilização de apenas 25 por cento da quantidade de gases residuais da refinaria, poderemos produzir diariamente cerca de 100 toneladas de amônia, suscetíveis de serem transformadas em 375 toneladas diárias de fertilizantes de alto teor de azoto".

Tão promissoras notícias nos permitem asseverar que está alviciavelmente iniciada a solução do importantíssimo problema do petróleo. Urge, agora, continuarmos a obra envidando todos os esforços no sentido de explorarmos as nossas fontes petrolíferas, pois só assim poderemos solucionar em definitivo a importante questão do benefício do nosso próprio petróleo.

É interessante ressaltar que "a área sedimentar possivelmente petrolífera do Brasil equivale a cerca de seis por cento da área sedimentar de todo o planeta; e comple-

mentarmente, a existência de xisto betuminoso, em grandes quantidades, no Vale do Paraíba e, sobretudo, no chamado horizonte Ivati, e de abundantes matérias-primas para produção do álcool carburante — são elementos favoráveis para a solução do problema de combustíveis líquidos. Por outro lado, a fauna ictiológica, quer oceânica, quer de águas interiores, constitui verdadeira riqueza a desafiar nossa capacidade de empreendimento".

Como se sabe, o problema do petróleo é profundamente complexo e as pesquisas apresentam grandes dificuldades e requerem profundos conhecimentos geológicos daqueles que a ele se dedicam.

O engenheiro Pedro de Moura em interessante palestra proferida no Serviço Regional do Conselho Nacional do Petróleo, na Bahia, apresentou uma série de interessantes considerações acerca das pesquisas e exploração do petróleo, da qual nos permitimos "data vênica", citar alguns trechos.

"Referente às pesquisas devem ser eliminados, de pronto, os terrenos de constituição geológica de rochas muito antigas, onde, nos primitivos tempos geológicos, não havia sinal de vida orgânica. No caso, estão compreendidas, por exemplo, as que bordam a baía de Guanabara e o complexo cristalino que acompanha a nossa costa, desde o Rio Grande do Sul até o norte do país.

"Assim, as pesquisas do petróleo devem ser feitas nas áreas de formações de rochas sedimentares, constituindo grandes bacias, porque depósitos sedimentares não têm valor para esse problema de pesquisas."

Interessante é, finalmente, aludir aos pontos do nosso território onde pesquisas estão se realizando, a fim de constatarem ou não a existência do "ouro negro".

Em Alagoas, com perspectivas muito boas; no sul do país, vestígios de óleo foram consignados na bacia do Paraná; na bacia do Amazonas, pesquisas vêm sendo feitas com resultados animadores e, no alto Araguaia, igualmente, os indícios são promissores.

C) A INDÚSTRIA PESADA

Um outro grande problema nacional é, sem dúvida, o da indústria pesada. Felizmente para o Brasil, Volta Redonda é uma magnífica realidade, embora a sua produção não atenda, ainda, as necessidades do país.

De qualquer forma, porém, representa para a economia nacional um grande passo e tudo leva a crer que outras realizações continuem dando um satisfatório desenvolvimento a tão importante indústria.

Quem visita Volta Redonda não pode descrever da nossa capacidade; necessitamos aqui, como no caso do petróleo, interessar os capitais privados nacionais, pois só assim teremos uma indústria pesada genuinamente nacional. Isto, entretanto, não quer dizer que devemos cerrar as nossas portas ao capital estrangeiro bem intencionado; não, ao contrário, devemos até mesmo interessá-lo e aceitar a sua colaboração mediante contratos e acordos leais e honestos.

Benvindo seja o capital estrangeiro que aqui chega com propósitos elevados, pois contribuirá para o fortalecimento da nossa economia; alijemos, porém, todo aquele que, pela sua origem escusa, possa transformar-se em fonte de discórdias e inquietações.

Atravessando o Brasil, como dissemos anteriormente, um novo ciclo da sua vida econômica, lançando-se vivamente no terreno industrial, outro aspecto também se desenha no seio da massa obreira. Atraída pelos salários compensadores e por uma Lei Trabalhista, a mais avançada, talvez, do Mundo, o homem do campo acorre aos grandes centros, ansioso por conseguir lugar nas fábricas.

É o êxodo rural que se vem verificando assustadoramente, dos homens do campo oriundos das regiões caracteristicamente agropecuárias do país, acarretando um verdadeiro desequilíbrio da nossa economia interna.

A única maneira de restabelecermos o equilíbrio indispensável e, sem dúvida, valorizar o trabalho do homem do campo, colocando-o em

nível de igualdade com os que manejam as indústrias.

É o que se propõe realizar a política agrária, em boa hora concebida pelo Governo, convicto de que, sem produção farta e barata, todos os demais vitais problemas da nossa *Conjuntura Nacional* terão a sua trajetória irremediavelmente bloqueada.

D) ENERGIA ELÉTRICA

Propositadamente deixamos para tratar em último lugar do problema da energia elétrica, por considerá-lo verdadeira mola propulsora do progresso do Brasil.

Inicialmente desejamos salientar que o nosso país nunca teve tanta afeição de energia elétrica como presentemente, uma vez que se lança decisivamente no mercado mundial como forte concorrente nos diversos setores industriais.

Ademais, modernamente, a energia elétrica é poderosa força propulsora de progresso, civilização e riqueza; tem as mesmas características das vias de comunicação, as quais, por onde passam, promovem a criação de cidades, do comércio e da abundância.

Um magnífico e convincente exemplo do que dissemos se encontra na criação da Companhia Hidrelétrica do São Francisco, única forma capaz de permitir o aproveitamento de imensa área, compreendendo 247 municípios, que se situam em oito Estados da Federação.

A área a ser particularmente aproveitada, graças à presença de energia elétrica, na percentagem de 90 por cento, está compreendida no "polígono das secas".

Referente ao importantíssimo problema da energia elétrica é interessante aludir aos dados consignados em um trabalho do Exmo. Sr. General Juarez Távora. Diz S. Excia.: "colocamo-nos favoravelmente entre os países que dispõem de maior potencial hidráulico visível (cerca de 20.000.000 HP) localizado, em grande parte, em zonas já relativamente povoadas e economicamente ativas. Tal potencial, se devidamente aproveitado (mediante ampliação dos

deflúvios, etc...) poderá elevar-se a 40, ou mesmo 50 milhões de quilowatts. (A potência até agora instalada apenas se aproxima de dois milhões de quilowatts)".

Com a era da energia elétrica, o Vale do São Francisco alcançará surpreendente progresso nas suas atividades econômicas, tais como: agricultura (algodão, mandioca, feijão, fumo e côco de praia); indústrias extrativas vegetais (fibras e sementes oleaginosas); produção extrativa mineral; produção industrial (açúcar e tecidos); pecuária (bovinos, asininos e caprinos).

O que se passa, em última análise, é a recuperação econômica e social de uma importante e fértil região do território brasileiro, com resultados benéficos para a economia nacional. A energia elétrica no Vale do São Francisco, irá, sem dúvida, prender o homem à terra e valorizar o seu trabalho.

Outro aspecto dos benefícios da energia elétrica encontramos nos monumentais trabalhos que se rea-

lizam em Ribeirão das Lajes e no Estado de Minas Gerais, procurando, os primeiros, dotar o principal parque industrial brasileiro da energia elétrica de que tanto necessita e, o segundo, preparar o Estado montanhês para constituir, talvez, o principal centro da indústria pesada nacional.

II) CONCLUSÕES

Foi, unicamente inspirado na convicção que nutrimos da *Grandeza do Brasil* que procuramos apresentar a pálida fotografia anteriormente feita e relativa aos *Problemas Vitais da Conjuntura Nacional*.

Para terminar, almejamos que, do espírito dos brasileiros seja definitivamente banida a descrença, o derrotismo e o desinteresse pelas coisas que constituem, inegavelmente, uma firme demonstração do nosso patriotismo e do nosso esforço pela projeção do Brasil como uma verdadeira potência econômica no mundo contemporâneo.

**COMPANHIA PROGRESSO INDUSTRIAL
DO BRASIL**

FABRICA BANGÚ

TECIDOS FINOS

EXIJAM SEMPRE A MARCA



QUE GARANTE:

CÔRES FIRMES, PERFEIÇÃO E DURABILIDADE

TRÊS PROBLEMAS CAPITAIS DO CAFÉ

J. TESTA

Da Superintendência do Café

Bater sempre na mesma tecla é, para o jornalista ou para o técnico, um tanto maçante. Mas, não há outro meio de chamar a atenção quando se trata de um problema que é indispensável seja debatido, que é imprescindível seja conhecido e solucionado. Mesmo porque, após longo tempo de insistência em relação a determinado assunto, verifica-se que numerosíssimas pessoas nunca tomaram d'ele conhecimento. Os casos sensacionais, citadinos em sua maioria, ainda conseguem difusão (às vezes até maior do que seria necessário); os problemas básicos, entretanto, de índole econômica, têm aspecto mais fechado; nem todos os estudiosos ou por eles se interessam. E, dentre esses, os assuntos rurais ficam em último plano, pois é esse o setor onde as idéias preconcebidas e a rotina mais se fazem sentir, e onde a reação às idéias novas mais se patenteia.

O ruralista é, em toda parte, conservador por natureza. E é, também, pelas próprias contingências do meio, um tanto menos letrado que os seus irmãos do asfalto. Isso, de um modo geral, evidentemente, pois as exceções são tão evidentes, que nem seria necessário fazer-lhes menção.

Destas considerações decorre a necessidade, que experimenta todo aquele que escreve, de voltar aos mesmos temas, pois a passagem das mesmas águas pelos mesmos pontos é eterna, como a vida... É que ele verifica, a cada momento, a não observância de práticas tão curiais e tão elementares como a própria essência das coisas. Verifica, por exemplo (e apenas quanto ao setor rural), que, não obstante todos os progressos da moderna técnica, continua-se a plantar de morro abaixo, sem defesa do solo; a cortar e

queimar os últimos restos de nossas matas; a plantar sem escolha da semente, sem adubação, sem trato adequado; a destruir os restos de nossa fauna; a poluir os últimos dos nossos rios...

Quando será possível que idéias tão simples consigam penetrar nas consciências? Será coisa para a nossa geração?

o o

Seja qual for o resultado desse — digamos talvez pretenciosamente — desse apostolado que a gente se impõe, nosso dever, o dever daqueles que estudam, é pregar, quotidiana e infatigavelmente, as boas idéias. Tem aqui inteiro cabimento a palavra de Cristo, ou seja, a parábola do sementeiro, mesmo porque, sem trocadilho e sem desrespeito, trata-se exatamente de assuntos rurais e, pois, de semear.

Em matéria de café, há cerca de trinta anos que vimos batendo nas mesmas teclas: escolha do solo, escolha da semente, defesa do terreno, plantio racional, trato adequado, colheita e beneficiamento cuidadosos. E a gente continua a ver, diariamente: plantio em terras fracas, arenosas, geentas e com a semente do vizinho, num cultivo feito de morro abaixo, sem defesa alguma contra as enxurradas; e a colheita por derriça, os frutos maduros de mistrua com os verdes, os pretos, as pedras, os paus...

* *

Todo mundo entende de café, no Brasil, de modo que todos dão "palpites". A rotina, por sua vez, faz recomendações certas, dos práticos, dos experimentados, que às vezes o são realmente, mas nem sempre.

E, além disso, há os imediatistas, os que apenas vêem o problema sob um dos ângulos: o do lucro rápido, o do maior financiamento, o da compra pelo governo, o dos preços altos, sem encarar o assunto de um modo geral, como progresso da cafeicultura em bases sólidas, capazes de fazer com que o produto se imponha definitiva e permanentemente nos mercados do mundo.

Nesse setor cafeeiro (como em todos os outros) precisa-se, além de conhecê-lo, como é óbvio, ter clareza de raciocínio. Cumpre metodizar o assunto. E, procedendo-se com sistematização, verifica-se desde logo que, dentro das numerosíssimas questões relativas ao café, há três grandes linhas que se impõem como mais importantes, e em torno das quais se agrupam os demais problemas:

- 1) produzir mais barato;
- 2) obter o melhor produto;
- 3) vender.

Tudo isso, aliás, está bem dentro da lógica, pois não se verifica apenas com relação ao café, mas a qualquer mercadoria. Às vezes a propaganda bem feita consegue vender artigos que reúnem apenas uma daquelas duas características, isto é, que são apenas bons ou apenas baratos; acontece, outras vezes, que, mesmo sem adequada propaganda, um artigo realmente bom ou realmente barato consegue se impôr. São, porém, exceções neste mundo da competição e da concorrência.

E é bem possível produzir e vender um café *melhor e mais barato* do que o nosso, atualmente?

Desde logo se pode admitir, sem muito esforço, que são possíveis melhor qualidade e melhores processos de comercialização. E quanto ao barateamento? Eis o que veremos a seguir.

O RENDIMENTO: "MAIS CAFÉ COM MENOS CAFEIROS"

Para muitos, a seriação dos problemas que estabelecemos com relação ao café não será tida como exata. Para eles o capital é o problema financeiro: o dos preços de

venta, o do financiamento, o dos ágios cambiais.

Em nossa modesta opinião, e sem emprestar menor importância ao aspecto financeiro, que reputamos capital, julgamo-lo, todavia, apenas uma decorrência dos outros três. Acreditamos que, se se conseguir maior rendimento dos cafezais, isto é, maior produção por área, por cafeeiro; se a qualidade e apresentação desse café melhorarem; e se a propaganda e comercialização do mesmo se fizerem dentro dos melhores e mais eficientes processos, então o lucro que ele deixa será mais fácil de obter e mais ponderável do que atualmente. Donde se segue que o problema do preço ficará, então, resolvido, com exceção apenas de certos aspectos.

Examinemos o primeiro item da questão: o rendimento, ou seja produzir mais café sem aumentar o número de pés e, mesmo, se possível, diminuindo-o. Sim, porque produzir mais café aumentando as plantações não barateia o produto, antes pelo contrário, visto como as novas plantações são, em maioria, situadas em zonas novas e, pois, mais distantes, sujeitas a maiores fretes e mão-de-obra mais cara. Além disso, o de que se trata não é de aumentar a quantidade do café, com o que se poderia criar uma superprodução mundial. O que se procura é aumentar a quantidade por pé, isto é o rendimento, com o que se obteria o barateamento do produto.

Bem difícil é o problema. Examinado no gabinete é uma coisa, mas na lavoura é outro, e bem diferente. Há que lutar com uma infinidade de fatores adversos.

Antes de tudo, é necessário fixar dois princípios capitais: um, o de que o conceito de lavoura *extensiva*, com enormes cafezais a perder de vista, está superado. O que predomina hoje é o conceito da lavoura *intensiva*, com menos arbustos porém muito mais bem tratados, não como plantação de roça, mas como árvores de pomar; o ou-

tro princípio a considerar é o de que as terras novas diminuem no país, principalmente nos Estados de S. Paulo e Minas, e sem falar no do Rio, que de há muito as esgotou. Donde a necessidade de plantar (ou replantar) em terras mesmo velhas que, aliás, como veremos, são exatamente as melhores, por diversos e ponderáveis motivos.

Realmente, as terras velhas são em maioria de boa qualidade e de ótimo clima para o café, visto que foram escolhidas em primeiro lugar, quando havia possibilidade de escolha onde mais conveniente fôsse, o que hoje não ocorre, sendo os atuais cafeicultores retardatários obrigados a se deslocarem cada vez para mais longe, no sentido oeste ou sul. E, além disso, um século de civilização cafeeira fez dessas zonas onde primeiro penetrou a rubiacea uma região cortada de boas vias de comunicação, dotada de confortáveis centros urbanos, bons e numerosos estabelecimentos bancários e fazendas perfeitamente aparelhadas ao seu mister. As terras são de primeira qualidade, os lavradores possuem tradição agrícola, as distâncias aos portos e aos grandes centros são menores.

Sem que preguemos o abandono das terras novas, onde também há respeitáveis interesses, e não apenas regionais ou particulares, a defender, pensamos todavia que se torna imperativa a *marcha para leste* no sentido da recuperação das terras ditas velhas. Aliás, não mais se trata de experiências a fazer, como se verificava há muitos anos atrás, quando iniciávamos a difusão destes conceitos. Atualmente, muitos e adiantados lavradores já conseguem, em terras de velhíssimos cafezais abandonados e transformados em pastagens, uma restauração que se diria miraculosa, a base de uma adubação racional, muitas vezes consociada com a pecuária e, em certos casos, com a irrigação artificial.

Trate-se porém de zona nova ou velha, o essencial é que sejam seguidos alguns preceitos essenciais que, todavia, nem sempre são lembrados, ou por falta de conhecimen-

tos dos interessados, por pressa, necessidade, ou ainda por desleixo.

Para que um cafezal produza mais por unidade de área, ou por pé, bastaria, a grosso modo, que fôsse bem adubado, ou pelo homem ou pela natureza... Tendo-se o cafeeiro bem nutrido, quase que se é levado a prescindir de outras considerações, que parecem desnecessárias. A cousa, todavia, não é assim tão simples. Há outros elementos que devem ser considerados e, falando-se a rigor, muito melhor sejam todos atendidos a fim de que não haja surpresas e se possa contar com cem por cento de probabilidades. Será, pois, conveniente, não apenas cuidar da "alimentação" do cafeeiro como também de vários outros detalhes capazes de assegurar ao lavrador uma exploração agrícola inteiramente satisfatória. O problema começa a se delinear desde a escolha da propriedade: sua zona, suas terras, seu clima, distância dos centros consumidores, vias de comunicação, facilidades de mão-de-obra, etc. Escolhida a região, vem a do terreno especificamente classificado para o cafezal, que deve ser o melhor da propriedade, pois trata-se de produto nobre e que alcança bons preços e facilidade de colocação e de financiamento. Boa face, livre tanto quanto possível de ventos frios e de geadas, devendo haver cuidado em deixar renques de árvores protetoras, ou mesmo faixas de matas, ficando o cafezal como em clareiras. Vem, depois, o plantio: escolher a melhor semente é cuidado indispensável. Tempos já houve em que qualquer semente servia. Hoje, todavia, já existem linhagens selecionadas, de cafeeiros mais rústicos, mais produtivos, mais precoces.

Não para aí o trabalho. Necessário se torna que o plantio seja feito da melhor maneira, tendo em vista vários detalhes: melhor aproveitamento da terra; maior facilidade do trato, prevendo-se, inclusive a mecanização; melhor conservação do solo.

Já se tem muito insistido sobre o modo de plantio que, atualmente,

não mais deve ser em linhas paralelas, esquadrejadas, mas sim de acordo com o nível do terreno, de modo a evitar o escoamento das enxurradas, a lavagem da terra e o arrastamento dos adubos. O plantio deve ser feito em fileiras, distante cada fileira uma da outra um espaço que permita a passagem de aparelhos mecanizados, os quais, futuramente, terão que carpir o cafézal, pulverizar os cafeeiros, etc.

Uma vez plantada a melhor semente, na terra mais adequada e pelo melhor processo, cumpre tratar com as maiores atenções o cafeeiro, adubando-o, carpindo-o, podendo-o se necessário, irrigando-o se possível, colhendo o café sem maltratá-lo e replantando rigorosamente todas as falhas, enquanto novas as plantas, a fim de que cada talhão seja maciço e tenha realmente o número de arbustos que consta dos livros... Qualquer praga ou moléstia, logo que pressentida, deve ser combatida pelos meios aconselhados pelos técnicos competentes.

Um cafézal assim tratado produz, realmente, em zona nova ou velha, uma produção econômica. A média da produção do Estado de São Paulo, nos últimos anos, tem sido de 30 arróbas por mil pés, ou cerca de 450 gramas por pé. Não admira que tal produção não dê lucro, e menos ainda às fazendas que estão abaixo, bem abaixo, dessa média. Mas, também é sabido que numerosas fazendas da zona velha vêm obtendo produções que ficam muito acima de 100, 150 e até de 200 arróbas por mil pés! Cafézais assim tratados, como árvores de pomar, com estérco de curral e de galinha, com adubação mineral, composto, adubos verdes, irrigação, curvas de nível, etc., etc., produzem mais, por unidade de área, que outros muito maiores, de centenas de milhares de pés, porém relegados à sua sorte, ao que podem fazer por si próprios...

Não interessam "mais cafeeiros". O que interessa é mais café por unidade, por área, por cafeeiro.

A QUALIDADE: NÃO É INDISPENSÁVEL CAFÉ MAIS "FINO". PORÉM É IMPRESCINDÍVEL CAFÉ MAIS "LIMPO"

Ao se falar em qualidade surge logo a objeção de que há mercados para todos os tipos e que o Brasil sempre vendeu todos os seus cafés, desde o "Santos" ao "Vitória", desde o "Ribeirão Preto" ao "Caratinga". E argumenta-se que, em falta dos nossos tipos baixos, os mercados habituados a comprá-los, principalmente o Havre, se abastecerão de outros produtores, o que redundará em nosso prejuízo.

Essas afirmações constituem uma verdade muito relativa, por várias razões. A primeira delas é que, sendo embora discutível e pessoal o conceito do "bom" e do "mau", há todavia uma concordância com relação a padrões estabelecidos e geralmente acatados. Com referência a café, por exemplo, muito embora houvesse quem preferisse os "Rio", talvez por um hábito oriundo da dificuldade material ou financeira de encontrar produtos mais finos, mesmo esses "habitués" do produto inferior não negavam que "também" os suaves eram bons cafés; e poderiam se habituar a eles se os encontrassem com maior facilidade, pois o paladar é, até certo ponto, uma questão de educação e de hábito.

Em segundo lugar, o que se deve considerar não é propriamente o paladar do café, mas as suas impurezas. Quem está habituado ao paladar dos "Rio" ou "Caratinga" pode continuar a bebê-los, mas certamente apreciará que sejam isentos de paus e de pedras, mesmo porque, em última análise, esses corpos estranhos aumentam o peso do café e, pois, lhe encarecem o preço.

Em terceiro lugar, cabe dizer que, relativamente ao perigo da concorrência para os tipos baixos, ele agora existe, e cada vez maior, desde que a África passou a pesar no mercado com os seus "robusta", que entram nas metrópoles com proteção tarifária e aduaneira.

Exatamente agora, pois, é que nos cabe melhorar o aspecto dos nossos cafés, pois somente quem ainda não

viu um "robusta" primorosamente lavado e catado pode ter dúvida quanto à sua penetração cada vez maior nos mercados consumidores, mesmo tendo em vista o seu sabor-incaracterístico.

Quem preferir — repetimos — os nossos cafés "rio" e "riados" poderá continuar a usá-los, mas, evidentemente, há de preferi-los sem paus e sem pedras. O mundo se torna cada vez mais exigente, inclusive em matéria de alimentação. Do tempo em que os nossos antepassados comiam com a mão, javalis assados inteiros, inclusive com a pele e o pêlo, até os dias de hoje, vai toda uma escala de refinamentos gastronômicos, que só tende a prosseguir.

Esse, aliás, é o motivo principal por que, no passado, sempre as "sobras" das superproduções cafeeiras nos couberam. Para os "milds" da América Latina nunca houve falta de compradores. Se devemos, por motivos especiais, manter também tipos inferiores, que o sejam apenas quanto às peculiaridades gustativas, mas nunca em relação a defeitos grosseiros, que é de admirar sejam, ainda, até hoje, permitidos em nossa exportação.

Preparar cafés de sabor especial, estritamente "mole", não é fácil. Demonstrado já ficou, por vários técnicos, que em qualquer zona se pode produzi-los, só restando a favor de certas e especiais regiões de clima e de altitude um peculiar sabor ou bouquet. Mas, embora possível para qualquer zona, cuidados especiais são exigidos, principalmente para evitar a fermentação, cujos micro-organismos comunicam ao café seus sabores e odores.

Muito mais fácil é, todavia, conseguir um café isento de impurezas: pedras, paus, pretos, verdes e chochos. Para isso basta apenas ter cuidado, fazendo uma colheita e uma secagem limpas.

É indispensável que a colheita seja feita em cestos ou em pano. Lá teremos que chegar, fatalmente, por mais que se diga que o custo do trabalho não compensa... Uma abanação e uma catação cuidadosas são também um complemento da colheita, que não pode deixar de ser feito.

E, quanto à secagem, ela tem que ser realizada em terreiros limpos, evitando a umidade e a fermentação. Secagem lenta, pouco a pouco. O beneficiamento, por sua vez, tem que ser bem conduzido, pois se ele permite "marinheiros" e palha, e diferenças de peneira, etc., ter-se-á perdido uma boa parte dos anteriores cuidados.

Cafés assim preparados nem sempre darão um produto suave (ou, como se diz comercialmente: "mole"). Mas, darão um produto bom, sem sabores ou cheiros desagradáveis. E darão, principalmente, um artigo de boa aparência ao comprador. A importância desse fato talvez não esteja, ainda, bem percebida. Mas, ela se imporá por si, e cada vez mais. O futuro nos dirá.

TERCEIRA QUESTÃO CAPITAL: A PROPAGANDA

Só quem conhece pormenorizadamente os problemas referentes ao café pode devidamente avaliar quão numerosos, preocupantes, insistentes mesmo, são eles. Desde o setor agrônomo ao propriamente agrícola, ao industrial, ao comercial, ao financeiro, ao diplomático, ao político, pululam as questões e os problemas, cada qual mais premente e mais sério. Ao selecionarmos, pois, no presente estudo, os três que, sob o nosso ponto de vista, são os de maior transcendência, não o fizemos ao acaso, pois são esses os realmente capitais do café e da cafeicultura, e não apenas no Brasil, mas em qualquer país onde haja café. São eles a base, o substrato da questão cafeeira.

Aliás, para qualquer artigo, as linhas gerais são as mesmas: 1) produzir barato, ou, em outras palavras, em condições econômicas ou, ainda, a preço de concorrência; 2) oferecer no mercado o artigo da melhor maneira possível, quer como qualidade quer como apresentação ou embalagem; 3) saber vender, usando com esse objetivo todos os processos e argumentos aconselháveis. Quem consiga dispor de um artigo bom, barato (ou pelo menos relativamente barato, em face

da qualidade) e saiba vendê-lo, não deve esperar fracasso.

Com o café, a coisa não poderia passar-se diferentemente, e tanto mais quanto os nossos concorrentes estão, em geral, armados dessas três armas. O emprego das mesmas, todavia, é-nos também facultado e, se muitas vezes nos temos deixado bater não é porque não as tenhamos ao nosso dispor e, às vezes, em melhores condições que os nossos adversários.

Vejamos, por exemplo, a questão da maior produção por pé, ou por área, a que nos referimos em nosso primeiro artigo desta série. Nenhum país possui melhores condições que o Brasil, neste particular. Nossas terras e condições climáticas são as melhores que é possível encontrar, para a cafeicultura. Os terrenos, exceção de certas áreas do Sul de Minas, não são excessivamente acidentados. As vias de comunicação e os portos, com todas as suas deficiências, ainda são os melhores dentre todas as regiões cafeeiras. Nossa indústria, a melhor dentre as de todos os produtores, facultava-nos uma assistência mecânica e química à lavoura ainda não alcançada entre os outros países cafeeiros. O primeiro item, pois, seria relativamente fácil para o Brasil e, se ainda não o alcançamos isso se deve ao fato de ainda não lhe termos dedicado a atenção que merece.

Quanto ao segundo, ou seja a qualidade, se por isso se quer entender cafés de toda a descrição, o assunto não é tão simples, mas, se apenas atentarmos para um produto limpo, isento de impurezas, mantido juntamente com os tipos finos, a questão se apresenta relativamente fácil. Paradoxalmente, os países da América Latina, com a sua produção menos adiantada, menos "industrial", se assim podemos dizer, conseguem produção mais cuidada, mercê de mão-de-obra barata, familiar, em grande parte nas pequenas "finca", graças à colheita a dedo e à secagem doméstica, em condições de limpeza e cuidado invejáveis.

E, relativamente ao terceiro, ou seja a venda, em todos os seus aspectos, desde a propaganda e con-

quista de mercados até a comercialização propriamente dita, a vantagem, sobre nós, dos concorrentes latino-americanos e, ultimamente, dos produtores africanos, é nítida e inofismável.

Este o aspecto que desejamos examinar agora, sucintamente, como temos feito com relação aos outros.

Como é evidente, a venda comporta várias etapas e, naturalmente, não basta ao comerciante estar armado de boa mercadoria e boas condições de preço, pois há também outros em iguais condições.

Indispensável se torna aquilo que em comércio se chama uma política agressiva de vendas; indispensável se faz que a mercadoria oferecida corresponda às amostras apresentadas, isto é, que a comercialização seja honesta e segura; necessário se torna que a burocracia não amarre ao comércio as mãos e os pés, com exigências e protelações descabidas; imprescindível se torna que exista, em qualidade e quantidade, em condições adequadas e fáceis de suprimento, o produto requerido; necessário se faz, ainda, que o processo político e diplomático proceda e acompanhe o processo comercial, apalmando-lhe os óbices, mediante tratados comerciais, derrogação de impostos e de tarifas excessivas, reciprocidade, tratados de nação mais favorecida, portos francos e tantos outros que só em cada caso podem ser devidamente considerados; indispensável se torna, finalmente, que uma propaganda continua e hábil, adequada a cada mercado, com o auxílio ou não das entidades locais, específica ou genérica, insista na propagação das virtudes do café.

Não nos iludamos de que a empresa seja fácil. Atrás de cada um destes três objetivos está um mundo de subproblemas, de solução às vezes difícil. Mas, esses são os três pontos capitais para a vitória do café. Se não atentarmos devidamente para os mesmos e, ao contrário, nos atermos a problemas que poderão ser muito importantes mas que, em face do assunto global serão secundários, não poderemos obter um resultado positivo, amplo e completo em face da questão cafeeira.

A PETROBRÁS E O RECÔNCAVO BAIANO

Palestra proferida pelo Eng^o. GEONÍSIO CARVALHO BARROSO, Superintendente da Região de Produção da Bahia, a convite do Comandante da 6^a Região Militar em Salvador.

"Agradecendo a honra que me foi conferida para dirigir algumas palavras aos Srs. Oficiais da 6^a Região Militar, permitam-me esclarecer que apenas tive em mente transmitir a minha compreensão sobre um dos mais palpitantes problemas, como é o do petróleo, baseado na experiência de 16 anos de lutas contínuas nesta indústria, base do desenvolvimento do mundo moderno.

No decorrer desta palestra, darei, em linhas gerais, as possibilidades atuais do Brasil e, em particular, direi algumas palavras sobre o passado, o presente e o futuro da nossa primeira província petrolífera, que é o *Recôncavo Baiano*.

De forma a podermos compreender a posição atual dos trabalhos de petróleo no Recôncavo, ou melhor, no Brasil, é necessário que algumas noções básicas sejam devidamente esclarecidas. Isso porque, ao meu modo de pensar, quase todas as controvérsias sobre o problema nascem do pouco conhecimento do assunto em nosso meio, justificado por se tratar de uma indústria nova no país e ainda não ter havido uma divulgação ampla e orientada, de princípios técnicos e de fácil compreensão, que determine, sob o ponto de vista racional e econômico, o desenvolvimento normal desta indústria, principalmente no que diz respeito à exploração e à lavra.

Não há dúvida: é necessário tempo para que o povo venha a compreender a importância real e a complexidade desta indústria, na pesquisa e na lavra. Mas, este tempo poderá ser menor se os respon-

sáveis pela execução dos trabalhos começarem a apresentar, de modo simples, as várias facetas técnicas do problema, mostrando como devem ser apreciadas e resolvidas.

Por falta destas noções, ou, digamos, por falta de orientação, acontece que o raciocínio é feito de forma radical e de maneira mais empírica possível: formulam-se hipóteses, armam-se proposições e chega-se a conclusões, na maior parte das vezes muito diferentes das verdadeiras.

DUAS PERGUNTAS BÁSICAS

Para, de uma forma compreensível, traçar algumas destas noções tentarei desenvolvê-las tomando como ponto de partida as generalidades sobre pesquisa e lavra e, em seguida, mostrando como devem ser encaradas duas perguntas básicas, comumente feitas por aqueles que visitam os nossos campos:

1. Quando seremos auto-suficientes em petróleo?
2. Temos sondas em número suficiente para levarmos avante os trabalhos de perfuração no país?

De um modo geral, para que uma área se faça portadora de petróleo é preciso que as suas formações sejam sedimentares. Este aspecto exigido, sem dúvida, é encontrado em várias partes do Brasil; e as bacias sedimentares, que se supõem distintas, com formações próprias que as caracterizam, em função das regiões em que se encontram, rece-

beram os seguintes nomes: Amazônia, do Maranhão, do Nordeste, do Sul do Brasil, do Alto Araguaia, da Região Centro Oeste e da Fossa do Recôncavo Baiano. Esta simples condição é indispensável, mas não suficiente, para que contenha petróleo. É preciso que naquelas bacias exista, pelo menos, uma estrutura devidamente fechada; é necessário, também, que esta contenha uma rocha com boa permeabilidade e porosidade, e seja bem protegida por uma camada impermeável; mais ainda; é imprescindível que, em certa época, tenham existido todos os fenômenos necessários à formação de petróleo. Ainda mais: uma bacia pode apresentar tôdas estas características e, sob o ponto de vista comercial, não ser produtora.

Desta simples explicação compreende-se que, embora saibamos da existência das várias bacias sedimentares, no nosso país, não quer dizer que, obrigatoriamente, devam ser armazenadoras de petróleo. O único meio para testá-las é perfurar. Porém, perfurar com base em dados técnicos indispensáveis para que os trabalhos não sejam levados avante com resultados anti-econômicos. Aliás, se assim não fôsse, os azares da indústria não existiriam e os melhores campos seriam os primeiros a serem descobertos. Sabemos, na realidade, que o que acontece é o contrário: os insucessos são grandes, os campos mais evidentes são os primeiros a serem descobertos e, estes, quase sempre, não são os melhores. Perfurar exige a aplicação de grandes capitais e, hoje em dia, testar uma suposta estrutura sem ter conhecimentos básicos é, praticamente, uma loucura. No primeiro semestre deste ano, nos Estados Unidos, que todos sabemos ser um país bem estudado sob o ponto de vista geológico, dos furos feitos para descoberta de rochas armazenadoras de petróleo apenas cerca de 13,3% foram positivos. O nosso campo de Candeias foi descoberto em 1941, na aba de uma estrutura lenticular, mas, somente agora, é que estão sendo perfurados os melhores poços do campo. No nosso meio, chegamos a dizer que o campo foi desco-

berto nestes dois últimos anos, tal a diferença para mais do volume de produção dos novos poços perfurados, em relação aos mais antigos.

Os dados para a determinação de estruturas se obtém com trabalhos preliminares feitos pelos geólogos e pelos geofísicos. Os primeiros, usando bússolas e martelos, eliminam as áreas sem possibilidades; estudam em detalhes aquelas que apresentam afloramentos e, muitas vezes, chegam a selecionar uma estrutura e aconselhar o ponto mais conveniente para testá-la. O geológico é o método de exploração mais econômico e a ele devemos a descoberta de alguns dos nossos campos. Os métodos geofísicos estudam e selecionam as melhores áreas, entre aquelas prováveis, anteriormente determinadas pelos geólogos. Esses trabalhos se tornam imprescindíveis, quando não existem afloramentos, como ao norte de Alagoinhas, cujas áreas estão cobertas por uma camada de areia solta e seixos, ou seja, por uma formação mais recente. Os trabalhos de geofísica podem ser executados por vários métodos: sísmico, gravimétrico, balanço de torção, etc. Cada um deles tem a sua peculiaridade e cada área pode exigir um ou mais destes métodos. Sente-se, logo, que estes trabalhos são bastante mais dispendiosos do que aqueles da geologia. No Recôncavo, por exemplo, em 1955, uma turma de geologia nos custou, em média, cerca de Cr\$ 82.000,00 por mês; uma de geofísica gravimétrica Cr\$ 480.000,00; e uma sísmica Cr\$ 804.000,00.

A geologia e a geofísica se complementam e, com o auxílio delas, reduz-se de muito a percentagem de áreas a serem testadas.

Selecionada uma área, executa-se o primeiro furo, que denominamos de pioneiro. O seu programa é o mais simples e a sua execução, geralmente, a mais complexa. O primeiro, de um modo geral, reduz-se ao seguinte: perfurar até encontrar o cristalino, ou melhor, até o ponto onde não haja mais possibilidade de encontrar petróleo ou gás natural, ou até esgotar a capacidade da sonda. A execução é toda im-

prevista, por não haver meio de orientação.

O pioneiro pode ser numa área virgem, semelhante ao que está, no momento, sendo feito em Jacuípe, nas proximidades de Dias D'Ávila, ou numa área produtora, à procura de uma outra formação, até então não atingida, como o que estamos providenciando, atualmente, no centro do campo de Candeias. Si ele se tornar um produtor, teremos a descoberta de um campo, ou de outra formação produtora, conforme o caso. Mesmo quando o pioneiro não apresenta resultados positivos, desde que a seleção do ponto tenha sido feita com base em princípios técnicos preliminares, ele oferece um conjunto de dados que permitirá procurar um melhor ponto na estrutura, ou abandoná-la. O campo de Candeias foi descoberto com a execução do primeiro furo; o de Itaparica, com a do segundo; o de Mata, depois da perfuração de cerca de uma dezena.

Após a descoberta de um campo, os trabalhos são acelerados e as perfurações tomam o nome de poços de desenvolvimento, com o objetivo de determinar a sua área produtora.

Em seguida, vem a lavra, ou seja, a produção. Esta é a fase que exige melhores conhecimentos técnicos. O seu objetivo é produzir o petróleo, racionalmente, isto é, recuperando, na superfície, a maior percentagem de óleo existente na formação e promovendo os meios para que o custo, por barril de óleo produzido, seja o menor possível.

Ditas estas generalidades, observa-se que a pesquisa e a lavra não são tão simples como podem parecer à primeira vista. Daí, a falta de compreensão de muitos, acarretando diversidades de opiniões sobre princípios fundamentais. Para melhor compreensão, observamos as duas perguntas básicas, geralmente feitas por aqueles que visitam os nossos campos, e como as mesmas devem ser analisadas e respondidas.

AUTO-SUFICIÊNCIA EM PETRÓLEO

Primeira pergunta: Quando seremos auto-suficientes em petróleo?

Ser auto-suficiente em petróleo é o objetivo fundamental de todos os países que trabalham à procura deste tão precioso líquido e que ainda não tiveram a possibilidade de produzir um volume igual ou superior ao seu consumo.

Ele é, pois, o primeiro desejo, não somente daqueles que, por profissão, se dedicam à exploração e à lavra, no nosso país, como de todos que têm noções gerais da influência do petróleo no mundo atual.

Analisemos alguns fatos e vejamos como a resposta deve ser encarada.

Das generalidades citadas aprendemos que nem todas as formações sedimentares são acumuladoras de petróleo. Por um instante, porém, admitamos que uma grande área das nossas o seja e, mesmo neste caso, vejamos, com exemplos práticos externos, o que poderá acontecer, ou melhor, se seremos auto-suficientes a curto ou a longo prazo.

O campo do East Texas, em extensão, é um dos maiores do mundo. Em outubro de 1955, possuía cerca de 29.000 poços produtores, e a sua produção média diária era um pouco superior a 220.000 barris. Do campo de Kirkuk, no Iraque, de apenas 44 poços surgentes, em dezembro daquele mesmo ano, extraíram-se, em média, 538.400 barris diários, ou seja, com 44 poços sua quota de produção atingiu cerca de duas vezes e meia a do campo do East Texas, com os seus 29.000 poços, dos quais, ordinariamente, 20.200 eram mantidos em operação normal. Facilmente compreende-se que grandes investimentos e, principalmente, grande espaço de tempo foram necessários para o desenvolvimento do primeiro campo, enquanto o segundo, com uma produção muito superior, exigiu fração dos investimentos aplicados no primeiro e um período de desenvolvimento muitíssimo menor.

Daí, a única resposta à pergunta formulada:

Ninguém poderá afirmar se seremos, ou não, auto-suficientes em petróleo, embora os dados preliminares em mãos sejam oti-

mistas. E, mesmo considerando algumas das nossas áreas como portadoras deste fluido, devemos ter em mente que poderemos ser auto-suficientes a curto prazo se descobrirmos um campo como aquele de Kirkuk, ou a longo prazo se a descoberta for semelhante à do de East Texas.

A CONTRIBUIÇÃO DAS SONDAS EM OPERAÇÃO NO PAÍS

Segunda pergunta: Temos sondas em número suficiente para levarmos avante os trabalhos de perfuração no país?

Vejamos como a pergunta deve ser analisada. Primeiramente, deve ser dito que muitos fatores controlam o número de sondas a operar em qualquer região ou país. Entre eles, avultam o número de estruturas a serem testadas, o potencial, a extensão de cada área e os limites testados e providos de cada uma delas.

Há equívoco generalizado, no que diz respeito ao número de sondas, em operação, em cada área ou país. Quase todos pensam na ordem de centenas, enquanto, na realidade, os números são muito inferiores. Em março deste ano, no Iran, existiam apenas 5 sondas em funcionamento; no Iraque, 14; no fabuloso Kuwait, 3; na Saudi Arábia, 4. Para uma comparação mais próxima de nós, na América do Sul, naquele mês, existiam 270 sondas em operação, sendo que a Venezuela, segundo país produtor do mundo, contava 100; a Argentina, 48; Trinidad, 26; o Peru, 21. Naquela mesma época estava o Brasil em terceiro lugar, com 28.

Se considerarmos o pouco que se conhece sobre as nossas áreas sedimentares, que exigem, previamente, muitos trabalhos geológicos e geofísicos; se verificarmos que a aquisição de sondas exige grandes investimentos, e que, por conseguinte, somente poderia ser justificável se existissem pontos selecionados para serem perfurados, chegaremos à se-

guinte resposta para a pergunta formulada:

O número de sondas que possuímos é suficiente para levarmos avante, com eficiência, a execução dos trabalhos atuais no país.

Várias outras perguntas são formuladas. Escolhi as duas acima por serem as mais comuns e para nos mostrar a simplicidade das respostas corretas, quando se conhecem os princípios básicos.

Vimos, então, generalidades sobre a pesquisa e a lavra, e o raciocínio lógico para dois dos vários pontos mais discutidos, quando se fala neste complexo e fascinante problema do petróleo. Agora, vejamos o que já foi feito, o que está sendo executado e o que poderá ser levado avante, no nosso país, sobre tal assunto.

OS PRIMEIROS PASSOS PARA A DESCOBERTA DO PETRÓLEO E A AÇÃO DA PETROBRAS

Até fins do ano de 1939, a responsabilidade integral dos trabalhos de pesquisa e lavra de petróleo e gás natural era da alçada do Ministério da Agricultura. Foi, então, sob a sua égide que se descobriu o petróleo no Brasil (Recôncavo). O pioneirismo dos seus técnicos tem sido um exemplo e um estímulo para os continuadores da sua grande obra. Primeiro, para aqueles que os substituíram e que compunham o quadro executivo do Conselho Nacional do Petróleo e, depois, para os que hoje trabalham nesta empresa de porte, que é a Petrobrás. Do Conselho a Petrobrás recebeu um cabedal extraordinário de conhecimentos e de bens materiais: trabalhos geológicos e geofísicos, campos de óleo e de gás, uma refinaria em pleno funcionamento e uma equipe de operários e técnicos digna de louvores. Ficamos, assim, de posse de um volume notável de conhecimentos e com meios para darmos início imediato a um desenvolvimento mais amplo, porque, de saída, também já contávamos com recursos maiores e com uma organização delineada, caracterizada pela descen-

tralização, para levarmos avante o problema.

A Petrobrás, logo de início, compreendeu sua missão. Os resultados positivos têm sido contínuos e ascendentes, superando as estimativas mais otimistas, pelo menos daqueles que estão familiarizados com tal natureza de trabalho.

Os trabalhos geológicos preliminares determinaram as várias bacias sedimentares já citadas. Estes, associados aos da geofísica, já ofereceram, embora em muito pequena escala em relação ao todo, alguns outros conhecimentos. Hoje, desenvolvem-se atividades geológicas ou geofísicas, ou ambas, em várias partes do país. Na bacia amazônica, temos 8 turmas de geologia e 6 de geofísica, sendo 4 sísmicas e 2 gravimétricas; nos Estados de Alagoas e Sergipe, operam 2 turmas de geologia, 2 gravimétricas e 2 sísmicas; em torno de São Luiz, 1 sísmica; no Recôncavo Baiano temos 2 de geologia, 2 sísmicas e 2 gravimétricas, estas em fase de conclusão de trabalhos, e no Paraná, 2 turmas de geologia.

Investigações anteriores selecionaram estruturas e, em algumas delas, locações que hoje estão sendo perfuradas: no Paraná, em Cândido de Abreu; na Bahia, o pioneiro de Jacuípe e um outro na parte central de Candeias; uma, nas proximidades de Macaú, no Rio Grande do Norte; a de Testa Branca, no sul do Maranhão; a de Mocambo, ao norte desse mesmo Estado. No Amazonas, estão sendo testadas duas estruturas, Cupari e Abacaxis, e tenta-se conhecer melhor a realidade em torno do famoso pioneiro de Nova Olinda, cuja descoberta de óleo, no ano passado, foi um dos marcos mais interessantes dos trabalhos da Petrobrás.

Mas, até hoje, a única área do Brasil que apresenta todos os trabalhos citados e que se encontra na fase de lavra é o Recôncavo Baiano. No momento, é a única província petrolífera produtora do Brasil. Nela, os resultados vêm sendo extraordinários.

O QUE JÁ SE FEZ E O QUE SE ESTÁ FAZENDO NA BAHIA

A palavra recôncavo significa re-entrância de uma baía. Os nossos antepassados assim definiam o extremo norte da Bahia de Todos os Santos, que chamaram de Recôncavo de Santo Amaro. Posteriormente, generalizou-se o termo, abrangendo todas as áreas marginais dessa baía, como assim vem sendo aplicado pela maioria das pessoas. Mas, sob o ponto de vista de petróleo, chamamos de Recôncavo Baiano a uma área muito maior, de natureza sedimentar e caracteres semelhantes, estendendo-se desde a Bahia de Todos os Santos até uma linha que passa perto de Coração de Maria, Sul de Inhambuque e Serra de Arapoá.

Nessa área, as investigações geológicas, excluídas aquelas de caráter científico, como as realizadas por Allport, Hartt, Rathburn e outros, foram iniciadas em 1937; mas, somente dois anos depois, em 21 de janeiro de 1939, é que foi descoberto o primeiro poço produtor de óleo. Essa data é, pois, a da descoberta do petróleo no Recôncavo e, quiçá, no Brasil.

Nessa área, em 1955, aumentou-se em mais de 100 % o número de furos feitos e em mais de 86 % de metros perfurados para trabalhos sísmicos, em relação a 1954. O número de estações gravimétricas passou de 2.849, em 1954, para 5.769, em 1955. Superaram-se todos os recordes de perfuração antes da criação da Petrobrás. A produção diária aumentou de 2.050 barris para 7.200 (*). Isto nos mesmos campos que vinham produzindo anteriormente. Descobriu-se óleo na Bahia de Todos os Santos, onde existem hoje 16 poços produtores e 16 locações a serem perfuradas. Desenvolveu-se o sudeste de Candeias, onde têm sido perfurados os melhores poços produtores do campo. Catú vem apresentando bom desenvolvimento, e os poços em testes têm oferecido tais produções, que é o campo de maior potencial que pos-

(*) Atualmente, a produção diária é da ordem de 20.000 barris.

suímos. Lá completamos vários poços com produção superior a 1.000 barris diários, através de aberturas de seis a doze milímetros. O óleo destes poços e dos de Mata e Pojuca está sendo transferido para Mataripe por meio de um oleoduto, de 52 quilômetros, há pouco pôsto em operação.

No momento, conclui-se (**) a construção de um terminal marítimo, em Madre de Deus, o qual fará com que o excesso de óleo, pelo menos até a ampliação da Refinaria de Mataripe, seja exportado para Cuba-tão. Em dezembro, espera-se atingir uma produção diária, no mínimo, de 21.000 barris. As reservas do Recôncavo, com a Petrobrás, quintuplicaram. Hoje, estão estimadas em 255 milhões de barris.

Este ano, no Recôncavo, esperamos faturar, com a venda de óleo e gás natural, cerca de 600 milhões de cruzeiros, ou seja, três vezes mais que em 1955, e contamos com a obtenção de um saldo bruto em torno de 400 milhões de cruzeiros.

Por não ser da minha alçada, pouco direi sobre refinação. Apenas desejo declarar que, no início da Petrobrás, tratávamos 3 % do consumo nacional e hoje já atingimos cerca de 76 % do mesmo. A Refinaria de Mataripe, que operava com menos da metade de sua capacidade nominal, hoje funciona até com 40 % a mais daquela capacidade. Até dezembro de 1955, apresentou um saldo líquido em torno de 173 milhões de cruzeiros. 99 % deste total foram já sob a administração da Petrobrás. Nos fins do corrente ano, espera-se a amortização total da obra. Isto prova o aspecto industrial e econômico que vem sendo dado àquela Refinaria.

Como vêem, compreendemos e sabemos da expectativa de todos. Temos, porém, muito mais fé no futuro.

ESFORÇO SEM PARALELO

O Recôncavo Baiano é uma pequeníssima fração desse total de três milhões de quilômetros qua-

drados de áreas sedimentares que possuímos, e todos vós bem sabeis das dificuldades que, mesmo aqui, são encontradas para a execução daqueles trabalhos. Ao meu modo de pensar, a grande dificuldade atual da Petrobrás é imprimir velocidade de ação em todas as áreas de trabalho. Não por deficiência de organização, de capital ou de técnica, mas pelos mesmos motivos que qualquer outra companhia de igual ou de porte superior ao da Petrobrás encontraria no nosso país. Estas dificuldades são inúmeras: é a falta de vias de acesso; é o pouco conhecimento da topografia do país; é a paupérrima noção geológica das regiões do nosso Brasil. São dificuldades, pois, inerentes a todos que aqui trabalham ou que viessem a trabalhar. São estes fatores que retardam a nossa seleção de pontos a serem testados.

O esforço despendido para conhecimento geral das bacias sedimentares tem sido enorme e não creio que ninguém pudesse dar maior celeridade que a levada a efeito no momento. Ele tem exigido sacrifícios humanos e aplicação de tal soma, que, honestamente, tenho grandes dúvidas se qualquer outra companhia tivesse tal disposição. Não, especialmente, no que diz respeito ao sacrifício humano, porque, de uma forma ou de outra, ele está tão ligado a essa fase da indústria, que, praticamente, não se pode dizer não exista em outros lugares; mas, sim, pelo que a muitos possa parecer um disparate: pelo capital empregado.

Tenho razões para este meu modo de pensar. Não conheço nenhum dado que indique a aplicação de grandes importâncias na fase de exploração, por qualquer grande companhia, fora do seu país de origem. Em 1953, no mundo, foram gastos cerca de US\$ 300.000.000 com todas as operações de geofísica. Destes, US\$ 200.000.000 foram aplicados nos próprios Estados Unidos, enquanto apenas a terça parte foi utilizada nos demais países, inclusive aqueles, como o Brasil, que não recebem capital externo para este tipo

(**) Já concluído.

de indústria. Se considerarmos que os Estados Unidos são um dos países mais conhecidos sob o ponto de vista geológico e geofísico, e que 65 % das reservas mundiais de petróleo estão em mãos de firmas daquele país, bem poderemos compreender que há um grande controle, até certo ponto natural, na aplicação de capitais para fins de exploração em outras nações.

No decorrer de 1956, espera-se que a Petrobrás promova, com os seus empreendimentos industriais e com a produção de petróleo, uma economia total de 44 milhões de dólares, e que ela possa aplicar uma importância equivalente a 649 milhões de cruzeiros, exclusivamente, nos trabalhos de geologia e geofísica. Para isto, como vimos, já conta um número regular de turmas geológicas e geofísicas, trabalhando desde a Bacia do Paraná até a Amazônia, executando levantamentos e obtendo informações, com o objetivo de encontrar e selecionar estruturas a serem perfuradas. Somente depois deste estudo preliminar é que será possível acelerar os trabalhos. Isto é, somente depois dele é que se pode concentrar e desenvolver os trabalhos.

FORMAÇÃO DE TÉCNICOS

Podeis perguntar :

Como acelerá-los, se é sabido não temos técnicos em número suficiente ?

É verdade. Não os temos em número suficiente. Todavia, a indústria do petróleo, devido às exigências de aplicação de grandes capitais iniciais, tem características próprias, desconhecidas daqueles que com ela não lidam diretamente.

Infelizmente, um técnico, quer na pesquisa, quer na lavra de petróleo, não se forma do dia para a noite. Ambas exigem muito, antes do indivíduo assim ser considerado. Além do preparo intelectual, elas exigem disposição para o trabalho, o qual, no início, é árduo. Por exemplo, ninguém pode ser um bom engenheiro de petróleo sem ter percorrido as diversas fases por que passa um operário de sondagem. Isto por-

que a única lei positiva na perfuração é que a execução de um furo nunca é idêntica à de outro anteriormente executado. Daí, a exigência da prática, que só se obtém no campo.

Mas, o técnico de petróleo é um nômade. Ele irá para onde for chamado em função das condições propostas. A deficiência atual, em número, não prejudicará a aceleração dos trabalhos. A Petrobrás pode e tem ido buscá-los em diversos outros países, quando se tem tornado necessário, quer na base de contratos com indivíduos, quer com companhias ; e deverão vir tantos e tantos outros quantos exigirem os dados básicos que forem obtidos.

PAGAMENTO POR METRO PERFORADO

Pode ser dito : todas as companhias que executam trabalhos sob contrato constituem um outro ramo da indústria. Não é uma coisa nova, e há muito vem sendo um dos seus ponderáveis suportes. Para terem uma idéia, basta dizer que, no ano de 1955, nos Estados Unidos, cerca de um terço do total despendido nos diversos ramos da indústria, ou seja, 1 bilhão e 600 milhões de dólares, foram pagos às companhias que executam serviços desta natureza.

Tomemos, como exemplo, um dos tipos de contrato, que, na minha opinião, poderá facilmente acelerar os trabalhos de perfuração, logo seja positivada a existência de uma nova província petrolífera no país, ou quando os trabalhos de exploração indicarem um número razoável de estruturas a serem testadas. É aquele de pagamento na base de Metro Perfurado.

O número de companhias e de técnicos perfurando sob contrato é impressionante. Basta assinalar que, nos Estados Unidos, em 1955, existiam 1.162 empresas possuidoras de 3.745 sondas. Em média, 2.923 destas mantidas em operações. Neste ramo da indústria é que, realmente, existe a competição. Daí haver lugar tanto para grandes, como para pequenas companhias. Das empresas citadas, àquela época, somente

cerca de 50 possuíam mais do que 10 sondas, e 941 daquele total possuíam, no máximo, 4 sondas. Na mesma data, no mesmo país e nestas mesmas companhias estavam trabalhando 62.069 homens, entre operários e supervisores.

Elas têm executado um volume de trabalho de tal monta, que, em 1955, fizeram 92 por cento dos poços perfurados nos Estados- Unidos. O mesmo fato, em grande escala, se observa no Canadá, onde, em 1954, sob o sistema de contrato, foram executados 1.700 furos. Para esta modalidade de trabalho, não existem somente companhias americanas. Na Europa, já estão tomando corpo. Visitei uma delas, cujas instalações e organização em nada ficam a dever às suas congêneres americanas. No campo de Parentis, a maior descoberta de óleo até hoje verificada na França, existem 3 ou 4 companhias perfurando sob contrato.

Sejam quais forem as modalidades de contratos, que em regra dependem das peculiaridades de cada serviço, o objetivo do proprietário é evitar o emprêgo de grande capital inicial e ficar sem as preocupações dos azares das perfurações, no que diz respeito à parte mecânica. Naturalmente, para anular tal risco, muitas vezes a companhia contratada cobra preço mais alto por metro perfurado que o equivalente àquêle efetuado diretamente pelo proprietário da área. Todavia, nem sempre isto é verdadeiro, porque a contratada trata de reduzir ao máximo o custo de manutenção do equipamento, o custo de administração e supervisão, e evita a parada da sonda porque deixa de ganhar.

Um outro fato digno de ser assinalado é que, apesar do aumento sempre crescente do custo de equipamentos e de mão-de-obra, nos Estados- Unidos, observa-se o declínio no preço do custo do metro perfurado sob contrato. Em 1950, era de US\$ 16,40; em 1952, atingiu o máximo de US\$ 19,19 para, então, declinar até US\$ 16,07, que foi o preço por metro em 1955.

Como vêdes, é com este sistema que operam as chamadas "grandes companhias". É o mesmo que elas

fazem com os trabalhos geofísicos e com os diversos ramos que a indústria abrange. A lei que criou a Petrobrás permite a modalidade de pagamento na base de Metro Perfurado ou de serviço executado.

É preciso acrescentar:

A Petrobrás vem e deve continuar aumentando o número de sondas próprias, mas de forma racional. Porque, do contrário, iria aumentar excessivamente o número de unidades, sem ter pessoal técnico habilitado e sem saber onde utilizá-las.

Contudo, para que, no futuro, não venhamos a nos encontrar em situação difícil, é necessário acelerar a formação de técnicos.

Nos serviços sob contrato é possível, e entre nós tem sido estipulada, a obrigação da formação do elemento nacional. Ao lado destes, com o auxílio daqueles mais experimentados, devemos aprimorar os conhecimentos do nosso pessoal. Já estamos fazendo algo sobre o assunto. Assim é que, na Bahia, em convênio com a sua Universidade, funciona um curso de Engenheiros de Petróleo na Escola Politécnica. Pela própria Petrobrás, além de outros cursos, estão em funcionamento: um para sondadores e capatazes especializados em produção, e outro para topógrafos.

A PETROBRÁS NO CAMINHO CERTO

De tudo acabo de afirmar, compreende-se que a Petrobrás já está preparada para executar, com eficiência, os trabalhos atuais, e que está capacitada para solucionar aqueles problemas do futuro, porque ela tem organização e capital para levar avante o problema do petróleo no país. Quanto ao elemento humano, está provado que ela poderá fazer o que fazem as chamadas "grandes companhias": contratar serviços. Idêntico procedimento teriam estas se pudessem e viessem operar no país. Compreendemos, também, que à Petrobrás falta apenas uma coisa: velocidade de ação na pesquisa e na lavra, mas, na verdade, esta depen-

de de estudos preliminares que exigem métodos e tempo, e de "chance", que é um fator incontrolável.

Sente-se, pois, que estamos no caminho certo. O que a Petrobrás vem executando no Recôncavo Baiano e no resto do país, e os resultados que já pode apresentar são mar-

cos decisivos do seu futuro, os quais, sem dúvida alguma, já vêm mostrando o destino que a ela está reservado e cujos resultados atuais já começam a apresentar dados positivos no que concerne à economia de divisas, de que tanto necessitamos para a prosperidade do Brasil".

Edições da AGIR

A Rússia Depois de Stalin — Isaac Deutscher — Trad. de Osório Borba
Filosofia do Governo Democrático — Ives Simon — Trad. de Edgard Godoy da Matta Machado

Inflação, Crédito e Desenvolvimento — Prof. Eugênio Gudín

Princípios de Economia Monetária — Prof. Eugênio Gudín (dois volumes)

Introdução à Economia Moderna — Alceu Amoroso Lima

Problema do Trabalho — Alceu Amoroso Lima

Política — Alceu Amoroso Lima

As Fronteiras da Técnica — Gustavo Corção

Manual de Psicologia Jurídica — E. Mira y Lopez

O Homem e o Estado — Jacques Maritain — Trad. de Alceu Amoroso Lima

Osório — Cel. J. B. Magalhães

Carias — Gustavo Barroso

Introdução à Análise Econômica — Paul A. Samuelson

Livraria AGIR Editora

RUA MÉXICO, 98-B — Caixa Postal, 3921 — Rio de Janeiro

RUA BRAULIO GOMES, 125 (ao lado da Biblioteca Municipal) — Caixa Postal, 6040 — São Paulo (S.P.)

AVENIDA AFONSO PENA, 919 — Caixa Postal, 733 — Belo Horizonte Minas Gerais

Atendemos pelo Serviço de Recbôiso Postal

O DOMÍNIO DA BACIA HIDROGRÁFICA DO PRATA

Gen. F. PAULA CIDADE

II

(Continuação)

O TRATADO DE 1750

Já vimos que, por largos anos, as côrtes de Portugal e de Espanha tatearam nas trevas, oriundas do ajuste de Tordesilhas, procurando cada qual estender mais os seus domínios na América do Sul.

Notamos que o ponto culminante dessa luta foi uma verdadeira corrida para o sul, canalizadas as duas correntes pelos acidentes naturais.

Desde que os dirigentes conheceram melhor a geografia do novo mundo, a obtenção de um limite natural ao sul passou a ser uma continua cogitação dos estadistas lusitanos.

Não obstante, se a luta armada ao sul representava o embate sério das duas raças colonizadoras, nem por isso os nossos se limitaram a atuar exclusivamente nessa direção única. A nossa compressão exercia-se em várias direções. A diferença havia de consistir nestes pontos: ao sul, a fundação da Colônia do Sacramento e a sua manutenção representavam o que então constituía a guerra regular, enquanto que a arremetida para oeste seria apenas a guerrilha desordenada dos empreendimentos particulares. Na direção do Prata as forças armadas dos reis peninsulares iam chocar-se em operações de vulto, enquanto que, do alto Uruguai, por Guaira, aos mais recuados afluentes do Amazonas, eram os religiosos, precursores

dos soldados espanhóis, que haviam de receber o choque das nossas valorosas patrulhas. Em outras palavras, ao sul — depois de uma fase de tomada de contacto — a nossa vanguarda havia de receber, a pé firme, o ataque do grosso castelhano, enquanto que a oeste iam se dar apenas os choques dos elementos leves de ambos os partidos.

Na direção principal, o limite extremo dos dois domínios fixou-se com o desembarque do Brigadeiro José da Silva Paes, no Rio Grande do Sul, onde o seu destacamento plantou realmente um marco indestrutível.

Se, em 1737, atingíamos a esse ponto na orla marítima, antes já nos infiltráramos pelo interior dessas terras, baixando do planalto.

Referindo-se ao período anterior, ao século XVII, escreve Pandiá Calógeras (36): "A bandeira já não é somente o aparelho econômico de alicenciamento brutal e cruel dos trabalhadores baratos. Torna-se também a expedição guerreira, que vai conquistar terras sobre gente inimiga."

Em 1641, Heronimo de Barros, na hipótese formulada por Ellis Junior, invadiu Corrientes, ali combateu e foi derrotado.

De 1645 a 1647 percorreu, talvez, o território uruguaio, Fernam Dias Paes Leme; antes de 1644 fôra aniquilada, no Paraguai, a leva de Jeronimo Bueno. Antônio Domin-

(36) "A Política Exterior do Império", por Pandiá Calógeras. Trabalho de grande mérito, já indicado na conferência anterior aos oficiais desta escola.

gues, por 1648, parece ter sido um dos comandantes dos assaltos às aldeias da serra de Maracaju. No mesmo ano, André Fernandes talava a zona de Santa Fé. Aí também se achava à frente de poderosa tropa o grande Antonio Raposo Tavares, que, até 1652, guerreou e conquistou, desde Guaira até o Paraguai, Santa Fé e Peru central. Por 1651 andavam na bacia platina as bandeiras de Braz Rodrigues Arzão e de Domingos Barbosa Caiheiros. Na mesma época, andava pelo sul, talvez pelo Guaira e pela região próxima ao Rio Grande, Antônio Pedroso de Barros. Através do sertão matogrossense, andou Luiz Pedroso de Barros, em 1655, e consta que chegou até os Andes e morreu às mãos do gentio da serra."

Não se tratando aqui de fazer o histórico das bandeiras (37), o que nos levaria muito longe, e, fora dos limites deste estudo, digamos apenas que, de norte a sul, a onda conquistadora se espraiava, melhoradas as unidades de combate, para que pudessem enfrentar o elemento rival aí já devidamente apetrechado. Travaram-se, no fim de contas, rudes combates.

Desta maneira, quem se detém no exame das tendências da época, de certo modo verifica, sem maiores dificuldades, que o elemento lusitano procurava expandir-se, irradiando em várias direções, sem se preocupar com as convenções das metrópoles. Não faltam documentos que nos permitam concluir que a mentalidade dos colonos espanhóis não era outra.

Os acontecimentos mostram que os castelhanos cediam em todos os pontos considerados secundários, para, reunindo todos os seus meios,

contra-atacar ao sul, certamente o ponto principal, por compreender a chave da bacia do Prata.

A sequência natural dos fatos havia feito surgir a solução racional do problema, baseada nas condições locais.

Foi o que ficou consagrado, salvo as minúcias do caso concreto, no tratado de Madri, de 13 de janeiro de 1750, em cujo preâmbulo se revogava, explícita e definitivamente, todo o direito baseado no célebre meridiano de Tordesilhas (38). Já era tempo, porque havia ele perturbado, por dois séculos, a vida política do continente. Havemos de ver, mais tarde, que, para dar fulgor ao espírito inventivo, há de surgir uma nova fonte de dissídios, no tal *uti possidetis del año diez*, que é uma expressão teoricamente apresentável e praticamente inconcebível (39).

Ao ser chamado ao governo, trouxe o marquês de Pombal, bem ou mal, de efetivar o tratado de 1750, aliás ratificado por Portugal em 26 de janeiro e por Espanha em 8 de fevereiro do mesmo ano.

"O linde, escreve Pandiá Calógeras, começaria no oceano, na barra do regato que deságua ao pé do monte de Castilhos Grandes. Iria rumo ao divisor de águas, ficando, a bacia de leste, a da Lagoa Mirim, portuguesa; e, a de oeste, a do rio Uruguai, castelhana. Assim, até às cabeceiras do rio Negro e do Ibicuí, descendo pelo alvéo deste, à margem oriental do rio Uruguai; seriam lusas as terras do norte e de Espanha as do sul. Da barra do Uruguai prosseguiria a linha pelo alvéo do caudal até a barra do Peiri, subiria por este até a sua nascente principal, pelos altos do terreno até a cabeceira principal do

(37) "História Geral das Bandeiras Paulistas", por Afonso de E. Tannay. A leitura conscienciosa desta obra é da maior importância, posto que revela o valor da contribuição exclusivamente brasileira para o alargamento do território da futura nacionalidade.

(38) Questão de limites brasileira-argentina. Exposição que os Estados Unidos do Brasil apresentaram ao presidente dos Estados Unidos da América, em 1834. Trabalho do Barão do Rio Branco, como advogado do Brasil. Compreende seis volumes, dos quais dois são a tradução inglesa das partes principais e dois de documentos cartográficos preciosíssimos.

Obra muito rara e de grande valor.

O tratado de 1750 pôde ser lido em sua íntegra, no IV volume, onde também são transcritas todas as convenções que se seguiram, para efetivar o tratado.

Pandiá Calógeras serviu-se, conforme declara, dos preciosos dados que encerra essa obra magistral.

(39) Ver nota 79.

rio mais vizinho, afluente do rio Grande de Curitiba, o Iguassu. Águas abaixo deste, chegaria ao rio Paraná, ao qual acompanharia, águas acima, até a barra do Igurei. O curso deste, até a sua nascente mais importante, traçaria a fronteira, que, pelo alto das terras, alcançaria a cabeceira principal do rio mais próximo que desaguasse no rio Paraguai, o Corrientes, talvez: por este desceria ao Paraguai, buscaria a montante os pântanos, ou lagoas de Xaraes, e, atravessando estes, remataria na foz do rio Jauru. Deste ponto, em linha reta, tocaria à margem austral do Guaporé, frente à barra do rio Sararé, e baixaria pelo Guaporé até o rio Mamoré, por este ao Madeira, e por este afluente do Amazonas até um ponto situado a meia distância entre o rio-mar e a foz do Mamoré. Desse ponto intermédio, um paralelo geográfico dividiria as possessões respectivas até a margem oriental do rio Javari, cujo alvéo continuaria o discrimine até o Amazonas. Este separaria as colônias, até a foz do rio Japurá, em sua boca mais ocidental.

Águas acima deste, e dos rios afluentes seus que mais se aproximassem do rumo norte, até a cordilheira do norte, entre o rio Orenoco e o Amazonas, o traçado deixaria cobertos os estabelecimentos portugueses no rio Rio Negro e impediria a invasão portuguesa no Orenoco."

Vê-se que o tratado de 1750 representa um grande passo sobre o de Tordesilhas, porque os seus negociadores dispõem de valiosos conhecimentos sobre a geografia local (40). Não obstante, tanto este

tratado, como muitos outros, que se lhe hão de seguir, encerram ainda numerosas fontes de dúvidas, capazes de embarçar a sua execução, devidas não só à imperfeição dos conhecimentos geográficos, como pela insuficiência de certos dados admitidos como rigorosos, sem que o fossem. Basta citar as referências que aí se fazem às nascentes ou cabeceiras principais de alguns rios, para mostrar como a linha traçada em Madri poderia dar lugar a discussões (41).

Esse tratado provocou interminável disputa nos países interessados e deu motivo a uma guerra. Até hoje levanta sérios clamores de uma parte da opinião brasileira.

Duas devem ser as causas principais dessa grita: a influência platina e os conceitos de certa escola filosófica. Investindo contra as florescentes povoações criadas pelo trabalho constante, pela energia admirável dos padres da Companhia de Jesus, iamos realmente destruir uma obra de alto valor social. Mas, é preciso não esquecer que somos brasileiros só porque homens da nossa raça conquistaram estas terras, aniquilando em duras pelejas os homens de outra raça que aqui habitavam. Falando a oficiais de estado-maior, dirigindo-me a membros de uma outra "companhia" de compromissos tão sérios e de fins tão transcendentes como a que Ignacio de Loyola em boa hora fundou, não compreendo como possamos nos insurgir contra um fato que preparou a brasilidade de boa parte de nossa terra.

Curvemo-nos ante a tumba dos valentes selvícolas tombados ao ser-

(40) Os demarcadores de 1752, passado 259 anos sobre o ajuste de Tordesilhas, acharam-se providos dos mais modernos instrumentos de seu tempo, destinados ao serviço de campo. Documentos do Arquivo Nacional, laboriosamente reunidos por mim ("Revista Militar Brasileira" de janeiro a junho de 1944), relacionam o material e os livros que constituíram a bagagem das diversas turnas de trabalho. Incluem: relógios da segunda e de pêndulos do Graham (mecânico e relógieiro inglês, falecido em 1754, inventor dos pêndulos de compensação, que consistiam numa haste de metal que suportava um cilindro de cristal incompletamente cheio de mercúrio, para compensar a dilatação da haste com a do mercúrio); telescópios, instrumentos de topografia ainda hoje usados, barômetros, níveis de espírito de vinho, ou sejam níveis de álcool, relógios de alibeira, de segundos e também de Graham, régua em que foi marcada a mesa, bússolas, "instrumento de Hadley, para tomar as alturas do sol, fingindo uma linha oriental na altura dos olhos da pessoa que observa", armilares, para tomar o sol, etc. Infelizmente, esse documentário que eu havia destinado à "Revista Militar Brasileira" só foi publicado depois da minha saída daquela repartição e ao que tudo indica, as provas tipográficas não passaram pelas mãos dos revisores e daí certos trechos se terem tornado ilegíveis.

viço do povo espanhol, mas não nos esqueçamos que os vice-reis de Buenos Aires, em todos os seus empreendimentos contra a nossa gente, tiravam das "missões" o grosso de seus soldados.

Os indígenas que, de armas nas mãos, se opuseram ao domínio lusitano não eram riograndenses, porque a brasilidade é antes uma questão mental, do que uma simples dependência do lugar em que se nasceu. Juridicamente seriam espanhóis.

A obra dos bandeirantes e a guerra guaranítica têm sido inconside-radamente condenadas por muitos historiadores brasileiros, talvez influenciados pelo grande Capistrano de Abreu, que foi tão longe neste rumo, que ao se referir a Basílio da Gama, um dos nossos maiores poetas, que escreveu um poema sobre esta guerra, chama-o de escritor de mais inteligência do que ver-gonha...

Mas, seja como fôr, o marquês de Pombal, Sebastião José de Carvalho, então todo-o-poderoso no governo da metrópole, encarou de frente o árduo problema da demarcação dos limites fixados em 1750. Dos lindes acima enumerados, resulta que Portugal não mais teria acesso ao rio da Prata e que a Espanha perderia os vastos territórios a leste do rio

Uruguai, néles incluídas as chamadas Missões Orientais, com os seus sete povos, administrados pelos padres jesuítas (42). Para avaliar a importância dos territórios adquiridos pelos nossos, basta lembrar que depois da investida bandeirante todo o Rio Grande ainda ficava, de direito, sob o domínio de Castela.

Para dar execução ao patuado, foram constituídas duas divisões, compreendendo cada uma três turmas, como diríamos hoje. A primeira turma da divisão do sul, destinada a operar de Castilhos Grande ao Ibicuí, seria chefiada pelo Coronel Blasco, a segunda trabalharia entre o Ibicuí e o Igurei, sob as ordens do Coronel Alpoym; a terceira encarregar-se-ia do trecho entre o Igurei e o Jauru e obedeceria ao comando do Sargento-mor José Custódio de Sá e Faria (43).

A primeira turma da divisão do norte, dirigida pelo Sargento-mor José Gonçalves, teria a seu cargo o trecho entre o Japurá e o Surinam; a segunda encarregar-se-ia da linha leste-oeste e obedeceria ao Sargento-mor Sebastião José da Silva e a terceira, sob a chefia do Capitão Gregório Rebelo Guerreiro Camacho, trabalharia do Madeira ao Jauru.

O trabalho exigido de cada uma destas turmas, acrescido das cartas

(41) Não é demais repetir aqui aquilo que há mais de 20 anos foi por mim ensinado a meus alunos da Escola de Estado-Maior e da Escola Militar: "Em muitos casos sul-americanos, um rio não foi levantado em todo seu percurso; fixados alguns de seus pontos, os demais foram determinados por aproximação. Mesmo que se tenha levantado todo o curso d'água, os desenhos nem sempre estão em condições de transcorrer, com o desejado rigor, esse levantamento para as cartas geográficas. Os tributários das cabeceiras são em regra tratados com menores exigências. No entanto, quando os planipotenenciários dos dois países discutem o traçado de linha fronteiriça, utilizam alguns formadores de certos rios como linha ou ponto de referência e, geralmente, baseados nas cartas que têm à vista, tomam um determinado galho como o principal dos formadores do rio. Em regra, esse modo de proceder dá lugar à primeira controvérsia entre os membros das comissões mistas demarcadoras de limites, posto que, no ato de alargar seu próprio território, cada qual pretende que a nascente principal do rio seja o galho que mais o favorece" ("Notas de Geografia Militar Sul-Americana", segunda edição, pág. 27).

(42) Os Sete Povos, existentes a esse tempo à margem esquerda do Uruguai, eram: S. Miguel, S. João, S. Borja, S. Luiz, S. Lourenço, Santo Angelo e S. Nicolau. Fixem os próprios escritores platinos, como Martín García Mérou ("Historia de la Republica Argentina"), estudando o original sistema seguido pelos padres no governo destes povos, que a população vivia submetida a um regime que a embrutecia. Parece fora de dúvida que não poderemos avaliar da sua cultura e da sua mentalidade pelos monumentos que nos legou.

(43) Como governador do território riograndense de 1764 a 1769 e noutras ocasiões foi soldado valeroso; com a tomada, em 1777, de S. Catarina, onde então servia no posto de brigadeiro, assumiu pesadas responsabilidades e certamente não teria escapado à fôrça se não desviasse para os domínios do Estanhe num dos navios inimigos. Ali morreu na miséria, por nunca ter aceito ofertas de seus adversários. A tal respeito, escreve o Visconde de S. Leopoldo que isso é uma lição e um exemplo das vicissitudes a que estão sujeitos os chefes militares, porque "um acidente destoa a flor e engelha o fruto de longos e assinalados serviços".

das grandes regiões a serem atravessadas ulteriormente, devia servir para aprimorar o chamado *mapa das côrtes*; de 1749, no qual se basearam os estadistas ibéricos para redigir o tratado. Equivocam-se os historiadores que informam que dos trabalhos dos demarcadores, começados aliás em 1752, é que resultou o referido mapa.

Em 1751, resume o General Tasso Fragoso, nomearam os dois governos os comissários que se deviam encarregar da demarcação. Dividiu-se em duas partes a extensa linha de fronteira: a *meridional*, de Castilhos Grande ao Jauru, e a *setentrional*, do Jauru ao norte do Equador. Para comissário demarcador da segunda escolheu Portugal, em primeiro lugar, a Francisco Xavier de Mendonça, Capitão-General do Pará, e depois a D. Antônio Rolim de Moura, Capitão-General de Mato Grosso; para a primeira o Capitão-General de Minas, Rio e São Paulo, Gomes Freire de Andrada. Espanha nomeou, para o sul, o marquês de Val de Lirios, do Conselho das Índias e, para o norte, o chefe de esquadra D. José Iturriaga" (44).

Não se demorou o Capitão-General Gomes Freire em se desempenhar de sua incumbência, partindo da sede de seu governo em 19 de fevereiro de 1752, com destino ao sul, onde permaneceu por vários anos.

Levava instruções secretas do marquês de Pombal, que têm sido encaradas de modos diversos, de acordo com o prisma pelo qual o comentador vê os fatos. Para o Dr. Pandiá Calógeras o tratado era uma obra de luz, investigada por inteligência de treva, mas o visconde de S. Leopoldo escrevia (45), há quase um século: "Não esca-

pou a perspicácia do ministro português que, na execução deste tratado de limites, não obrava o gabinete de Madri com sinceridade e lisura, etc."

Não obstante, parece que os fatos deram razão a Sebastião José de Carvalho, quando desconfiava das boas intenções dos dirigentes espanhóis.

Ao norte, a comissão demarcadora não demonstrou por seus membros a menor pressa em desempenhar a sua missão. O Capitão-General do Pará que, por sinal, era irmão do marquês de Pombal, partiu de Belém a 2 de outubro de 1754, em 25 barcos, com quase 800 pessoas, mas pouco se demorou, chamado à sede de seu governo por questões de ordem administrativa. Só em janeiro de 1758 pôde voltar às lides da demarcação. A comissão castelhana só em 1754 partia de Cadiz. Era chefiada por D. José Iturriaga e contava mais de 500 pessoas. Só em 1756 atingia os limites da Guiana, onde ficaria o quartel-general. Em janeiro de 1760, ainda se achava Iturriaga em S. Fernando. O comissário português mostrou-se al ativissimo e percorreu o Amazonas, fundando fortes, nomeando autoridades, etc.

"Encontraram-se as comissões? Incerta a resposta. Dizem uns que sim, na sede da capitania de Barcelos, mas sem alcance a reunião, pois já estava substituído o comissário português. Afirmam outros que não, e nesse número estão os escritores de Venezuela e de Colômbia, parece que com melhores motivos" (46).

Ao sul, porém, realizou-se a demarcação.

Tanto o comissário espanhol, marquês de Val de Lirios, como

(44) "A Batalha do Passo do Rosário", pelo General Tasso Fragoso. Excelente resumo de disposições contidas em outros autores, principalmente Rio Branco, em sua obra — "Questão de Limites Brasileira-Argentina".

(45) "Anais da Província de S. Pedro", pelo Visconde de S. Leopoldo, já citados.

(46) Hoje (1956) já se pode responder negativamente. Os demarcadores espanhóis enfrentaram dificuldades tremendas. Não obstante, fizeram estudos geográficos, levantamentos cartográficos, etc. Desempenharam-se frequentemente entre si e com os jesuítas instalados na região. Não conseguiram avisar-se com os demarcadores portugueses. Ver "El Traudo de Limites de 1750 y la Expedición de Iturriaga", por Demetrio Ramos Perez, (Conselho Superior de Investigações Científicas, Madri, 1946). Obra muito importante para a história da geografia sul-americana.

Gomes Freire meteram logo mãos à obra.

Tendo abalado do Rio Grande em 1 de junho de 1752 o Coronel José Fernandes Pinto Alpoim, ou Alpoim, como escreve S. Leopoldo, com três companhias de granadeiros, cada uma delas com a sua peça de artilharia, seguiu-se-lhe o Coronel Diogo Osório Cardoso, com 120 dragões, rumando ambos para a guarda avançada que então mantínhamos no Chui. Gomes Freire partiu com o mesmo destino a 19. Mais tarde, por avisos do comissário espanhol, marcharam todos para Castilhos Grandes, onde deviam entrar em contacto direto.

A 1 de setembro deste ano realizou-se uma conferência preparatória, ficando desde logo assentado que se fizesse o levantamento exato da enseada e do território de Castilhos, mal representados na carta disponível. Nesse trabalho gastou-se o resto do mês.

Depois deste serviço preliminar, indispensável talvez à compreensão das instruções de que eram portadores os dois altos representantes dos dois reinos peninsulares, realizou-se propriamente a primeira conferência, destinada à apresentação dos plenos poderes de cada um dos comissários. Resolveram, pois, colocar o primeiro marco, de mármore lavrado, sobre um rochedo junto ao mar. Surgiram, então, as primeiras dúvidas a serem resolvidas: a partir deste marco, qual seria a direção a dar à linha divisória? Como precisar a grandeza da fralda meridional do monte de Castilhos Grandes, que o tratado atribuía a Portugal?

A comissão julgou conveniente adotar uma linha que passasse pelo cume do Xafalote, por ser o mais elevado dos morros e o tratado prescrever que a linha procurasse os

montes mais altos; quanto à segunda, assentou-se que a fralda fôsse assinalada a três quartos de légua, o que era um limite ainda não atingido pelo alcance do tiro de canhão. O segundo marco foi assentado em Índia Muerta. Três meses depois de lançado o primeiro marco, levantava-se o terceiro, a 6 de janeiro de 1753, em as imediações do porto de Maldonado. Terminado este lance, daqui foi expedida a primeira turma, então compreendendo elementos castelhanos e portugueses, para demarcar a fronteira até a foz do Ibicuí. Além dos elementos propriamente demarcadores, seguiam duas escoltas de 50 dragões, uma portuguesa e outra castelhana, viveres para seis meses, etc.

Os trabalhos desta turma atingiam a Santa Tecla, um pouco ao norte de Bagé, quando foram interrompidos pela intervenção dos indígenas da região, aldeados pelos jesuítas. Até hoje não estão de acordo os historiadores quanto a quem cabe a responsabilidade da repulsa armada que se seguiu, se aos padres, senhores de barão e cutelo dessas mesnadas indígenas, se aos próprios índios, criados no ódio contra nós e negociados como coisa a ser transportada com a soberania espanhola, que recuava (47).

O alferes real do povo de S. Miguel, o índio José Tyarayu, comandando numerosa tropa, obrigou os demarcadores a suspender o seu trabalho, retirando-se os portugueses para Colônia do Sacramento e os espanhóis para Montevideu, cidades onde já se achavam os comissários demarcadores, desde que os trabalhos foram confiados à turma que acabamos de ver em campo.

Seguiram-se grandes delongas, motivadas naturalmente pela má vontade que os generais espanhóis não podiam deixar de manifestar

(47) Para os discípulos de Capistrano de Abreu e para as inteligências submetidas à disciplina da escola filosófica de Augusto Comte, a guerra guaranítica não foi mais do que uma justa repulsa dos próprios índios, ao verem-se expulso das suas terras e de seus haveres; para o Visconde de S. Leopoldo, para o Barão do Rio Branco e para outros católicos, mesmo platinos, foi obra dos jesuítas, porque os índios não eram donos de coisa alguma. É incrível que a ordem não se coube ao tratado de 1750. O Barão do Rio Branco adianta que os jesuítas espanhóis obtiveram do geral de Roca, que os jesuítas portugueses concorressem para embargar a execução do tratado. Aliás, não falam realmente provas de que foram os padres os insidadores da repulsa armada dos índios, depois da publicação, num dos volumes dos "Anais da Biblioteca Nacional", da documentação existente no Arquivo de Simancas, copiada pelo Visconde de Porto Seguro.

nessa guerra, travada com os defensores da grandeza territorial de seu país.

A guerra guaranítica compreende duas campanhas, a primeira em 1754 e a segunda em 1755-1756.

Ponde de parte as operações de pequena guerra, em que os soldados missioneiros vêm atacar a fortaleza de Rio Pardo, recém-fundada e são repellidos, apesar de duas peças de ferro que trazem, deixando prisioneiros o seu chefe e um filho, os quais, depois do melhor acolhimento, são postos em liberdade, vejamos as operações de 1754. "Portuguêses e espanhóis marcham separados. Estes partem de Buenos Aires, sob o comando de Andonagui (e não Andonagui, como grafa este autor), seguem pela margem esquerda do Uruguai, enquanto uma flotilha os acompanha, subindo o mesmo rio; mas não ultrapassam Casupá, donde, por deficiência de recursos e em vista do rigor da estação, retrocedem até Daimán (perto da cidade do Salto). Ai são atacados por bandos de índios de La Cruz e Japeju, aos quais facilmente repelem. Os portugueses abalam do Rio Grande, sob as ordens de Gomes Freire de Andrada (e não Andrade, como registra o autor), atravessam embarcados a Lagoa dos Patos, sobem o Jacuí, tocam em Santo Amaro e vão até Rio Pardo, com intenção de ocupar a fortaleza de Jesus-Maria-José, junto da qual acampam. Atravessam o rio Pardo numa ponte de 18 canoas (feita por paulistas) e prosseguem por terra até as fraldas do Butucará. As dificuldades encontradas e a retirada da coluna espanhola, cujo fito era avançar até São Borja e daí cair sobre os povos das Missões, obrigam Gomes Freire a esquivar a peleja e a firmar com os índios um pacto de tréguas (14 de novembro de 1754)" (48).

Na verdade, Gomes Freire foi ali vencido pelos elementos e não pelos seus adversários. "Nesse local, foi o exército surpreendido por uma

enchente temerosa. As águas invadiram os acampamentos. Homens e animais refugiaram-se nos pontos mais altos do terreno. A extensa várzea, sob o lençol líquido, tornou-se um mar de água doce" (49). E, mais adiante, em nota de pé de página: "Há, na mapoteca do Estado-Maior, dois documentos cartográficos de grandes dimensões, que fixam aspectos da enchente que assaltou o exército de Gomes Freire, na várzea de Butucará" (50).

O tratado de 1750, cujas linhas gerais são atribuídas a Alexandre de Gusmão, é antes de tudo obra de boa vontade das famílias reinantes em Portugal e Espanha. Aliás, não encontrei em Simancas, por mais que procurasse, qualquer documento que permitisse descobrir o dedo do ilustre santista nesse arranjo diplomático. O rei Fernando VI da Espanha era casado com uma filha do rei de Portugal, que exercia grande e benéfica influência sobre o marido. Talvez por isso mesmo fôsse Fernando VI o único espanhol sinceramente partidário do acordo de 1750, que se conformava com o fato consumado, que era a penetração portuguesa nos imensos territórios atribuídos pelo tratado de Tordesilhas aos reis de Espanha.

Ao terem notícia do recuo das forças sob o comando de Andonagui, os portugueses com toda a razão julgaram-se logrados. Surgem reclamações da parte dos diplomatas lusitanos. Dá-lhes razão o rei da Espanha, que em documento existente em Simancas considera sua palavra empenhada, pelo que determina a apuração da responsabilidade do governador de Buenos Aires. D. Pedro de Cevallos é enviado para o Rio da Prata à frente de forças importantes, com a missão de abrir uma devassa, para verificar até que ponto ia a culpabilidade de Andonagui e no caso de positivar-se que havia ele obrado maliciosamente, prendê-lo e remetê-lo para Madri sem qualquer honra militar. Cevallos retarda enor-

(48) "A Batalha do Passo do Rosário", pelo General Tasso Fragoso, citada.

(49) "Lutas, ao sul do Brasil, com os espanhóis e seus descendentes", pelo General F. de Paula Cidade.

(50) Idem.

memente sua chegada a Buenos Aires, ou porque os adversários do tratado tenham lhe criado grandes dificuldades, ou porque ele mesmo se encontrasse, como soldado e patriota, envolvido numa tragédia íntima: obedecer a seu rei, entregando aos portugueses imensos territórios que bem poderiam continuar pertencendo à Espanha, ou trair a confiança do monarca e o seu dever de obediência às ordens legais. Na verdade, quando Cevallos chegou ao Rio da Prata já o entendimento era completo entre portugueses e espanhóis comandados por Andonaegui. É que durante o compasso de espera determinado pelo fracasso das operações de 1754, já em fins de 1755, sob a pressão do governo de Madri, fora acertado novo plano de operações, segundo o qual os dois exércitos deviam reunir-se antes de qualquer possível encontro com o adversário.

Os portugueses partem do Rio Grande em meados de dezembro de 1755 e os espanhóis, de Montevideu, uma semana mais tarde. "Os estrategistas antigos — e ainda os modernos em muitos casos, quando obrigados a operar em territórios desprovidos de obras de arte (pontes, viadutos, estradas, etc.) ou em que as obras de arte hajam sido sistematicamente destruídas — eram levados a buscar os divisores de águas, onde geralmente só se encontram às cabeceiras dos rios, cuja travessia é sempre fácil e onde não faltam caminhos naturais, que permitem tomar de revés qualquer linha d'água, atrás da qual o inimigo se haja tornado forte" (51).

Considerações sobre os aspectos morfológicos do território riograndense vão permitir que pelo menos em parte (levando em conta o que se conhece sobre as marchas de concentração dos dois exércitos) refaçamos os itinerários de cada um deles. Os engenheiros, que séculos mais tarde haviam de colocar os trilhos das estradas de ferro da região, deixar-se-iam guiar pelas mesmas imposições da natureza. "Os

espanhóis devem ter marchado de Montevideu, que foi seu ponto inicial de marcha, mais ou menos pelo atual eixo ferroviário que liga a capital uruguaia a Sêro Largo e, sempre pelo divisor de águas, chegando à região compreendida pelos regatos que constituem os mais afastados formadores dos rios Negro e Jaguarão. Os portugueses, galgando outra ramificação leste-oeste da mesma Coxilha Grande, seguiriam aproximadamente o traçado da atual estrada de ferro de Pelotas a Bagé, isto é, as mais altas terras que separam as águas do rio Camaquã das do rio Jaguarão" (52).

No dia 16 de janeiro de 1756, estavam reunidos os dois exércitos na zona de concentração. A 7 de fevereiro é morto, num encontro de destacamentos de vanguarda, o chefe José Tyarayú, que se tornou célebre sob o nome de Sepé.

Sem qualquer fundamento histórico, sem qualquer fundamento jurídico, mas num verdadeiro impulso de autofagia, reaviva-se neste momento (1956) a idéia de transformar esse guerreiro indígena, inimigo de nossa raça e de nossos avós, em autêntico herói nacional brasileiro. Mártir: Quem o martirizou? Nossos antepassados, aqueles que se perpetuam no sangue que nos corre nas veias. E para que tal crueldade? Imagine-se para que... Apenas para dar mais uma província ao Brasil e erradicar dali, num processo histórico, a boa gente hoje argentina ou uruguaia. É isso o que há, nem mais nem menos, na glorificação de Sepé, desde que, com o S da abreviatura que precede o nome dos bem-aventurados, lhe consagramos um município riograndense e desde quando propugnamos pela ereção de sua estátua, aos pés da qual as novas gerações devem penitenciar-se e talvez preparar-se para abandonar aquelas terras, regressando às aldeias da velha Europa, onde ainda hoje permaneceriam se seus avós não tivessem cometido o horrendo crime de que

(51) Idem.

(52) "Lutas ao sul do Brasil", citadas.

resultou a morte do combatente missioneiro.

Pena é que os platinos sejam tão diferentes de nós e que do lado de lá não haja a contrapartida, dando a um dos nossos caídos em defesa da Colônia do Sacramento a honra dos altares, consagrando-lhe um município e erguendo-lhe uma estátua.

Não se sabe porque a Companhia de Jesus (e não todos nós católicos) e os positivistas brasileiros escolheram para símbolo da gente gaúcha o índio Sepé, em vez de outro qualquer dos que morreram em defesa da espanholidade, no decorrer da guerra guaranítica. Apenas pode-se ter como certo que os positivistas, absolutamente coerentes com os seus princípios, aceitam Sepé como aceitariam qualquer outro lutador guarani, para alvo de suas homenagens. Não foi o General Tasso Fragoso, quando ainda achegado ao positivismismo, quem pediu em primeira mão uma estátua para Sepé, numa página em que cobria de maldições nossos avós? Lembremo-nos de que por ocasião da invasão de nosso território pelas forças paraguaias, quando a nação se erguia para repelir a ofensa, o Apostolado Positivista se colocou a favor de nossos agressores, e que, quando se tratou de dar solução ao problema da fixação de nossos limites com a República Argentina, o mesmo Apostolado Positivista, em nome da fraternidade universal, advogou a entrega de quase metade do Estado do Paraná ao país vizinho.

Três dias depois do encontro em que foi morto Tyarayá, travou-se a batalha de Caibaté, que tirou seu nome da região em que a luta se feriu, perto das nascentes do rio Cacequi. Um ataque envolvente, levado a efeito principalmente pelos portugueses, decide imediatamente da vitória. Os aliados sofrem baixas insignificantes, ao passo que os missioneiros são o impiedosamente

destruídos. Prossegue a marcha ofensiva, para o ataque aos chamados Sete Povos. "Cortados de medo, escreve o Visconde de S. Leopoldo (53), em seus *Anais*, não se atreviam os insurgentes por largo tempo a fazer oposição manifesta".

Continua o mesmo velho historiadore: "Restava superar o obstáculo mais formidável, que a natureza opunha na subida do Monte Grande, ingreme pelo alcantil que a recama toda, pelo passo de S. Martinho, único então conhecido: trezentos gastadores trabalharam com ardor e entusiasmo indissolúvel em apalmar a estrada suscetível de carretas e, com efeito, a 21 de abril, o exército federado galgava o pino dela, com toda a sua artilharia e bagagem levada quase em braços por cúmulos de dificuldades. "Transposta essa barreira, ainda foi preciso repelir, a 3 de maio, uma possante contra-ofensiva inimiga, levada a efeito por importante corpo de cavalaria (3.000 combatentes), que veio cair sobre o exército lusoespanhol em marcha. A 10 de maio, a progressão dos nossos é mais uma vez detida, à passagem de um rio que era chamado Churiebi (54). Depois desta refrega e de uma vitória obtida a baixo preço, estava aberta a porta das Missões aos invasores. No mesmo dia, resolve Gomes Freire fazer surpreender o povo de São Lourenço, dali a duas léguas, o que se realiza facilmente, ao clarear do dia seguinte. Successivamente, caem os demais povos, podendo-se considerar terminada a guerra guaranítica.

Examinada sob o ponto de vista político, essa luta demonstra como é difícil coordenar operações de aliados de interesses tão divergentes. Quem se abalancar a estudar a fundo essa guerra, o que não é possível nos limites de uma simples conferência, compreenderá porque nem os nossos se apressavam em entregar a Colônia do Sacramento,

(53) "Anais da Província de S. Pedro", citados.

(54) Não se conhece qualquer rio com este nome atualmente no Rio Grande do Sul. Hemetério Velloso da Silveira, em sua importante obra — "As Missões Orientais e seus Antigos Domínios" (Porto Alegre, 1910), diz que se trata do arroio Churí. Este autor era um especialista em assuntos missionários. Procurei, em 1949, no Arquivo de Surancas, elucidar o assunto, mas os documentos espanhóis da época registram claramente Churiebi.

o que nos excluiria para sempre do rol das potências platinas propriamente ditas, nem os espanhóis nos entregavam os territórios aquém do rio Uruguai. Do lado português, nunca se apagou a mística de um império que se estendesse do Amazonas ao Prata, revivida ainda após a independência do Brasil, com a incorporação da chamada Banda Oriental, verdadeiro sonho depois da fundação de Montevideu e de outras povoações espanholas ao norte do rio da Prata; no entanto, a causa de efeitos imediatos sobre as relações luso-espanholas eram muito mais sérias, porque os espanhóis pretendiam entregar as missões apenas aparentemente pacificadas. Viveiros de combatentes missionários estavam prontos a lançarem-se contra os portugueses, mal os espanhóis se retirassem. Podia ocorrer que os próprios espanhóis auxiliassem os insurgentes e neste caso Portugal, tendo entregue Colônia do Sacramento, seria excluído do rio da Prata sem a compensação prevista no tratado. Os espanhóis, por sua vez, concorreram para o esmagamento da repulsa missionária como quem toma um remédio amargo, já que pelo tratado de Tordesilhas (que ainda agora, por mais absurdo que pareça, há quem invoque contra nós) deviam entrar na posse de Colônia e conservar os territórios aquém do rio Uruguai. Era a mística de Tordesilhas contra a mística do Amazonas ao Prata. Qual dos dois litigantes tinha razão? Do ponto de vista das realidades do momento, não resta dúvida que os portugueses tinham razão, embora os espanhóis durante a guerra tenham sempre cumprido a letra do tratado de 1750, em cujo texto talvez maliciosamente se intercalaram as pedrinhas para os sapatos da outra parte contratante.

Sob outros pontos de vista, poderíamos notar que a campanha do ano 54 fracassa devido à marcha dos exércitos em dois grupos, separados por centenas de quilômetros de difícil transposição. Por felicidade dos generais aliados, o inimigo não só estava mal armado, como não tinha aptidões guerreiras. Numa época em que as armas de

fogo não levavam, como hoje, grandes vantagens sobre as armas brancas, qualquer dos dois grupos atacantes podia ser destruído, sem que a intervenção do outro pudesse salvá-lo.

Assim, o exército português foi obrigado a patuar um armistício, que pôz termo à primeira campanha.

Na segunda campanha, as coisas já se passam de modo diverso. A organização minuciosa mostra que a lição do ano anterior fora bem aproveitada. As misérias que haviam assaltado o exército lusitano, em pleno inverno, na baía do Jacuí, então deserta e desprovida de quaisquer recursos utilizáveis, levaram Gomes Freire a dar aos serviços um desenvolvimento notável nessa campanha. Para um efetivo de mil combatentes, aproximadamente, dispondo de sete peças de bronze, de calibre dois, além de três de calibre um, seguiam-se 14 carros manhegos, três carretas de pólvora, 152 carretas de bagagens, 3.769 cavalos de montaria, 261 bestas de carga, 1.816 bois para carros, 2.823 animais de corte, muitos peões e vaqueanos. Depois de tudo isso, ainda vinham numerosas colunas de carros de bois, pertencentes a particulares e vivandeiros.

Se o exército, compreendendo todos os seus elementos, fôsse pôsto em marcha por uma única estrada, o núcleo combatente não chegaria a um quilômetro, enquanto que os serviços deviam ocupar muito mais de dez.

O exército lusitano, em vez de rumar diretamente sobre o Jacuí, ficando separado de seu aliado pela Coxilha Grande, parte das imediações da atual cidade do Rio Grande e vai situar-se no forte de S. Gonçado, de construção recente, à margem do rio Piratinim. Daí, contornando a região central que tão ingrata se mostrara na campanha anterior, vai fazer junção com o espanhol, nas cabeceiras do rio Negro, em 18 de janeiro de 1756. A partir daí dispunham os aliados de uma superioridade esmagadora, sob o ponto de vista tático.

Sobre o campo de batalha, é a manobra que os chefes ibéricos vão

pedir os grandes resultados que obtém por infimo preço.

Tal foi a guerra guaranítica, contra a qual os escritores filiados à escola do grande Capistrano de Abreu vêm se insurgindo há vários anos.

Mas, para nós, José Tyarayú, o famoso Sepé, bem como Languiru ou Neenguiru, chefes vencidos das tropas missioneiras, cujo lugar exato de nascimento ninguém sabe, porque tanto pode ter sido alguém como além do Uruguai, não são rio-grandenses, por terem sido, quando muito, paraguaios, argentinos ou uruguaios. Com o mesmo esforço de raciocínio, poder-se-ia considerar brasileiro o General Alvear, comandante dos exércitos platinos na batalha do Passo do Rosário, visto ter nascido ele em território hoje rio-grandense, Carlos Magno como imperador da Alemanha e Napoleão Bonaparte, como cidadão italiano...

Quanto à transmigração de povos, determinada pelo tratado de 1750, que entre nós tem provocado tantas recriminações, apesar de muito nos favorecer, do lado de lá do rio Uruguai não levanta a mesma celeuma. Parece mesmo que tem sido considerada como uma fatalidade histórica, tanto assim que Fructuoso Rivera, em 1823, lançou mão do mesmo meio, sem atrair as iras dos publicistas platinos ou dos positivistas, obrigando mais de 10.000 pessoas a segui-lo, deixando deserta a região missioneira, tão disputada.

Voltemos à demarcação. Vimos, em 1752, começarem os trabalhos em Castilhos Grandes e prosseguirem sem dificuldades até as imediações de Bagé, onde foram suspensos, para dar lugar à solução militar que o problema exigia. Mais ou menos pacificadas as Missões, a primeira turma, já reorganizada, retomava o serviço, prosseguindo pelas cabeceiras do rio Negro, para determinar a "origem principal do rio Ibicuí". Começam as discussões, embora muito amigáveis, tódas de caráter técnico, e assim se passam, no dizer do visconde de S. Leopoldo, dezenove meses.

A segunda turma devia trabalhar entre a foz do Ibicuí e o Salto Grande do Paraná e, por isso, reu-

niu-se em S. Javier, em 8 de janeiro de 1759. A terceira turma, para fazer a demarcação entre a foz do Igurei, no Paraná, e a do Jauru, no Paraguai, a 2 de junho de 1753 largava do Rio da Prata para a base de operações, que era Assunção.

Para não alongarmos por demais este estudo, limitemo-nos a dizer que os trabalhos dessas turmas, verdadeiras explorações de caráter geográfico, são extremamente penosos. Ao olharmos, cheios de orgulho, a descrição dos trabalhos da Comissão Rondon e da Inspeção de Fronteiras, criada sobre a direção do mesmo chefe, nestes últimos tempos, podemos fazer uma idéia do heroísmo e da tenacidade desses sertanistas dos primeiros séculos do Brasil colonial. O Barão do Rio Branco, no seu grandioso trabalho sobre a questão de limites com a República Argentina, baseia-se na epopéia dos demarcadores de 1750 a 1759. Pandiá Calógeras serve-se, conforme anota, dos dados recolhidos pelo grande advogado do Brasil, para escrever uma das mais preciosas páginas do seu importante livro, aqui tantas vezes recomendado. Aliás, acham-se publicados em sua maior parte, os diários dos demarcadores e no Arquivo Nacional do Rio de Janeiro, ainda há muitos documentos inéditos.

Os trabalhos foram considerados terminados em 1760, quando a segunda turma da divisão do sul regressou a S. Nicolau, pósto que as outras duas já haviam concluído as respectivas tarefas.

Ao norte, já vimos que nada de importante havia sido feito.

De 1750 a 1760 fermentara de parte a parte a má vontade contra as estipulações do tratado. As desconfianças mútuas, os interesses prejudicados, a glória militar de velhos soldados que se haviam batido em Colônia do Sacramento, tudo conspirou contra o convencionado em Madri alguns anos antes. Tudo menos o homem de gênio que, no dizer de Pandiá Calógeras, era o verdadeiro inspirador daquela obra. O santista Alexandre de Gusmão saiu a campo em defesa do tratado de 1750, mas a sua voz não foi mais que um clamor no deserto.

O tratado de 12 de fevereiro de 1761 anulava o de Madri e fazia que tudo voltasse, pelo menos de direito, à velha linha de Tordesilhas. De fato, era o *uti possidetis*, cada qual com o que realmente possuía,

pois os nossos não abandonariam o Rio Grande.

Ainda aí não se podia prever com quem ficaria a bacia hidrográfica do Prata.

NOTA — Esta parte constava, quase que integralmente, a segunda conferência, feita num curso de história política e militar da América, na Escola de Estado-Maior, em 1929, pelo autor.

Errata do artigo FINALIDADE E IMPORTANCIA DO CURSO DE TÉCNICA DE ENSINO DO EXÉRCITO (Número de janeiro de 1957)

Na pág. 48, linha 33 — Onde se lê : cada ve zmais ; Leia-se : cada vez mais.

Na pág. 48, linha 2 — Onde se lê : poses dos antepassados ; Leia-se : posses dos antepassados.

Na pág. 49, linha 16 — Onde se lê : óttão sômente para ; Leia-se : é tão sômente uma razão a mais para.

Na pág. 49, linha 24 — Onde se lê : do conjunto em que apenas ; Leia-se : do conjunto, em que apenas.

Na pág. 51, linha 39 — Onde se lê : ao par do Colégio Militar ; Leia-se : a par do Colégio Militar.

Na pág. 51, linha 9 — Onde se lê : puzemo-nos ; Leia-se : pusemo-nos.

Na pág. 52, linha 4 — Onde se lê : desincumbir-se ; Leia-se : desincumbirem-se.

Na pág. 52, linha 22 — Onde se lê : de que originou ; Leia-se : de que se originou.

Na pág. 52, linha 55 — Onde se lê : seus homem" (6). ; Leia-se : seus homens" (6).

Fatores que envolvem atualmente a produtividade do trabalho

Dr. JACY MONTENEGRO MAGALHAES

Conferência pronunciada na Universidade Mayor de San Andrés — La Paz — Bolívia, em 27 de novembro de 1936

Quero, inicialmente, apresentar ao Magnífico Reitor da Universidade de Santo André os meus mais sinceros e profundos agradecimentos pela honra insigne que me conferiu ao convidar-me para dizer-vos algumas palavras sobre Medicina do Trabalho, cuja conceituação a experiência e o labor diário nos ensinaram ser a especialidade médica destinada ao Estudo das causas mesológicas e individuais (físicas, psicológicas e patológicas), entrelaçadas ou não, agindo sobre os trabalhadores, de modo a modificar-lhes a produção.

Esta gratidão é ainda maior por me proporcionar a oportunidade de falar sobre aquele assunto em país como o vosso, empenhado resolutamente na tarefa de encontrar a melhor solução para os problemas sociais ligados ao trabalho.

Médico, apaixonado pelas questões trabalhistas e sociais, sinto que só poderei corresponder à alta honra que me conferis, ao ouvir-me, expondo-vos com lealdade as conclusões a que cheguei sobre aqueles assuntos.

Não farei uma conferência. Para tanto, faltam-me autoridade e um conhecimento mais profundo dos homens e das cousas. Não tenho também a pretensão de indicar-vos caminhos ou apontar soluções. Apresentarei, apenas, como médico e com a experiência de ser um dos mais antigos funcionários do Ministério do Trabalho, do Brasil, as intuições e as deduções sobre Medi-

cina do Trabalho ou Serviço Social que me foram sugeridas por longos anos de trabalho efetivo naqueles setores, em meu país.

Minha mais antiga recordação, por problemas resultantes das relações Capital/Trabalho consiste em uma afirmativa feita por meu Pai, quando era eu ainda uma criança: "É o bom patrão quem faz o bom empregado".

Examinada superficialmente, a frase pode parecer injusta, cruel e, até mesmo, reacionária. Para julgá-la assim, porém, é necessário não ter conhecido meu Pai. Ele a pronunciava querendo significar que o primeiro dever do patrão é fazer com que o empregado seja bom, dando-lhe condições de vida digna, preparando-o para o desempenho eficiente de suas funções e proporcionando-lhe meios para que seu trabalho seja realmente produtivo. Em outras palavras, só é bom o trabalhador que produz, mas cabe ao patrão proporcionar-lhe condições para que esta produtividade se realize.

Empregado insatisfeito, doente ou mal preparado para o trabalho que lhe foi afeto é mau empregado. Sua má produção como trabalhador ocorre, porém, porque nêle se verificaram as três causas mesológicas e individuais, bem entrelaçadas, fazendo-o um mau empregado, isto é, afetando-lhe a produção.

Está, porém, ao alcance do patrão, — seja ele simples particular, ou o Estado —, prevenir a doença

e proporcionar meios para o seu tratamento: garantir condições de vida e de trabalho que impeçam que o empregado se transforme em um desajustado social e prepará-lo para o desempenho de suas funções.

Foi na interpretação profundamente humana dada por meu Pai àquela afirmativa, aparentemente cruel, — "é o bom patrão quem faz o bom empregado" — que, na minha atuação técnico-profissional, encontrei a inspiração para resolver todos os problemas consequentes das divergências entre patrões e empregados.

Aquela interpretação satisfaz, a um só tempo, os aspectos econômicos e sociais das relações Capital/Trabalho, pois nela estão contidas as ligações entre a Produtividade e o Serviço Social.

Eu próprio não tardei em verificar a justeza do conceito paterno quando, poucos anos após, iniciei minha vida de trabalho como empregado em uma farmácia.

Mais tarde, ainda na juventude, conspirar e cooperar ativamente para a vitória do Movimento Revolucionário-Tenentistas que, ao chegar ao poder, em 1930, trazia como um dos pontos altos de seu programa de realizações o estabelecimento de uma política trabalhista para o Brasil.

Criou-se o Ministério do Trabalho, do qual fui um dos primeiros funcionários e cujo desenvolvimento assisti, acompanhando de perto, nele e fora dele, a evolução da política trabalhista em meu País.

Desculpai-me, Senhores, se me alonguei em referências pessoais, apresentando-vos um resumo de minha iniciação revolucionária e da minha vida profissional. É que a experiência que ali começou a adquirir, pela observação e estudo no trato das questões políticas e trabalhistas, constituem, juntamente com a orientação paterna, a base de todos os meus estudos e conclusões posteriores.

• •

Desejo, antes de prosseguir, examinar convosco, rapidamente, o cenário social sul-americano.

Na América do Sul os problemas sociais só muito recentemente começaram a tomar forma. Este atraso, em relação ao Velho Mundo, não diminuiu, porém, a gravidade com que se manifestaram.

Nos países sul-americanos, em passado ainda recente, — e estas condições são ainda evidentes em todos eles —, vigorava uma economia empírica, baseada na improvisação e no jôgo das circunstâncias. Tais condições faziam com que o trabalho se exercesse em circunstâncias ainda mais precárias que as frágeis organizações econômicas existentes.

A sociedade era organizada dentro de uma filosofia caracteristicamente *burguesa* da vida, de sentido nitidamente individualista. Esse individualismo era tão generalizado que, ainda no primeiro quartel deste século, não era fácil distinguir se a sociedade, nos diversos países, estava organizada dentro de concepções liberais, cristãs ou socialistas, distinção, há muito, de fácil reconhecimento na organização da sociedade nos países do Velho Mundo.

Imperava o patriarcalismo ainda existente em várias regiões sul-americanas, embora sob forma mais atenuada em algumas delas.

Sob a influência da concepção *burguesa* da vida e do patriarcalismo e, na ausência de uma filosofia social, os choques resultantes dos atritos das relações Capital/Trabalho eram quase inexistentes. Mesmo quando explodiam, suas causas profundas não eram reconhecidas e assinaladas, e as agitações decorrentes eram, em geral, atribuídas a motivos puramente políticos, interpretada a política no seu sentido mais estreito. Dentro dessas condições, o que se explica pela situação de povos subdesenvolvidos, generalizou-se a opinião de que a América Latina estava isenta das lutas entre o capitalismo e o socialismo, que constituíram a nota característica do século XIX e do início do século XX, na Europa.

No decorrer deste século, porém, em épocas que variam de um para outro país latino-americano, as questões sociais foram tomando forma

e os problemas delas decorrentes crescendo de vulto.

O progresso técnico e científico, a generalização da cultura e a influência dos acontecimentos mundiais contribuíram decisivamente para o fenômeno. No campo econômico, a industrialização passou a ser a meta almejada. Realizou-se, porém, de forma mais ou menos desordenada, sem a garantia de uma base agrícola sólida, não dispondo de mercados internos de elevado poder aquisitivo e lutando com a concorrência estrangeira, mais desenvolvida e com mais larga experiência, tudo concorrendo para criar desajustamentos na economia interna dos vários países.

Dêsses desajustamentos resultou a evidência da necessidade de planejar o desenvolvimento econômico.

Cabe-me um breve parêntesis. Quero, do alto desta cátedra, em face de um fôro amigo, mas de nacionalidade diferente da minha, proclamar que o planejamento para o desenvolvimento econômico-social e a conseqüente industrialização do Brasil se devem, mais que a ninguém, à clarividência de Roberto Simonsen, pioneiro daqueles trabalhos e em cuja obra eu tive a rara fortuna de haver colaborado, cabendo-me fortuna igual em ter continuado a servir aos seus legítimos continuadores, que foram Morvan Dias de Figueiredo e Euvaldo Lodi.

O pensador brasileiro Alceu de Amoroso Lima, também conhecido universalmente, como Tristão de Athayde, salienta que se inaugurou, então, uma economia de transição, entre o *naturismo* e a *racionalização*, fundamentada nos princípios do liberalismo clássico, combinados com o proteccionismo estatal. Este proteccionismo constituiu a primeira tentativa de planejamento com a finalidade de adaptar a organização econômica às novas condições. Foi levado a efeito, porém, visando quase exclusivamente a satisfazer os interesses das classes chamadas "conservadoras" que, tradicionalmente, orientavam a política, sem que as classes chamadas "trabalhadoras" desempenhassem qualquer papel saliente na evolução em curso.

Houve um fator decisivo para esse alheamento das classes trabalhadoras. Não havia ainda nos países sul-americanos, como, de resto, em todos os países economicamente subdesenvolvidos, classes trabalhadoras conscientes, organizadas de modo a serem capazes de apresentar seus pontos de vista como um todo. Além disso, a falta de sentimento gregário, ou melhor, de espírito associativo, característico dos povos latinos, impediu que, mesmo nos países onde os problemas daquelas classes tinham já atingido estado crítico, elas se organizassem e debatessem seus problemas, fazendo ouvir sua palavra.

Estas são, com ligeiras variações, as circunstâncias ainda reinantes nos países da América do Sul, onde a economia está ainda naquela fase de transição entre o *naturismo* e o *racionalismo*. Alguns se acham mais próximos do *naturismo*, outros conseguiram avançar mais na direção do *racionalismo*, mas todos permanecem ainda em fase de transição.

Todo período de transição se caracteriza pelos atritos conseqüentes do aparecimento de novos valores e do aumento ou diminuição da importância dos valores antigos. É um período agitado que só termina quando as forças dos interesses dos valores em choque encontram o ponto de equilíbrio.

Nas nações latino-americanas o novo valor que surge é o que poderemos chamar de *classe trabalhadora* que, como tal, começa a lutar por um lugar ao sol.

Surgiu naturalmente, como decorrência da necessidade de se organizar racionalmente a economia e o impacto das forças que desencadeou se faz sentir nos campos econômico, social, político e filosófico.

O fenômeno em curso, nas nações do nosso continente, nada mais é, porém, que a reprodução, em cenário novo, das velhas lutas entre o Capital e o Trabalho. Tais lutas, travadas no ambiente e nas circunstâncias vigentes na América Latina, podem — o que Deus não permita — assumir tais proporções que acar-

retem a desorganização total da economia de suas nações. Aqui, mais do que nas nações industrializadas, torna-se, pois, necessário reduzir o vulto dos atritos, como a única forma capaz de permitir, em um mínimo de tempo e com um mínimo de desajustes, chegar-se a uma organização social que assegure ao Capital, o lucro justo e ao Trabalho, o Bem-Estar Social.

Estes dois elementos — Lucro Justo e Bem-Estar Social — são os fatores que é necessário introduzir na organização das nações latino-americanas, para evitar um longo período de agitação que poderá redundar em caos — caos político, econômico e social.

Não podemos permitir que a organização econômica e social das nações latino-americanas permaneça presa à estreiteza da fórmula Capital + Trabalho = Produção, já ultrapassada, por não encarar os fatores humanos.

A igualdade $C + T = P$ foi estabelecida em meados do último século por Marx, que nela baseou toda a sua doutrina, criando o conceito de "Mais valia". Segundo ele, uma mercadoria, ao ser negociada, traz, incorporado ao seu preço de venda, o valor de um Trabalho não pago ao operário que a manipulou. Este "preço suplementar", a que chamou "mais valia", reverte, todo, em benefício do capitalista. A repetição do processo determina, ainda segundo Marx, a formação e a acumulação desordenadas do capital, o que, ainda de acordo com a teoria marxista, conduz fatalmente a lutas suicidas na disputa de novos mercados e a anarquia da produção, determinando crises periódicas e a consequente insegurança das condições de vida do trabalho.

Sobre estas conclusões e valendo-se dos princípios filosóficos do Materialismo Dialético, Marx e Engels redigiram o "Manifesto de 1848", transformado no "Credo" do comunismo.

Com o manifesto, lançou Marx os fundamentos de uma doutrina social construída sobre argumentos de base econômica, fruto da observação das condições da sociedade, em

determinado momento histórico. Não chegou ele, no entanto, a perceber que aquele momento histórico significava apenas um agitado período de transição da sociedade, resultante da sua adaptação às novas condições criadas pela revolução industrial.

Sua doutrina resulta, portanto, do estudo, não de uma sociedade hígida, mas enfêrma, como se fora um doente em fase de transição ou de crescimento, numa puberdade ou numa menopausa, e a teoria marxista resulta, em "último ratio", em uma análise anátomo-patológica ou até anátomo-clínica da sociedade em que viveu.

Tentou abrir passo à sociologia por via da economia. Sabemos, hoje, que a Sociologia é, antes de tudo, a ciência do comportamento humano e, portanto, uma ciência baseada em dados biofísicos e psicológicos. O progresso da biologia veio provar, conforme conclui Serge Tchekhôte, os equívocos da doutrina marxista.

O mérito de Marx residiu, justiça se lhe faça, em evidenciar a importância do fator econômico para a solução do problema social. Seu desacerto principal consistiu, porém, em ter ignorado ou despresado praticamente os demais fatores.

A própria evolução da técnica, filha legítima da industrialização, — de que Marx só testemunhou os primórdios — veio acrescentar à velha fórmula Capital + Trabalho = Produção, uma parcela nova, a Administração, determinando a nova igualdade que é: Capital + Trabalho + Administração = Produção.

Por Administração entende-se o conjunto de circunstâncias que garantem a Produtividade e asseguram o Bem-Estar Social, dando ao Capital e ao Trabalho o seu verdadeiro sentido econômico e social.

Chegou, assim, a América Latina ao século XX, que assistiu à introdução dos elementos Tecnologia, Organização Racional do Trabalho e Planejamento nas condições que preparam, determinam e garantem a produção. A introdução desses novos elementos deve-se, principal-

mente, à ação dos capitalistas, ou melhor, à ação das próprias necessidades intrínsecas do capitalismo, desejosos de assegurar a produtividade, para garantia de maior rendimento ao capital.

Esses elementos, porém, não foram introduzidos de forma repentina e não são independentes. Pode-se, mesmo, afirmar que foi a tecnologia, de cunho exclusivamente econômico e científico, que deu origem à racionalização do trabalho e ao planejamento geral da produção que, a par de seu aspecto econômico, viria revelar possuir, intrinsecamente, um profundo e pouco suspeitado conteúdo social e humano.

A Tecnologia criou novas máquinas, automatizou a produção e abriu novas perspectivas ao Capital. Paralelamente, exigiu a racionalização do Trabalho e a sua conseqüente Planificação, cuja finalidade, a par de fazê-lo mais eficiente, busca tornar menos penosa a ação do trabalhador.

Pela primeira vez o Capital percebeu o seu próprio interesse em suavizar a ação do trabalhador, como forma de tornar o Trabalho mais eficiente. Esta averiguação veio abrir uma nova era nas relações do binômio Capital/Trabalho, pelo conteúdo humano e social que fez surgir.

A Racionalização do Trabalho teve origem no fim do século passado, quando o grande renovador dos métodos de trabalho, Frederic Winslow Taylor, e sua escola, lançaram as bases de uma organização científica de trabalho. Nesta primeira fase, o homem era considerado, apenas, como elemento acessório da máquina, na obtenção da produção. No fundo, a obra de Taylor não passou de uma reencarnação da lenda do "Leito de Precusto". Nisto reside a falha do "taylorismo", pois em todos os seus trabalhos o homem é considerado apenas como "outra máquina" — uma máquina bio-celular — cujo funcionamento era necessário aperfeiçoar, para obter melhor rendimento da "máquina mecânica".

Transplantado dos Estados Uni-

dos, onde se originou, para a Europa, o taylorismo sofreu a influência das doutrinas sociais ali vigentes, que atribuíam maior importância ao fator humano. Da simbiose entre o taylorismo e as doutrinas sociais nasceu uma nova ciência, a *Psicotécnica*, que procurou valorizar o homem em termos de produção, fazendo com que cada um fosse aproveitado onde pudesse ser mais útil, onde pudesse melhor produzir de acordo com as suas qualidades psicossomáticas. Nasceram, assim, os *institutos de orientação profissional* e, por conseqüência, os exames de aptidão para o trabalho e os de comportamento no trabalho, estudando-se o fator humano como um determinante no processo do trabalho e um elemento a encarar na obtenção da produção.

Foi a *Psicotécnica*, originada nos interesses intrínsecos do Capital, que veio provar a necessidade de se considerar o elemento humano como fator essencial à produção. Ficou, assim, evidenciado, com argumentos de ordem científica, que os interesses do Capital não eram, de modo algum, incompatíveis com os do Trabalho, ou melhor dito, aqueles interesses, conduzidos à luz da *Psicotécnica*, são complementares e dialéticamente catalíticos.

Não tardou, porém, que entre os próprios psicotécnicos surgissem dúvidas e críticas à aplicação pura e simples de suas conclusões. Verificou-se que, embora a *Psicotécnica* estivesse colocando em escala crescente cada trabalhador em seu verdadeiro lugar, seu trabalho não dava todo o resultado teoricamente esperado.

Os novos estudos e pesquisas realizados vieram revelar um fato surpreendente: embora o trabalhador esteja colocado no lugar mais adequado às suas aptidões e possibilidades, é necessário, para que ele produza com o máximo de eficiência, que esteja realmente possuído de *alegria do trabalho*.

Começava-se a perceber aquilo que, com tanta propriedade, veio a resumir mais tarde o então presidente da Confederação Suíça, na reunião da Organização Internacio-

nal do Trabalho, em 1954: "Há problemas de fundo humano que se apresentam na indústria que nem os cálculos, nem os métodos de trabalho, ou algo semelhante, são capazes de resolver".

Chegou-se, assim, à terceira etapa da organização racional do trabalho. Verificou-se que, para produzir o máximo, o trabalhador tem necessidade de sentir-se elemento verdadeiramente útil ao conjunto social de que participa, ter a possibilidade de manter aspirações e gozar de tranqüilidade de espírito em relação às questões pessoais e familiares e aos seus demais problemas.

Constatou-se que a velha aspiração dos trabalhadores, o *Bem-Estar Social*, não constitui, em sua essência, uma reivindicação *contra* os interesses dos patrões. Antes, pelo contrário, e também em sua essência, os interesses de ambos, *patrões e trabalhadores*, coincidem e podem, mesmo, ser somados em proveito do *Lucro Justo e do Bem-Estar Social*, almejados por cada um dos grupos, conforme deve ser, para proveito recíproco.

A idéia é nova, e quiçá, revolucionária. Ainda não foi possível fazê-la sentir e preponderar em todos os meios patronais, nem tampouco na generalidade dos trabalhadores. Há, ainda, entre os patrões, velhos preconceitos "reacionários" a vencerem-se, assim como entre os trabalhadores é necessário que desapareçam idéias revolucionárias, preconceitos reacionários que apenas redundam em impedir o interesse de ambos, que é o *Lucro Justo* para o *Capital* e o *Bem-Estar Social* para o *Trabalhador*. Esta é a tarefa precípua da atual geração.

O êxito dessa tarefa é que constituirá a resultante justa, antidemagógica e, até mesmo, científica das lutas entre *Capitalismo* e *Proletariado*, como, de igual forma, foi a "Belle Époque", ou seja, o aperfeiçoamento da *Justiça Social*, conseqüente às angueiras da Revolução Francesa, em que o mordente entre o *Feudalismo* e a *Burguesia* foi a *Revolução Industrial*, a verdadeira raiz do *Regime Capitalista*.

A América do Sul, com uma in-

dustrialização ainda incipiente, com uma agricultura apenas começando a perceber a importância da mecanização e da organização racional do trabalho, apresenta um ambiente excepcionalmente favorável à difusão destas novas idéias. Em um continente onde, praticamente, tudo está ainda a realizar-se, dispomos de condições excepcionais para começar a agir de modo certo. Para isso, precisamos iniciar, desde já, sem hesitações ou desfalecimentos, uma campanha esclarecedora junto a *Patrões e Empregados*, — máxime junto aos primeiros —, para provar que as reivindicações e interesses de *uns* não devem ser apresentados *contra* os interesses e reivindicações dos *outros*, pois o aperfeiçoamento da sociedade, — objetivo de ambos —, só poderá ser alcançado pela combinação e equilíbrio de seus interesses, que não são, como crêm, antagônicos.

A tarefa de educar *Patrões e Empregados*, dentro das novas idéias, não é fácil. Será mister fazê-los esquecer velhas convicções, profundamente arraigadas, rotinas, ressentimentos, prevenções e, até mesmo, ódios, para substituí-los por uma concepção nova na maneira de encarar as relações de comportamento recíproco.

Precisamos, como já foi enunciado, introduzir na igualdade *Capital + Trabalho = Produção*, a parcela nova, — *Administração* —, composta dos elementos *Bem-Estar Social e Tecnologia*, implicando esta no saber de experiências feitas, que nada mais é que o *Know-How*.

É necessário, porém, fazê-lo com prudência, pela persuasão, e não pela força, o que implica afirmar que a *Policia* é arma inadequada para tão alto fim, pois seu emprego pode determinar ações violentas que podem levar, insensivelmente, a defesas também violentas, que desfiguração o sentido humano da idéia e impedirão os resultados positivos.

Nesta campanha de salutar prope-
dêutica educacional de *Patrões e empregados* seria necessário manter sempre o equilíbrio entre aquelas três parcelas, *Capital, Trabalho e Administração*.

Quando, naquela igualdade, a parcela *Capital* prepondera, temos uma organização de *tipo capitalista*, tomado o capitalismo no sentido mais reacionário do termo. Quando é o *Trabalho* que se hipertrofia, a organização resultante é do *tipo comunista*, com todos os desajustes e problemas daí decorrentes. Quando é a *Administração* que toma vulto prevalecente, a organização assume *tipo e aspecto fascista*.

O mundo deve fugir, para sobrevivência normal, daquelas anomalias de ritmo que, em cardiologia, se chama alternância, estrasistolía, taquicardia ou bradicardia. O que se busca é a *Euritmia*, ou seja, a regularidade do aparelho *cardio-vascular*, "*conditio sine qua non*" para a *higidez do organismo social*. *Capitalismo, Comunismo e Fascismo* são elementos incompatíveis com a *higidez buscada*.

Dentro das novas idéias não há lugar para nenhum daqueles tipos de organização. O que elas almejam, o que elas procuram estabelecer, é uma organização social harmônica e equilibrada, onde não haja grupos ou interesses predominantes; onde as noções de *Produtividade* e de *Bem-Estar Social* regulem e orientem a ação de cada grupo. O que se deve ter em mira é que cada parcela concorra para o *Bem-Estar Social* com aquilo que ele pode dar e não procure, apenas, fruir e usufruir do que se lhe possa ser proporcionado.

Mas para chegar a esse resultado não basta atuar junto às associações de classe.

A falta de espírito associativo e gregário tão acentuado entre nós, latinos, tornará essa ação muito lenta e de resultados e efeitos muito remotos e, quiçá, duvidosos, se não for conduzida com energia e acerto. É necessário atuar e agir diretamente sobre a célula onde e dentro da organização da sociedade são encontradas as origens das crises e dos desentendimentos entre o *Capital* e o *Trabalho*.

Na Declaração de Filadélfia, adotada na conferência da Organização Internacional do Trabalho, em 1954, em que foi estabelecida nova defi-

nição para as finalidades e objetivos da Organização, foi solenemente proclamado que:

"o trabalho não é uma mercadoria e todos os seres humanos, sem distinção de raça, credo ou sexo, têm direito de buscar seu bem-estar material e seu desenvolvimento espiritual em condições de liberdade e dignidade, de segurança econômica e em igualdade de oportunidades."

Os técnicos em assuntos trabalhistas ali reunidos, ao aprovarem aquela declaração, focalizaram, mais que nunca, a pessoa humana.

Assim como a pessoa humana é a célula da sociedade, a *Empresa* é a célula das relações *Capital/Trabalho*.

Herbert Gross, em "*Manager do Tomorrow*", definiu-a como sendo uma *instituição pública de entidade privada*.

Baseada nesta definição, a Divisão de Orientação Social do Departamento Regional do Serviço Social da Indústria do Estado de São Paulo, Brasil, definiu *Empresa* como sendo uma entidade autônoma de fins econômicos e caráter institucional, na qual se estabelecem relações de colaboração e subordinação entre o empresário e o pessoal da empresa.

Estas definições, concebidas para as empresas particulares, permanecem verdadeiras para as estatais, pois abrangem os aspectos políticos, econômicos, sociais e humanos que devem regular as relações entre patrões e empregados, visando a produção, seja o patrão um simples particular ou o Estado.

A conclusão de que a ação nas empresas é essencial decorre de observações pessoais.

No período de 1937 a 1945, em que, por razões políticas, estivemos licenciados do Ministério do Trabalho, dedicamo-nos ao seguro de acidentes do trabalho, convencidos de que as tarifas que os oneravam não correspondiam aos benefícios efetivamente prestados aos acidentados.

Em São Paulo, nesse período, valendo-nos de anteriores experiên-

cias, firmamos contrato de trabalho com uma das Companhias de Seguro de Acidentes do Trabalho, que nos permitiu trabalhar, naquele ramo, entre outras, nas seguintes empresas:

Cia. Nitroquímica Brasileira;
Lanificio Anglo-Brasileiro S.A.;
Tecelagem Maria Angela S.A.;
Fiação Brasileira de Lãs S.A.;
S.A. Indústrias Votorantim;
Cia. Ferroviária São Paulo-Paraná e

Sociedade Técnica de Fundições Gerais — SOFUNGE S.A.

Para quem conhece, mesmo superficialmente, o parque industrial brasileiro e, em especial, o paulista, basta a enumeração destas empresas para ter idéia do vulto da experiência realizada.

Naquelas empresas pudemos realizar uma experiência social-trabalhista que consistiu em transformá-las em seguradoras de seus próprios empregados, mediante uma modalidade de seguro a que denominamos "Tipo Nitro".

No sistema pôsto em prática, os empregadores, sem maiores despesas financeiras, transformavam-se, além de seguradores, em fornecedores e realizadores do Serviço Social.

O mecanismo técnico-legal que permitia a realização do seguro de acidente do trabalho "Tipo Nitro", baseava-se em uma contra-prestação por parte da empresa seguradora, em uma cobertura legal pela omissão da apólice de Seguro de Acidente do Trabalho, com o prêmio mínimo e reajustamentos mensais na base das despesas realmente realizadas com as indenizações por morte, incapacidade permanente total ou parcial, incapacidade parcial total ou parcial e mais a assistência médica, hospitalar e farmacêutica. Aquelas empresas nos pagavam 30% sobre as despesas decorrentes daqueles tipos de indenizações e serviços.

Neste tipo de trabalho havia duas novidades que convém assinalar. A primeira consistia em que, — ao que nos parece, era pela primeira vez realizado — se pagava salário

na base de despesas. A segunda consistia em permitir àquele que aparentemente nada mais era que um corretor de seguros ou melhor, um inspetor de riscos —, a facilidade de, sugerindo medidas de prevenção contra acidentes de trabalho, orientar, dirigir e, muitas vezes, executar em tôdas as suas formas o Serviço Social de Empresa.

Possuía a Cia. Nitroquímica Brasileira, naquela época, cerca de 4.000 empregados. A média mensal de acidentes de trabalho — tomado como acidente desde o simples arranhão de "flyer", nas retorcidas de fio, até a morte por subersão em tanque de fabricação de ácido sulfúrico — subia a 900. As demissões e admissões de novos empregados faziam com que o pessoal da fábrica se renovasse em cerca de 50%, mensalmente. O absenteísmo assumia proporções alarmantes. As relações entre a direção e os empregados eram críticas e frequentes eram os dissídios individuais ou coletivos de trabalho.

No início de nossas atividades na Nitroquímica, começamos examinando, em companhia do médico da fábrica e dos encarregados dos diversos setores da empresa, os locais onde ocorriam os acidentes. Estávamos, assim, em condições de, semanalmente, oferecer à administração sugestões objetivas para melhorar as condições de segurança de trabalho que, adotadas, diminuiriam o índice de acidentes.

Após um ano, quando houve necessidade da renovação legal do contrato de seguro de acidentes de trabalho, tal fora o sucesso obtido na redução dos acidentes, que a direção da empresa, aceitando o nosso alvitre, permitiu a realização do seguro sob sua responsabilidade total, como facultava a lei, isto é, mediante depósito ou fiança bancária.

Transformou-se, assim, aquela empresa, de segurada legal que era, em seguradora de fato, criando, conseqüentemente, a necessidade de organizar-se técnica e administrativamente para atender aos seus novos encargos de seguradora.

Esta foi a grande oportunidade que tivemos de montar um mecanismo totalmente "sui generis" do seguro de acidente de trabalho.

A experiência ensinara-nos que todo o êxito na redução e na eliminação dos acidentes de trabalho repousava na *enunciação certa, perfeita e positiva da verdadeira causa do acidente, fosse êle um simples arranhão, ou um grande traumatismo*.

Necessitávamos de um auxiliar que, durante o interregno de nossa presença semanal nos locais de trabalho, registrasse, para cada acidente, a opinião do acidentado, de seu chefe imediato e do dirigente do departamento onde ocorrera o acidente.

Para exercer estas funções — equivalentes quase às de um agente de segurança do trabalho — foi-nos dado um rude motorista de caminhão, designado para nosso auxiliar como oportunidade última que se lhe oferecia para não ser demitido.

Baseado em experiências anteriores, idealizamos uma série de fichas impressas em que, ao ser registrado o acidente, proporcionasse elementos para controlar e analisar as opiniões registradas por aquêlê homem humilde.

Como o pronto e imediato socorro médico é tudo ou quase tudo no serviço de acidente de trabalho, idealizamos também um tipo de cartão de curativo pelo qual podíamos controlar e registrar as faltas dos acidentados, dos seus chefes imediatos e dos auxiliares dos serviços médicos.

Estudando semanalmente as causas dos acidentes e as consequências econômicas e sociais que acarretavam, pôde a administração da Cia. Nitroquímica Brasileira convencer-se de que devia estender seu campo de ação social a todos os empregados, a seus beneficiários no campo familiar e à própria sociedade local.

Organizou-se uma Comissão para Prevenção de Acidentes de Trabalho. Na sua constituição, porém, fugiu-se à organização paritária, composta de empregados e repre-

sentantes dos patrões, como era preconizado por muitos.

Fundamentado em experiências sociais trabalhistas anteriores, estávamos convictos de que, devido ao baixo nível educacional do nosso trabalhador, toda vez que se lhe permitisse participar de reuniões para defesa de seus interesses ou dos interesses de sua classe, êle, psicologicamente, reagia sempre em função de seus interesses pessoais.

Aceitas estas razões, propuzemos a organização de um Conselho que, tomando por base as sugestões que lhe viessem a ser apresentadas, as discutisse, regeitando-as, modificando-as ou aprovando-as.

O Conselho foi organizado como um verdadeiro Estado-Maior da direção da fábrica. Dêle participavam, obrigatoriamente, o Superintendente da fábrica, o Diretor de Produção, o Chefe do Pessoal, o Chefe da Frequência ao Trabalho (ou da folha de pagamento), o Chefe de Serviço Médico, a Assistente Social e o Chefe do Serviço da Previdência Social.

A função de Chefe do Serviço de Previdência Social facultavamos a análise e o estudo semanal das ocorrências e dos acidentes do trabalho. Estávamos, assim, capacitados para sugerir medidas e vê-las aprovadas, como de fato o foram. Organizaram, então, aquelas empresas um Serviço de Assistência Social compreendendo toda a gama de departamentos e serviços necessários, cuja missão ia desde o exame pré-natal até a assistência em caso de morte.

Apesar das despesas com as instalações daquele Serviço serem realizadas no período de guerra, a Cia. Nitroquímica Brasileira dispndia, financeiramente, muito menos com seu próprio Serviço de Previdência Social que com os prêmios a que seria obrigada a pagar por um seguro de acidente de trabalho em companhias de seguros.

Ao fim de apenas dois anos de aplicação do novo sistema, a média mensal de acidentes caiu espetacularmente, da cifra de 900 para 42; a movimentação do pessoal, em consequência de demissões e admis-

sões, e o absenteísmo desceram a níveis insignificantes e a produção aumentou de modo sensível.

Numa época e em uma região em que a mão-de-obra para a indústria era escassa e procurada, ninguém pedia demissão atraído por salário maior em outra fábrica. Cada operário, sentindo-se objeto de atenção da empresa, passou a sentir a própria importância na organização, onde suas sugestões eram levadas até o Conselho de Serviço Social e ali apreciadas. Passou a encarar os problemas da empresa como se fossem seus.

O homem passou a executar com mais entusiasmo a tarefa distribuída. Sabia que a fábrica produzia lucro, mas via nisso parte de seu trabalho e de sua cooperação, os quais lhe eram devolvidos nos melhoramentos destinados ao seu conforto e ao de sua família.

O resultado que reputamos mais importante, porém, foi ter despertado nos operários a democracia, *alegria do trabalho*, manifestada pelas mais diversas formas.

Foi possível, assim, em trabalho realizado até 1943, pôr em prática aquilo que mais tarde, em 1954, o Diretor Geral da Organização Internacional do Trabalho exprimiu em sua "Memória":

"O essencial é dar ao homem o sentimento da utilidade de seu trabalho. Só quando os homens têm essa impressão, quando compreendem que, com o seu trabalho, contribuem para o bem-estar da sociedade, podem ter esta confiança em seu real valor pessoal, que é o signo da liberdade."

Em proporções menores, porém obedecendo à mesma sistemática de serviços estabelecida na Cia. Nitroquímica Brasileira, pudemos organizar aquele "Serviço de Previdência Social" nas outras empresas junto às quais trabalhamos.

Foi com a íntima convicção de podermos ser úteis, divulgando em campo mais vasto o trabalho que vínhamos realizando que, em fins de 1944 aceitamos a honrosa incumbência de relatar a tese "O Traba-

lho do Médico na Indústria, no 1º Congresso Médico-Social Brasileiro, a ser realizado em princípios de 1945, na cidade de São Paulo.

Já naquela ocasião tínhamos tido oportunidade de mostrar, publicamente, a experiência que vínhamos realizando, por meio de uma reportagem sobre o Serviço de Previdência Social da Cia. Nitroquímica Brasileira, publicada sob o título sugestivo e convincente de *Como Evitar Greves*.

Nessa brilhante reportagem, assinada com o pseudônimo de "Carlos F. Neiva", pelo hoje Conselheiro Humberto Bastos, economista, escritor e estudioso da economia social e, atualmente, membro destacado do Conselho Nacional de Economia do meu País, por razões políticas de momento nosso nome foi omitido e as referências a nossa pessoa ali estão registradas como sendo de "um amigo".

Na tese que desenvolvemos para aquele 1º Congresso Médico-Social Brasileiro, baseados na experiência adquirida, preconizamos a necessidade da fundação de um organismo patronal particular, privado, de Serviço Social, dirigido e executado pelos empregadores, sobre o qual o Estado exercesse ação simplesmente fiscalizadora.

Foi naquele documento que definimos Medicina do Trabalho como sendo a *especialização médica destinada ao estudo das causas mesológicas e individuais (físicas, psicológica e patológicas) entrelaçadas ou não, agindo sobre os trabalhadores de modo a modificar-lhes a produção*.

Assim o fizemos, pois, embora possuídos da alegria democrática de vivermos naquelas empresas, a pesquisa, a análise, o diagnóstico, o prognóstico e a terapêutica social nos foram apontadas pelo inquérito levado a efeito em 1944, por iniciativa nossa, pelas alunas do 2º ano da Escola de Serviço Social da Universidade Católica de São Paulo, na localidade de São Miguel, onde se situava a Cia. Nitroquímica Brasileira.

Aquele trabalho revelou, em sua crua e objetiva pesquisa, que, em

bora assistido como estava, o trabalhador da Cia. Nitroquímica Brasileira era suscetível de ser intoxicado e contaminado pela evidência das condições precárias em que viviam os seus companheiros, trabalhadores de outras empresas, ali residentes, e pelo próprio ambiente familiar.

Foi à luz dos dados colhidos naquele inquérito que os empregadores constataram, estarecidos, que entes humanos viviam em condições piores que animais. Puderam verificar, pela análise dos dados colhidos, que era elevadíssimo o número de famílias residindo em um só cômodo, onde pai, mãe e filhos pequenos dormiam em uma cama, filha e genro com filho recém-nascido em outra, filho e nora grávida em outra cama — cama é, aí, um eufemismo, pois não passavam de tábuas estendidas no chão.

Aquela realidade chocou-nos talvez ainda mais que a outros, pois vinha provar que, embora atendendo ao trabalhador e seus beneficiários com medicina social, com assistência social, com educação social, permanecia o desequilíbrio na mesologia social, isto é, no ambiente do trabalho, da família e da sociedade.

Face a isso, convencidos de que o absenteísmo era motivado, em grande parte, por doenças provenientes da subnutrição, sugerimos e foi criado um restaurante, fornecendo refeições a baixo preço. Os resultados foram, porém, negativos. O empregado, pessoalmente, estava bem alimentado, mas seus problemas familiares cresceram de modo impressionante, diminuindo seu rendimento de trabalho. É que não estava presente às refeições em seu lar, quando a família se reúne para debater os problemas comuns. Por outro lado, percebendo ser melhor e mais barata a alimentação fornecida pela fábrica, numerosas famílias procuravam empregar menores, afastando-os prematuramente da escola. Foi necessário criar, junto ao restaurante, um serviço destinado aos empregados e seus dependentes, marmitas de refeições familiares, a baixo custo.

Foram os problemas da família do operário, refletindo no seu trabalho na fábrica, que levaram à construção de uma vila operária (que diminuiu o número de retardatários), à abertura de uma creche e de um parque infantil para os filhos de operários, de uma escola primária e de uma escola técnico-profissional para os mesmos filhos dos empregados, com concessão de bolsas de estudos para cursos superiores. Há três rapazes filhos de operários, saídos daquelas escolas e beneficiários das bolsas, que são, hoje, engenheiros.

Organizou-se um clube, a fim de proporcionar divertimentos aos empregados, evitando que, nas horas de folga, procurassem diversões pouco recomendáveis. O resultado surpreendeu os mais otimistas. O espírito gregário que o sentimento de classe não consegue despertar de forma acentuada nos latinos foi despertado pelo espírito de competição esportiva. Os torneios internos entre as várias repartições uniram os empregados de cada departamento e as competições dos torneios externos, que apaixonavam os empregados e suas famílias, uniu-os em um bloco único. A boa figura feita pela equipe da fábrica no torneio suburbano de São Paulo constituiu motivo de orgulho para os empregados.

O desequilíbrio na mesologia social do trabalho, da família e da sociedade só pode ser corrigido, ao nosso ver, pela aplicação, àquela mesologia, da *Lei do Paralelogramo de Forças*, em que os lados do quadrilátero de forças que mantêm o equilíbrio da sociedade sejam denominados de Político, Econômico, Financeiro e Social, e se ajustem de forma tal que seus ângulos venham a se denominar Medicina Social, Educação Social, Assistência Social e Previdência Social.

Foi a circunstância de ser o fator humano o preponderante e o fundamental para a Produção que nos levou a encarar a Medicina do Trabalho como a resultante do paralelogramo de forças aplicado à sociedade e a defini-la e conceituá-

la como o fizemos naquele Congresso Médico-Social Brasileiro.

Os resultados colhidos concorreram para firmarmos-nos ainda mais nas idéias de que, quanto mais elevado é o nível de vida do trabalhador, mais cresce sua produção, sendo, portanto, de interesse do empregador manter o empregado nas melhores condições de Saúde, de Educação, de Assistência e de Condições de Segurança para si e para sua família.

Os resultados por nós obtidos e as conclusões daquele já referido inquérito social que patrocinamos foram levados aos líderes da indústria de São Paulo. Dentre estes, alguns homens esclarecidos e de larga visão, criaram a "Fundação Operária", destinada a melhorar as condições de vida do trabalhador.

O Brasil, naquela época — fim da 2ª Guerra Mundial e, também, do malfadado Estado Novo, que destruiu algumas gerações de possíveis líderes democráticos — parecia estar prestes a se tornar presa fácil dos interessados demagógicos e primários de políticos pouco escrupulosos a serviço do *Egoísmo Político* e do *Egoísmo Materialista*.

Foi quando aquele mesmo grupo de industriais, liderado por Roberto Simonsen, Morvan Dias de Figueiredo e Euvaldo Lodi, contando com o decidido apoio do Governo do Marechal Eurico Gaspar Dutra, conseguiu estender a todo o País a experiência da "Fundação Operária", fundando o "Serviço Social da Indústria, SESI, que, congregando os homens da indústria, visa como se lê nos dois consideranda adiante transcritos, do Decreto-lei n. 9.403, de 25 de junho de 1946, que o instituiu:

"Considerando as dificuldades que os encargos de após-guerra têm criado na vida social e econômica do país, com intensas repercussões nas condições de vida da coletividade, em especial das classes menos favorecidas";

"Considerando que esse programa, incentivando o sentimento e o espírito de justiça social entre as classes, muito concorrerá

para destruir, em nosso meio, os elementos propícios à germinação de influências dissolventes e prejudiciais aos interesses da coletividade";

Naquela oportunidade, colaborando diretamente com Roberto Simonsen, de quem já vos falamos, recebemos a incumbência de estudar, analisar e pesquisar as atividades da mais grave doença do Capitalismo, que é o Comunismo.

Constatamos, então, que Lenine, no desempenho da tarefa que a si mesmo se impusera, de expandir o Comunismo na Rússia, onde a mesologia política, social, econômica e financeira lhe eram propícias, concentrou toda a sua atenção na propaganda nas fábricas e nas usinas, como deixa bem claro o art. 54 dos Estatutos do Partido Comunista Russo, que diz: "Os alicerces do Partido são constituídos por suas organizações de base. As organizações de base do Partido são criadas nas fábricas e usinas..."

Como em nossa mocidade fomos revolucionários ativos durante alguns anos, podemos perceber, por experiência própria, o significado e o alcance daquela técnica e sentir o vasto e favorável campo de ação que as fábricas e usinas apresentam ao agente revolucionário, dentro da definição que damos ao mesmo de ser o *indivíduo que tem por missão aumentar o ângulo de contradição entre dois amigos*.

O trabalho de formação de Agentes Sociais que se opusessem aos Agentes Revolucionários estava ainda em início, quando, com a morte prematura de Roberto Simonsen, que estava no apogeu de sua trajetória na vida, fomos obrigados pelas circunstâncias do momento, a aparecer em público, como Chefe da Divisão de Organização do Trabalho, do Departamento Nacional do Serviço Social da Indústria — SESI.

Valendo-nos do acervo das experiências colhidas naquela Divisão — posteriormente transformada em Divisão Social da Confederação Nacional da Indústria —, pudemos dizer da necessidade de se criar, pa-

ra o mundo democrático, uma ideologia capaz de ativar e proporcionar a criação do Bem-Estar Social. Dizemos Bem-Estar Social de preferência a Paz Social, porque a paz pode ser imposta, ao passo que o Bem-Estar Social tem que ser sentido.

Foi ainda a experiência, particularmente a adquirida nas reuniões do Conselho de Serviço Social da Nitroquímica e, mais tarde, na Chefia daquelas Divisões, que nos levam a afirmar que em países como os nossos o esforço no sentido de educar patrões e empregados dentro das idéias que permitam chegar ao Bem-Estar Social deve ser exercido, com maior intensidade, nas empresas.

A evolução histórica do comunismo no mundo é contraditória e paradoxal. Em vez de seu crescimento se dar, mais acentuadamente, nos países economicamente fortes, ele se processa nos países economicamente fracos e subdesenvolvidos. Ao observarmos a ação terapêutica do Serviço Social em suas modalidades de Serviço Social Individual, Serviço Social de Grupo e Serviço Social de Comunidade nos países de raças e povos gregários ou associativos, verificamos o seu mais amplo e manifesto sucesso. Entretanto, o mesmo não se pode dizer, dentro da mais estrita honestidade profissional, que o Serviço Social apresente progresso em sua ação social, isto é, em sua terapêutica social, quando em trabalho de Grupo ou de Comunidade realizado nos países de povos ou raças individualistas. Procurando apurar as razões sociológicas desta contradição, concluímos que seja ela em virtude do espírito associativo e gregário das raças e povos que integram e constituem as nações ricas e desenvolvidas, o que lhes permitam evitar, pelo seu espírito de comunidade, o crescimento daquela doença do capitalismo, enquanto que nos povos e raças individualistas o seu crescimento é propício e evidente. Lenine, na Rússia, país exemplo do espírito individualista, conseguiu, pelas células das usinas e fábricas, organizar a penetração do Partido

Comunista Russo até sua subida ao poder em 1917.

Nosso entender é de não se instituir células partidárias, mas atuar diretamente sobre os pontos onde os diversos grupos sociais têm o ponto comum de aplicação de seus interesses e onde se manifestam as fricções. A ação nas empresas permite atuar simultaneamente sobre todos os grupos e não apenas sobre um deles, de modo a evitar que um venha a agir contra o outro.

No organismo humano há um elemento que assegura a vida, porquanto mantém o automatismo da Hematopóiese: o nervo frênico.

Em qualquer empresa há um elemento capaz de desempenhar as funções de nervo frênico: o Chefe do Pessoal. Colocado entre os empregadores e os empregados, para ele convergem, em última análise, todas as questões de relações humanas referentes aos atritos entre o Capital e o Trabalho, e cabendo-lhe dar-lhes solução.

Suas funções têm sido, na quase totalidade dos casos, erroneamente interpretadas. Não é ele um procurador dos patrões, como não é um advogado dos empregados: é ambas as coisas.

Sua ação não deve ser interpretada como a de um responsável pelo fichário do pessoal ou de encarregado do policiamento interno, da mesma forma que não se pode esperar que se transforme em agente subversivo. Mais que isto, ele é o responsável pelas relações humanas. Em contacto direto com patrões e empregados, ninguém melhor indicado para levar a uns os pontos de vista dos outros, evitar injustiças e ajustar desentendimentos. Colocado no ponto de atrito de interesses divergentes, ninguém melhor indicado e situado para coordená-los e orientá-los.

Não se deseja que faça conferências ou que lance boletins. Sua tarefa será a da persuasão e a do esclarecimento pelo trabalho realizado. Se, melhorando as condições do empregado, puder apresentar ao patrão melhores índices de produção e se proporcionando ao trabalhador melhores condições de vida

convencê-lo de que estes só foram possíveis pela sua participação efetiva na produção, terá atingido seu objetivo. Só assim poderá ser o Agente Social capaz de se opor ao Agente Revolucionário.

Não dispomos, provavelmente, em nossos países, de Chefes de Pessoal habilitados para o trabalho que deles se espera como Agentes Sociais. Sua formação não é, porém, difícil e deve começar pela recuperação dos existentes. As próprias organizações de classe dos empregadores podem realizar este trabalho, com o auxílio e a assistência dos poderes públicos.

A ação nas empresas, embora seja a básica, não dispensa a ação direta sobre Empregadores e Empregados. Os primeiros devem ser convencidos em seu próprio proveito da utilidade e da necessidade de olhar seus empregados como *homens* e não como *acessórios de máquinas* ou como *outras tantas máquinas de produzir*.

Os segundos devem ser persuadidos de que *produzir é função natural do homem e que cada vez que estiver melhorando sua capacidade de produzir, está se aperfeiçoando e melhorando, como homem e como indivíduo*.

Dissemos, há pouco, que produzir é função natural do homem. É verdade ligada ao próprio Instituto de Sobrevivência, pois sua necessidade mais natural — a da alimentação — depende daquela capacidade.

Como os homens, as coletividades precisam produzir para sobreviver. Não basta, porém, que sobrevivam; precisam progredir. O progresso, — seja ele material, científico, social ou filosófico, — só será possível se asseguradas as condições de produtividade.

A Produtividade está, porém, ligada à produção e a ela cabe, com maior propriedade, a definição por nós proposta para esta última, no 1º Seminário de Técnicos de Serviço Social da Indústria e aceita pela unanimidade dos componentes daquele conclave.

"Produtividade é o estudo das coisas mesológicas ou individuais, entrelaçadas ou não (físicas, psíquicas, fisiológicas e patológicas), afetando a pessoa humana."

Esta é a idéia básica que deve orientar toda a produção em prol de uma sociedade organizada na base da Justiça Social.



DIVERSOS

ENTREGA DO PRÊMIO GEN. TASSO FRAGOSO 1956

Em solenidade realizada a 4 de janeiro, data aniversária da Fundação da Biblioteca do Exército, teve lugar, na Sala General Rondon, a entrega do Prêmio Gen. Fragoso 1956, ao Gen. Estevão Leitão de Carvalho, bem como das Menções Honrosas aos Tenentes-Coronéis Joaquim Vitorino Portela F. Alves e Henrique Oscar Wiederspahn.

A saudação dos autores premiados esteve a cargo do Acadêmico Gustavo Barroso; o Gen. Humberto Castello Branco pronunciou um discurso alusivo a reedição, pela Biblioteca do Exército, da obra do Gen. Tasso Fragoso, "História da Guerra entre a Triplíce Aliança e o Paraguai", cujo lançamento do 1º volume foi feito nessa mesma oportunidade.

A Comissão Julgadora do Prêmio foi constituída pelos senhores Gustavo Barroso, Flávio de Macedo Soares Guimarães, Gen. Humberto Castello Branco, Cel. Luiz Flamaron Barreto Lima e Cel. Moziul Moreira Lima.

Após a entrega dos prêmios, o General Estevão Leitão de Carvalho, autor do trabalho vencedor, pronunciou o discurso que publicamos aqui com grande satisfação, particular-

mente por nos ser muito grato registrar em nossas páginas mais um laurel cultural, conquistado pelo eminente chefe, que foi um dos fundadores desta revista.

DISCURSO DO GEN. LEITÃO DE CARVALHO

A legítima satisfação com que assomo a esta tribuna, para agradecer à douta comissão julgadora do Concurso General Augusto Tasso Fragoso o seu generoso veredicto, tem raízes muito profundas, pois se prendem à sincera estima, ao alto apreço e à irrestrita admiração que, invariavelmente, em toda uma longa vida, dediquei ao egrégio patrono do concurso.

Ver-me agora distinguido com tão alto galardão, que lhe traz o nome venerado, é sentir renovarem-se-me os laços espirituais e afetivos, que me prendiam ao grande historiador dos fastos heróicos da nacionalidade brasileira.

A escolha de seu nome ilustre para guia e exemplo dos estudiosos desses fastos, foi um justo preito de reconhecimento às qualidades de caráter, à peregrina inteligência, ao ardente patriotismo, e ao seu vasto,

profundo e enímiado saber, que lhe deram aquêlê perfil inconfundível, próprio a servir de paradigma na formação de chefes numa democracia.

Digna dos maiores louvores é, pois, a feliz iniciativa dêsse brilhante e culto espírito, que da realce, com sua atividade dinâmica à Biblioteca do Exército, o coronel Umberto Peregrino, consagrando, por essa forma comovedora, a generosa idéia em que se inspirou o emérito historiador, quando, num dos seus primeiros trabalhos dessa fase de sua fecunda existência, procurou justificar a dedicação às letras históricas, ao descer, já, a triste encosta da vida, como uma contribuição à cultura intelectual e cívica da mocidade militar, que, por experiência própria, sabia desconhecadora dos fastos heróicos em que tanto se distinguiram os nossos antepassados, na gestão da política externa e na defesa da soberania nacional nos campos de batalha.

Confessou êle, com efeito, no prefácio de seu magnífico estudo sobre os antecedentes diplomáticos da guerra do Brasil com as Províncias Unidas do Rio da Prata, e as operações militares encerradas com a batalha do Passo do Rosário, que a obra realizada concretizava antigo projeto seu, concebido logo aos primeiros passos de oficial, quando reconheceu, com mágoa, que lhe faltava, em geral, o conhecimento dos fastos da Pátria; sobretudo os de seus grandes eventos militares, e se convenceu "de que o estudo dos episódios guerreiros das gerações que nos precederam, feito com serenidade e reflexão, é salutar aos moços que vestem farda, pois lhes fortalece o espírito, retempera o caráter e proporciona sólidos elementos para julgarem questões imprevisas e, por vêzes, incandescentes, em que as paixões dominantes, sem as luzes da verdadeira História, acarretariam os maiores desastinos."

E fôra assim que se empenhara na meditação do passado, convencendo-se, quanto mais o investigava, ser urgente a necessidade de chamar para êle a atenção de seus jovens companheiros de armas. Fôra assim

que lhe desabrochava o pensamento de tomar notas e coordenar suas leituras, não para seu uso exclusivo, senão para os poupar do trabalho a que, embora com deleite, se estava entregando. Assim, empreendera, com dedicação beneditina e fervor patriótico, a busca da verdade, não para si, mas para os seus jovens patrícios que ingressavam no Exército, ou que só há pouco alcançaram o posto de oficial, os quais, estava certo, acolheriam jubilosos e complacentes, — modestamente afirmava, — "quem se propunha guiá-los na jornada e mostrar-lhes por vêzes, subindo a uma colina dos arredores, alguns recantos da paisagem que se perde para traz, acercando-se do longínquo horizonte".

Tocado por êsse generoso desejo de evitar aos jovens camaradas as dúvidas que, nas aulas da Escola Militar, lhe sobressaltavam o espírito, quando via filiar todos os acontecimentos sociais, direta e exclusivamente, aos governos dominantes, e atribuir-lhes, por conseguinte, tôdas as guerras, procedeu a um exame geral do nosso passado militar, dotando a nossa literatura histórica, relacionada com os fatos heróicos da nacionalidade, com substanciosos estudos que durarão para a eternidade, como a própria Pátria.

E com o seu olhar de águia a penetrar o futuro, descortinava a magnitude da obra, que pedia a dedicação, não de uma vontade, mas de muitas, apelando para a mocidade, a fim de que lhe seguisse os passos e penetrasse em sua companhia, os umbrais da história militar do país para expôr, à luz gloriosa da verdade, às lições que nos legaram as gerações precedentes e inspirar-se nelas ao conduzir os destinos do Brasil.

Movido pelo afã de servir aos jovens camaradas, foi, assim, dotando a nossa história militar, desenrolada sobre a trama da vida política do país, de narrativas empolgantes, pela exatidão dos fatos, os judiciosos comentários, a pureza da linguagem e a nobreza do estilo, obras-primas que o colocaram no augusto pedestal da benemerência, como cultor

inegalado da história militar do Brasil.

Seu espírito curioso e infatigável não se conformava com deixar na sombra do olvido qualquer episódio digno de estudo e, temendo não poder examiná-los todos, recomendava, aos que julgava capazes, levassem por diante o seu elevado propósito. As narrativas que nos deixou assentam, por isso, em sólidos pilares, apoiados tanto no terreno consolidado da política interna, como no seu desdobramento nas relações internacionais, focalizando o panorama da ação militar de forma a apresentar um quadro de cores verdadeiras, desenhado por mão firme e inatável espírito de justiça.

No prefácio de sua monumental *História da Guerra entre a Triplice Aliança e o Paraguai*, justificou haver deixado de lado os incidentes diplomáticos, ocorridos durante o longo período da luta, com o desejo de não interromper a continuidade da narrativa que teria de estender-se ainda mais. E lembrava que não faltaria no Exército, ou no corpo diplomático, quem se propusesse, dentro em pouco, a preencher tão sensível lacuna.

Eis aí uma atraente tarefa a seduzir os cultores da historiografia militar, agora estimulados pelo programa da Biblioteca do Exército, consubstanciado no Concurso General Augusto Tasso Fragoso.

Seu amigo, e modesto auxiliar na repartição técnica, por excelência, do Exército, a que emprestou, durante vários anos, o brilho de suas qualidades excepcionais, foi sob sua influência que me veio o gosto pelas letras históricas, a que tão mesquinamente tenho servido. Mas ficou-me a lição e pude contribuir, ao menos com os meus depoimentos pessoais, sobre acontecimentos, nem sempre agradáveis, de que fui parte, para que o historiador futuro possa, com isenção e base autêntica, reconstituir o passado.

Está nessas condições a exposição sucinta do processo diplomático a que esteve submetida, durante quase um século, a perigosa questão do Chaco, e a feliz solução que recebeu,

em 1935, graças à ação decisiva da Chancelaria Brasileira.

Lendo no Arquivo do Itamarati, na documentação do processo, as notas expedidas pelos nossos chanceleres durante esse longo período, tive a mesma sensação de admiração e respeito, que dominara o espírito patriótico e justo de Tasso Fragoso, ao tomar conhecimento das notas do governo imperial relativas aos acontecimentos provocados pela crise desencadeada com a guerra do Paraguai. Definiu ele, nestes termos reconfortadores, o orgulho patriótico que as referidas notas lhe despertaram:

"Apraz a um brasileiro ler a documentação referente a este episódio, conhecer de perto a segurança e nobreza das notas que expedimos, e a firmeza, a calma patriótica e o saber com que estadistas brasileiros, como Paranhos, Cotegipe e Correia, se houveram nas discussões travadas na Corte, em Buenos Aires e em Assunção. É meditação que reconforta a alma, pois demonstra a segurança e oportunidade das decisões que se escudam em motivos elevados."

Não quebrou a Casa de Rio Branco a gloriosa tradição firmada pelo patriotismo e clarividência de Paranhos, Cotegipe e Correia, e tantos outros estadistas que imprimiram à política externa do Brasil seu cunho desinteressado e nobre, que tanto impressionou o grande coração do insigne patrono deste concurso. Dignidade, visão clara dos fatos, propósitos nobres de cooperação para a paz e de solidariedade americana, — eis o que ressalta dos documentos escritos pelos grandes chanceleres Mello Franco e Macedo Soares, a quem coube a gestão diplomática, na sua fase mais aguda do litígio do Chaco; firmes ambos, e nobres de propósitos; ambos inspirados nos mais elevados sentimentos de fraternidade americana, respeitando os justos melindres, mesmo as aparentes susceptibilidades, dos povos amigos envolvidos na contenda. A um, que já se foi do rol dos vivos, mas cuja memória será sempre lembrada com saudade e admiração: o patriótico aprêço

de quem o teve por chefe e por amigo. Ao outro, o verdadeiro solucionador da intrincada questão, o diplomata ativo e hábil, de quem o Ministério das Relações Exteriores tem a sorte de receber a profícua orientação pela segunda vez: as mais elevadas homenagens de quem teve a honra de acompanhá-lo e testemunhar-lhe a clarividência, a operosidade e o patriotismo, em mais de uma ocasião.

Resta-me agradecer ao eminente

historiador e homem de letras, Sr. Gustavo Barroso, o orador desta solenidade, a quem aprendi a querer e admirar, desde a sua brilhante e fecunda mocidade, as palavras com que ornou a modesta obra deste velho soldado, que está a despedir-se das atividades do pensamento, como há tantos anos se despediu da farda do Exército: com o coração apertado de saudades e a consciência tranqüila, por ter dado ao Brasil o que estava ao seu alcance.

FABRICA DE LINGUIÇA E PRODUTOS SUÍNOS

GUARAREMA

CORACY ANTENOR VIEIRA

Rua Aristóteles Coutinho, 753 — Telefone 2076

NILÓPOLIS — ESTADO DO RIO

GENERAL JOÃO FERREIRA JOHNSON

Influência da graça divina na mocidade de um soldado turbulento

General SILVEIRA DE MELLO

Vou dizer algo de um oficial-general, de raro pundonor, que, nos primórdios de sua vida militar, fez parecer, por vezes, que descambava para o desenfreado, tais os altos e baixos, avanços e recuos, marchas e contramarchas por que andou naqueles tempos de extravagância e irreflexão.

Nada obstante, quanto mais se aprofundava nas recaídas, mais o perseguia amorosamente uma força oculta, vinda do alto, como a premuni-lo de uma queda fatal nas trevas do pecado, e a dispô-lo, por fim, já amadurecido para a emenda, a reabrir os olhos para a luz.

O que se passava naquele jovem eram explosões incontidas de uma mocidade ardente, que perdera o controle do lar e da fé. É fato, porém, residia nêle, em estado latente, um espírito de escola, que aquela força oculta amparava miraculosamente, tanto assim que, a bom tempo, conseguiu triunfar das paixões desabridas que o enleavam, e rumar seguro pelo caminho do dever. Nos desvarios por que passou, naquela idade de desvarios, faz lembrar dois soldados medievais perdulários, que, atingidos um dia pela centelha da graça, mudaram tão radicalmente de rumo que vieram a tornar-se dois grandes benfeitores da humanidade, S. Camilo de Lélis e S. João de Deus.

João Ferreira Johnson, em 1893, com 16 anos de idade, assentou praça no 13º Batalhão de Infantaria, em Porto Alegre, com destino à Escola Militar, mas, conquanto no ano seguinte obtivesse licença, não logrou matrícula, por falta de vaga.

O Rio Grande nesse tempo estava conflagrado pela revolução federalista. Em maio de 94, recém-promovido a 2º sargento, seguiu com o batalhão para a região missioneira a incorporar-se às forças que davam caça aos rebeldes. Palmilhou aquela zona de cochilhas, pontuada de capões, e de lá desceu para a campanha salina ao ensejo dos revolucionários. Tomou parte ativa no combate do Herval, e, dali finda a revolução, recolheu-se com sua unidade a Bagé.

Em 95, matriculou-se na Escola Militar, em Porto Alegre. A revolução cessara de todo, mas não se fizera calar nos debates de opiniões. A velha Escola de Porto Alegre estava dividida entre florianistas e maragatos exaltados. Havia também uma rixa dos cadetes com os guardas-civis da cidade, chamados a esse tempo "ratos brancos". Certa noite, um grupo de cadetes barúthenos engalfinhou-se com os policiais numa rua de má frequência, provocando alarma. Aberto inquérito, foram excluídos da Escola, a bem da disciplina, os cadetes implicados. Johnson andou também na dança e lá se foi para Bagé, incluído no 11º Regimento de Cavalaria. Em dezembro seguinte, 1896, mercê de seus dotes de inteligência, ei-lo promovido a 1º sargento.

Dia vai, dia vem, em março de 97, certa noite, na companhia de colegas estrabulegas, toma parte em lições e conflitos num bairro da cidade. Ao voltar para o quartel na manhã seguinte, e na suposição de que o caso fôsse levado ao conhecimento do comandante, e, de que,

em consequência, seria prêso, começou a matutar em busca de uma saída para aquela enrascada. Acudiu-lhe uma idéia. Organizava-se nesses dias a 4ª Expedição contra os jagunços de Canudos, que acabavam de destroçar as forças de Moreira Cesar, enviadas contra eles. Vários batalhões do Rio Grande tiveram ordens de partir e estavam recebendo contingentes de outros corpos, a fim de completar seus efetivos de guerra. Não seria, pois, um motivo de dirigir-se ao comandante do Distrito, pedindo inclusão nas tropas, saltando embora pelas formalidades regulamentares? Esse procedimento era anti-disciplinar, mas perdido por meio, perdido por inteiro.

Se assim pensou, assim fez. A caminho do quartel, chegou à Agência telegráfica e passou este despacho: — General Comandante 6º Distrito Militar. Porto Alegre. Sabendo Vossência procura completar efetivos destino Canudos, tomo liberdade oferecer-me seguir expedição.

Com grande surpresa, o Boletim do Distrito publicou esta nota: — Louvo o 1º sargento João Ferreira Johnson, do 11º R.C. por ter-se oferecido a seguir para Canudos, e transferiu-o para o 12º Batalhão de Infantaria, no Rio Grande, ao qual se deve apresentar com urgência.

O comandante do regimento é que não estava nesse acôrdo. É verdade que não lhe chegara parte alguma da desordem dos sargentos, pois, nesta hipótese, teria por onde impedir a escapadela de Johnson. O que lhe doeu não foi haver-se ele dirigido diretamente ao general, nem o elogio que obteve, mas simplesmente, porque iria perder o sargento mais eficiente do regimento. E prendeu-o por 10 dias, com rebaiamento do pôsto. Esta punição, todavia, lhe foi relevada logo depois, por interferência dos oficiais, que fizeram côro de aplausos ao desprendimento do rapaz.

Nada obstante, Johnson apresentou-se ao 12º Batalhão, na cidade do Rio Grande, e dali partiu com sua nova unidade para o Norte.

A 4ª Expedição, organizada com tropas de vários Estados, obedecia

ao comando do general Artur Oscar. Formadas em duas colunas, as tropas enveredaram para o sertão bahiano, uma por Salvador e outra por Aracaju, com o ritmo de fazerem junção, em dia prefixado, no maciço de Canudos. Era intenção, com esse dispositivo, meter o arraial dos jagunços entre as duas mandíbulas de uma tenaz.

A coluna da esquerda, constituindo o grosso, marchou ao mando direto do chefe da expedição e a da direita sob as ordens do general Savaget. O 12º Batalhão seguiu com esta para Aracaju. Ali desembarcada, a 18-IV-397, a 2ª coluna iniciou a longa marcha, subindo o vale do Vaza-Barris, rumo a região conflagrada: Patrimônio, Tanque, Olho d'Água, Quincas, Passagem, Cana Brava, Brejinho, Serra Vermelha, Cocorobó... Marcha lenta e penosa. Setenta léguas de sertão agreste, batido pelo sol, sem matas nem cursos d'água permanentes, tal qual descreve Euclides da Cunha nos "Sertões".

Naqueles dias se desencadearam furiosas trombas d'água, que lavavam as encostas e carream para as quebradas raspas do solo desagregadas pela erosão. Formavam-se, dessarte, aqui e ali, lamaçais e atoleiros.

Johnson entrava nos seus 20 anos. Era vigoroso e sadio. Nada lhe ia mal. Dormir molhado, marchar debaixo de aguaceiros ou flagelado por sóis abrasadores, comer carne seca sapecada, farinha d'água, bolaxa endurecida... nada disso lhe fazia molha. Os pés, no entanto, metidos nas antigas botinas de elástico, a patinarem nas horas de chuva caminhos encharcados e lamaçais deixados pelas viaturas e animais de carga, isto sim é que começou a atrapalhar o jovem sargento.

Um dia, já em pleno sertão, tivera, três ou quatro vezes, de sentar à beira do caminho para descalçar as botinas e retirar delas os grânulos de areia que se lhe introduziam em passagens de atoleiros. O elástico do calçado já estaria um tanto lasso pelo uso, de sorte que a pressão que exercia não era bastante para evitar a entrada de lama.

Johnson ia azucrinado com aquela atrapalhação. Ajunte-se a tal aborrecimento o peso da mochila, do fuzil, da munição, uns 25 quilos, e, mais do que tudo, aquela vergonha de ver-se constrangido a atrasar-se volta e meia por causa das malditas botinas.

Esse rol de contrariedades o molestava ao extremo, pois, nem por sombra queria passar por trouxo ou derrotista. As coisas, no entanto, iam de mal a pior. Ora era o mormaço e o sol que flagelavam, ora as trombas d'água a vergastarem as tropas por minutos, para novamente deixarem o céu aberto às ardências do sol.

Naquele estado de espírito, e sob os efeitos alternados da borrasca e do sol, o batalhão entrou a patinar um vale entremeado de atoleiros, pelos quais o pessoal marchava a custo. Agravaram-se nesse trecho as dificuldades de Johnson. Depois de ajustar mais duas ou três vezes as botinas aos pés, e, mais arrelhiado que nunca, aconteceu que um dos pés se lhe prendeu de tal modo num atoleiro que a botina escapou-se-lhe do pé e afundou na lama.

— É demais! vociferou ele. E, num movimento de indignação, abandonou também na lama a outra botina. Mandou, assim, ao diabo o calçado e foi retomar o seu lugar na coluna, de calças arregaçadas e pés descalços.

Diga-se, de passagem: Quem não criou cascão grosso na sola dos pés, tal como o caboclo, afeito ao sertão, não é capaz de palminhar descalço, uma hora sequer, aquelas pistas pedregosas e espinhentas.

Foi o que aconteceu a Johnson. O caminho era salbroso e áspero, de sorte que os pés do jovem sargento não se agüentavam naquela caminhada. Pouco a pouco se foi sentindo pior descalço do que antes, de botinas encharcadas. Agora vinha o areão entrando-lhe pelos dedos, sobrevinham-lhes topadas e o pisar em falso nos cascalhos. Já não era mais a chuva e o atoleiro que o atormentam. Era o sol — e que sol! — que abrasava tudo. Não estava ali somente a aspereza do

solo, somava-se-lhe a quentura do saibro escaldado pelo sol.

Uma hora... duas horas... e Johnson julga-se incapaz de prosseguir. Já nem se podia agüentar em forma. Os pés incham, sangram. O jovem, porém, cioso dos seus brios, não quer dar parte de fraco. Sem embargo, chegou a um ponto, em que nem a prumo podia ficar. Vergonha, por um lado, indignação, por outro. Arrebatado, como era, teve um impulso de desespero. Salu uns dez passos para a beira do caminho, onde havia umas touceiras de cardo. Jogou no chão a mochila, tomou o fuzil, meteu-lhe um pente na culatra e disse consigo: — Vou acabar com esta humilhação! Firmou a coroa no chão e estava a pisar no gatilho, para varar o queixo com uma bala, quando um colega, que o vinha observando e que atinara com a sua atitude tresloucada, salu rápido de forma e, batendo-lhe no hombro, disse-lhe amistosamente: — Você está com os pés em miséria, mas não se aflija. Dê-me cá sua mochila, passe-me também o fuzil. Dizem que ali na volta da estrada há uma venda. O batalhão vai fazer um alto e nós teremos tempo de beber um trago e de lavar seus pés com um pouco de cachaca. Vamos! E, sem lhe dar tempo de pensar, agarrou-lhe o fuzil, descarregou-o, e jogou a mochila do amigo para cima da sua. Johnson ficou moralmente desarmado.

De fato, a uns 200 m dali o batalhão fez alto à beira do caminho. Em frente havia um curral de pedras e uma casa. Era ali a venda. O colega aproximou-se com ele da casa, fê-lo sentar na mochila e pediu um frasco de pinga. Enquanto lavava os pés do amigo e dava-lhe a beber um trago, chegou um tenente do QC e transmitiu ao comandante do batalhão, que estava à sombra de um imbuzeiro, ao pé da casa, a seguinte ordem: — O Senhor general manda avisá-lo de que vai prosseguir a marcha mais uns 12 km para um sítio onde se terá água em abundância, pois, a que aqui existe é insuficiente.

Ao saber da notícia, Johnson ergueu-se bruscamente. Sentindo, porém, que mal se podia firmar nos pés, perdeu de todo as estribeiras e desandou em novo acesso de indignação. Incepeu céus e terra, e vendo-se incapaz de andar, jogou-se com os joelhos em terra, as mãos erguidas para o alto, e rompeu neste brado de angústia e desespero: — Se há um Deus no céu, dê um jeito nisto, de não ficar eu à beira da estrada, como um traste, pois já teria dado fim a esta embromação se este bom colega não me tivesse arrastado até aqui!

Tão pronto acabou de proferir esse desafio à magestade divina, eis que a corneta do Q. G., que estava dali a uns 400 m, estalou o toque de armar barracas. Foi uma surpresa para todos. Não fazia 20 minutos chegara a ordem de continuação da marcha. Como, pois, em tão poucos instantes se mudara de todo a situação? Se a carência de água motivara a mudança do estacionamento para outro lugar, como explicar a contra-ordem quase a queima-bucha? Nenhuma explicação se deu da ocorrência, mas a contra-ordem confirmou-se.

A reviravolta surpreendeu a todos. Para Johnson, porém, foi como se houvesse o céu desabado, numa resposta esmagadora ao que ele acabara de protestar, erguendo os braços. Sentiu-se amesquinçado, acachapado. Deus lhe respondera o desafio, ao pé da letra. E que resposta?! Incompreensível, fora das cartilhas humanas, porque magnânima e compassiva. Retribuir-lhe Deus a súplica irreverente com uma gentileza sem par. Aturdido com aquele estranho fenômeno, cujo alcance só ele compreendera, eis que a corneta do batalhão repete o toque — armar barracas!

O soldado que o atendia nos estacionamentos, chega-se a ele e lhe diz: — Seu sargento, passe-me sua mochila para eu armar-lhe a barraca. Johnson meio tonto e perplexo, deixa-se conduzir para o bivaque, e, ali, apenas armada a barraca, atira-se de comprido em cima da manta, sem nada atender do que se passava. Dormiu a sono solto o

resto do dia, entrou a dormir pela noite em fora e só deu acôrdo de si às 10 h do dia seguinte. Sentou-se, esfregou os olhos e sentiu passarem-lhe pela mente, como num sonho, os estranhos acontecimentos da véspera.

A esse tempo, chega ao bivaque outro colega, que fazia a retaguarda, auxiliando os retardatários. — Onde está o Johnson, perguntou ele ao sargento de dia? Olhe, aqui estão as botinas dele. Encontrei-as nadando num atoleiro. Um soldado que voltava da frente, disse que vira Johnson descalço e estropiado. Conclui que ele perdera no atoleiro. Diga-lhe que não repare. Estavam tão enlameadas que tive de lavá-las, e ainda não houve tempo de secarem. Aqui estão.

Johnson não sabia atinar com esses fatos. Em suma, como pudera o primeiro colega perceber o seu constrangimento ao retrair-se para a beira do caminho? E de onde lhe veio a intuição ao segundo, de recolher aquelas botinas enlameadas, que a outro qualquer passariam por inúteis, deixadas ao léu? Em verdade, não as perdera. Abandonara-as, de raiva, porque se lhe viraram num suplicio.

Tudo isto, porém, a bem dizer, era nada. Era simples mostra de nova surpresa — e esta de embasbacar — que Johnson, apenas despertado e meio às tontas, passaria a experimentar naquele momento. O caso deu-se assim. Tão pronto procurou ele erguer-se de cima da manta, onde dormira umas 20 horas, sentiu-se totalmente refeito, como se nada houvesse de anormal. Deu um passo para fora da barraca, deu outro mais, com desembaraço, e, cheio de assombro, verificou, primeiro pelo tato, depois pela vista, que seus pés já não apresentavam sinal de inchaço nem de escoriações. Que teria acontecido? Estaria sonhando? Nada disso. A realidade ali estava. Somente ele a compreendeu a fundo. Era nada menos do que o segundo capítulo da resposta ao desafio que fizera a Deus, naquele instante de desespero. Deu mais um passo e sentiu-se revigorado, lepidado. Calçou, sem o menor enco-

modo, as mesmas botinas que relegara na véspera, e entrou logo a desempenhar seus deveres de sargenteação na Companhia.

No dia seguinte, quando o batalhão prosseguiu a marcha, Johnson retomou seu lugar na coluna, como se nada de mal houvera acontecido. Dali por diante nenhum tropêço mais lhe sobreveio.

Dias após, a coluna Savaget passava por Geremoabo e entrava na zona de vigilância dos jagunços. A vanguarda era hostilizada freqüentemente por elementos esparsos que disparavam as armas e sumiam no carrascal, por eles conhecido palmo a palmo.

Quando a coluna chegou ao maciço de Canudos, em marcha de aproximação, com o fim de atacá-lo por Nordeste, em cooperação com a coluna Artur Oscar, que devia chegar ali, nesse dia, vinda do Sul, por Campo Santo, aconteceu, nesse ponto, que os jagunços passaram a oferecer resistência encarnicada e contínua, mas invisível, partida das anfractuosidades do terreno montuoso, entre Cocorobó e Macambira. A tropa entrou em formação de ataque, mas só conseguia avançar, lance por lance, a cargas de baioneta, que, não obstante, se perdiam no vazio, porque os fanáticos combatiam encobertos e moviam-se como duendes, invisivelmente, de penhasco a penhasco e de moita em moita. Deram-se dezenas de baixas nos escalões de ataque e a progressão foi quase nula. A 11 de junho, no entanto, verificou-se um grave estorvo na combinação estratégica. O general Savaget, que esperava a todo instante fazer junção com a coluna de Artur Oscar, recebeu um emissário deste a notificar-lhe que estava em dificuldades, ameaçado de envolvimento pelos jagunços e sem poder chegar ao ponto de junção. Nessas condições, ordenava que lhe mandasse um destacamento de ligação a socorrê-lo. Para atender ao reclamo do chefe, Savaget determinou que a 2ª Brigada se deslocasse em direção ao Angico, onde se achava detida a 1ª Coluna.

Falhara a combinação estratégica, e a situação tática era difícil. A 2ª Brigada teve de proceder a u'a marcha para o Sul, dando o flanco direito a Canudos. Nessa travessia passou a ser hostilizada de quebrada em quebrada e de crista em crista, sem possibilidade de fazer frente aos ataques, limitando-se a cobrir-se no flanco exposto por elementos sucessivos, que se articulavam na marcha, de tal sorte, que, enquanto um fazia face às emboscadas, outros deslisavam para a frente, análogamente, mas ao inverso do que se procede na manobra em retirada.

Ainda assim não escapou a 2ª Coluna à fuzilaria contínua e certaíra dos sertanistas. A situação chegou a tornar-se calamitosa. Somente em dois dias a coluna Savaget sofreu 599 baixas entre mortos e feridos. O 12º Batalhão, engajado a fundo na marcha de flanco, sentiu de perto os efeitos da reação invisível do inimigo emboscado. As balas partiam "pela esquerda, pela direita, pela frente agora, irrompendo de toda a banda" (1). No dia 25 de junho, ao cruzar o batalhão uma clareira, em Cocorobó, os jagunços vigiavam-no dali, por trás de moitas e penedos, como caçadores à espera da caça. Assim que desembocou a tropa, rompeu o pipocar dos fuzis. O batalhão refluíu para a esquerda, ao abrigo da caatinga, mas deixou vários mortos e feridos. Lá ficou também Johnson. Sentiu um golpe no joelho direito, tal qual uma fígada, e baqueou ao chão.

Serenada a refrega, foi carregado sobre dois fuzis, à guisa de padiola. Na suposição de que lhe viesse a perna a esfriar com a perda de sangue, os soldados que o conduziam puseram-lhe por cima uma manta vermelha, das que se usavam nesse tempo. Não podia haver melhor alvo para os atiradores sertanejos, emboscados. Julgando tratar-se de um oficial, concentraram nele os fogos. As balas zuniam-lhe aos ouvidos, e, a breve trecho, foi precipitado ao solo. O soldado dianteiro, que segurava a padiola improvisada, levou um tiro na cabeça e caiu mor-

(1) Euclides da Cunha, "Os Sertões".

to. O outro, à vista do companheiro caído, abandonou o ferido e deitou a correr.

Situação desesperadora. Mal Johnson ergue o busto para observar o que se passava em volta, ei-lo alvejado por saraivadas de balas. Conscio do perigo, deixou-se cair imóvel, simulando morto. A consciência do perigo e do abandono avivou-lhe a fé na Providência. Recorreu ao Deus de misericórdia que ele, semanas antes, insensatamente provocara, e que lhe dera em troca tão assinalados favores. Não foi em vão a sua prece. Nesse ponto ouviu nutridas descargas de fuzilaria, cada vez mais próximas. Era a Companhia da retaguarda que se aproximava pela orla esquerda da clareira, em marcha de carga, rompendo a resistência dos sertanejos. O furriel com quatro soldados, foi mandado esgueirar-se até onde estavam caídos os mortos, a fim de identificá-los e retirar-lhes os fuzis, para que não caíssem em poder dos fanáticos. Atraído pela manta vermelha, reconheceu o companheiro ferido. — É o Johnson, disse o furriel aos soldados. Vamos transportá-lo. E, meio às gatinhas, meio de rastro, os soldados o conduziram a salvo ao posto médico da Brigada, onde havia um grande rancho ocupado pelo Serviço de Saúde.

Ali recebeu Johnson os primeiros curativos e descansou o corpo e o espírito das canseiras e apreensões daquele dia tormentoso. Não teve dúvidas, porém, que nessas novas conjunturas, andara também o dedo de Deus.

No dia seguinte, eis senão quando, deitado de costas, viu no girau do rancho, entre duas varas, um grosso livro. Pediu que lho alcançassem. Era nada menos que o *Antigo Testamento*, versão do Pe. Figueiredo. Feliz achado. Do Posto de Saúde, passou Johnson para o Hospital de Sangue em Monte Santo, levando consigo o volume da Bíblia. Foi na companhia desse sacro livro, que Johnson levou três meses internado no Hospital. Lendo então com calma, o Velho Testamento, vieram-lhe à memória os anos de infância passados na casa paterna,

na cidade do Rio Grande. Seu pai, inglês, de trancos católicos, identificara-se com a sociedade brasileira, mas permanecera fiel, com a esposa, que era gaúcha, aos costumes e piedosa catolicidade que trouxera da terra natal: orações e leitura religiosa cada dia na intimidade do lar.

Foi naqueles meses de hospitalização, e sob a influência da leitura da Bíblia, que Johnson pôde ajuizar das graças miraculosas que lhe chegaram do céu nos dias de marcha e nas refregas de Canudos. Tocado de reconhecimento pelas graças recebidas, que o livraram do suicídio, dos percalços da marcha e da morte certa em Canudos, prometeu a si mesmo, tão pronto chegasse a Salvador, iria ouvir missa na igreja do Senhor do Bom Fim, chegando-se também ao confessionário e à comunhão, de que vivia afastado desde a casa paterna.

A 1 de outubro teve alta do Hospital, com a nota de recuperado para todo serviço. Nestas condições, retornou ao Batalhão, em Canudos, exatamente nos dias do assalto ao último reduto dos fanáticos, que era a igreja do arraial, onde se encastelara Antônio Conselheiro. Tomou parte ativa na série de assaltos que se desencadearam até a queda do reduto e da desorganização total da rebeldia sertaneja. Assim reza o elogio que lhe foi consignado em Ordem do Dia: "Tomou parte nos ataques, combatendo diariamente e repelindo o inimigo nas fortes escaladas, até que afinal na tarde de 5 (outubro), foi completamente vencido".

O arraial de Canudos ficou arrazado pela metralha e pelo fogo. A nossa tropa fatigada e saudosa dos pagos, refêz as mochilas e, em marcha lenta, abandonou aquele sertão bravo, fazendo escalas em Monte Santo e Queimadas. Dai rumaram as forças para Salvador. Os dias transcorridos na capital baiana, à espera de embarque para os destinos, foram de festas, mas também de licenciosa euforia, como a compensar, pelo avesso, as amarguras do sertão.

Nesse andar das coisas, lá se foram as promessas de Johnson, lá se foi a sua emenda de vida. A mocidade é desse feitio. Assim procede o soldado ao regressar das guerras. Johnson não conseguiu desvencilhar-se dos companheiros de esbórrias. Naquele tempo, realmente, não havia ambiente para a fé no seio da tropa. O meio era indiferente, irreverente, e, até, hostil. Os costumes licenciosos. Os soldados cobravam-se das provocações sofridas no sertão, atirando-se a notidades de orgia.

Foi nessas condições que Johnson deixou Salvador, sem nada cumprir do que havia deliberado. Nem cuidou mais de religião. O 12º Batalhão fez uma estada no Rio e reembarcou para a cidade do Rio Grande, onde foi recebido festivamente. Reorganizada a unidade e completado o seu efetivo, Johnson foi promovido a sargento-ajudante em janeiro de 1898.

Perdida a lembrança de seus propósitos e das graças recebidas, Johnson desandou nesse ano em tantas tripolias e desordens que se coalharam de más notas a sua folha de alterações (2). Chegou a responder a um Conselho de Investigação. Um simples trago, tomado na companhia de colegas, era o bastante para que ele perdesse as estribelas e caísse em desatinos nas ruelas de folia e no regresso ao quartel. Nestas horas de estonteamento, não era o verdadeiro John-

son que nelas se encontrava, mas um doidivanas. O Johnson verdadeiro era sereno, cortês, amável, solícito para com todos e prestadio aos que buscavam seus serviços e suas luzes. No serviço era diligente, pontual e íntegro. Os oficiais e praças reconheciam nêle altos valores de generosidade, eficiência e retidão. Eis por que, fora daqueles intervalos estonteantes, nada fazia supor o jovem estourado e bulhento (3).

Em 1901, mercê do ferimento recebido em Canudos, foi readmitido na Escola Militar, então no Rio Pardo. Ainda assim não se emendou. Andou prêso ali pelos mesmos motivos que dera no batalhão, e, se não foi expulso novamente da Escola, segundo declarou o comandante, no Bolefim escolar, deveu-o aos serviços que prestara ao país em duas penosas campanhas.

Terminado, em 1903, o curso secundário, foi matriculado no curso superior da Praia Vermelha. Fêz ali nova tentativa de acertar o passo. Começou a frequentar as missas domingueiras, costume êsse desusado na Escola. Alguns colegas, conhecedores de suas tripolias em Porto Alegre, Bagé, Rio Grande e Rio Pardo, pilheriavam com êle a êsse respeito, mas êle, dotado de palavra fácil e de firmeza de convicções, respondia: — A religião está certa; eu e vocês é que andamos fora da linha. Era, de fato um homem reto e um homem de fé, muito embora seus costumes andassem tan-

(2) As graças recebidas por Johnson eram, por sem dúvida, graças preferenciais. Era fácil, porém, da falta de correspondência dêle às mercês recebidas, como explicar preferisse Deus a êle e não a outros? Não se pode penetrar os desígnios de Deus na distribuição das graças. O que se sabe é que as mercês divinas são graniticas, tocam a todos, embora se ignore por que cabem mais a êstes que àqueles, como os talentos da parábola evangélica. Celerados há que também rezam, reconhecendo a sua miséria; outros, em meio às suas iniquidades, têm momentos de generosidade. Eis por que não é de admirar que Deus faça valer êsses gestos fugazes de desprendimento nos momentos de perigo e nas horas difíceis da existência daquelas almas desavoradas. Não se ignora também que Deus acolhe com especial deferência as orações e adições de mães piedosas pela salvação dos filhos. Não se diz que santa Mônica ofereceu, dia a dia, dezollos anos de lágrimas e orações pela conversão do filho transviado, que, afinal veio a ser o grande bispo de Hipona?

A um homem de brio e desassembro como Johnson pode-se-lhe duvidar a afirmação, discreta mas sem rebuços, das graças miraculosas que recebera? Se não se lhe podia atribuir merectemente algum para atraí-las, haveria ao certo algo poderoso e oculto que teria valido a êle aquelas assinaladas mercês: as orações, trabalhos e virtudes da piedosa mãezinha, no silêncio do lar, a Deus oferecidos em favor do filho ausente.

(3) Concessou-me Johnson, certa vez, lamentando seus antigos desatinos, que a bebida tinha-lhe um sabor fasciante (era filho de lagôs). Todavia, chegara a denominar-se de tal modo depois de oficial, que, nos últimos tempos, nem para condesender com amigos, em dias de festa, punha aos lábios uma só gota de álcool.

tas vezes às avessas. Induzidos por ele, vários colegas passaram a assistir às conferências do padre Sousa no Externato Sto. Inácio. De uma feita, o Alexandrino descarregou-lhe uma série de objeções contra a Igreja. Johnson, que reconhecia no colega sincera incredulidade, respondeu-lhe simplesmente: — O que eu lhe posso dizer da Fé é tão exato como um axioma da Matemática. O conceito que dela tenho é tão sólido como um rochedo. Não estou, porém, em condições de dar resposta cabal aos seus quesitos. Se quiser debatê-los com lealdade, venha comigo. Eu lhe darei um interlocutor com quem você poderá discutir calmamente. Se conseguir convencê-lo, será mais um companheiro que você terá no caminho da descrença, mas se ele der tróço certo às suas arguições, neste caso você fica obrigado a entregar os pontos. O Alexandrino aceitou, porque acreditava ingenuamente levar o padre à parede. Estultice. O padre Sousa recebeu-o de coração aberto e passou a arrazar, uma a uma, as dúvidas e objeções que ele catava a dedo nos livros agnósticos e tendenciosos, contra a Igreja Católica.

O Alexandrino debateu-se algum tempo entre a negação e a dúvida, mas foi coerente, reconheceu os erros e fez profissão de fé. No que concerne aos costumes, que se poderia esperar da Escola Militar? Materialismo, snobismo positivista, e, a par disso, noites alegres nos cafés cantantes desse tempo. Em 1904 deu-se a revolta de 14 de novembro. A mocidade da Escola viu-se arrastada às cegas, nessa estúpida e antipática insurreição. Desligamento em massa. Expulsão do Exército. Desumano foi o castigo, porque só colheu na rede os pobres cadetes. Apenas uma, duas ou três dúzias deles tiveram conhecimento da trama revolucionária. Os mais,

cêrca de 400, foram colhidos no arrastão, iludidos, sem tempo para discernir.

Dez meses de provocações sofreram aqueles rapazes, na quase totalidade sem eira nem beira. Por fim, veio a clemência e a anistia. Retornaram à Escola, desta feita, porém, para Pôrto Alegre, longe do Catete. Pobres rapazes. Eles nada tinham de perigosos. Quem conspira e promove dissensões políticas são os graúdos e não os pequenos. Estes o que desejam é um lugar ao sol.

O curso escolar, em Pôrto Alegre, arrastou-se molemente. Johnson estava cansado da vida de soldado e de aluno. Já ia chegando aos 30 e ainda não passara da tarimba e da escola. Dotado de invulgar inteligência, limitava-se a assistir atentamente às aulas (4). Por outro lado, perdera o contacto com as missas domingueiras, fontes de reflexão e de alegria espiritual. Certo dia, um colega, que andara, como ele, às matricas, e que ouvira, na Praia Vermelha, a sua profissão de fé e o relato das graças recebidas em Canudos, dirigiu-se a ele num domingo de manhã: — Johnson, estamos na hora da missa. Não era a primeira vez que aquele colega vinha convidá-lo. Johnson, pegado em falta e, não tendo como se desculpar, respondeu de mau humor: — R., deixe-me de mão. Eu bem sei que vou para o Inferno.

Um ano de vida desordenada. Afinal, terminado o curso, em janeiro de 1907, ele prende ao ombro a estrela de Aspirante (5). Promovido em seguida a 2º tenente para a Cavalaria, incorporou-se ao regimento. Chegava aos 30 anos. Longa fôra a jornada e penosos os passos na conquista do primeiro galão. Nesse ponto, tomou de novo a altura de sua situação na vida. Não era sem tempo. Precisava en-

(4) Johnson era dotado de rara inteligência. Todavia, pouco estudava e só o fazia esporadicamente com dois ou três companheiros de turma, que traziam notas das aulas. Certa vez, tendo estes dificuldade de entender uma lição da Mecânica Racional de Delonay, que o professor preferia na aula desse dia, veio-lhes Johnson em auxílio, repadando-lhes, de memória, a lição e as explicações que o professor expendera.

(5) Nesse tempo, o distintivo dos Aspirantes era uma simples estrela no ombro, e o soldo, 90\$000, igual ao dos sargentos-ajudantes. Somente uns 4 anos depois é que agregaram um galão ao punho dos Aspirantes e lhes elevaram o soldo para 250\$000.

trar nos trilhos. O oficialato fôra a sua aspiração. Demorou, mas veio.

— Agora, decidiu Johnson, toca a honrar o meu posto e a viver como bom soldado e bom cristão. Parecia-lhe fácil acertar o passo nesse novo teor de vida. Engano. A carreira das armas e a vida cristã, bem vividas, exigem exata compreensão, vigilância e adestramento, continuamente atualizados.

Em 1908 galga o segundo posto, na Escola de Artilharia e Engenharia. Em 1910, ei-lo novamente no Regimento, no comando do pelotão, na instrução de recrutas, no picadeiro, nas arrelhas próprias da vida nas casernas. Chegam-lhe os galões de capitão, o posto mais apreciado pelos oficiais, mas também os anos vão passando rapidamente. Por êsse tempo, dá-se novo rumo à instrução militar sob a orientação da Missão Francesa. Johnson cursa a Escola de Aperfeiçoamento e, em seguida, a de Estado-Maior com *três bien*.

De 1923 a 1927, como major e tenente-coronel, adjunto, primeiro, e, depois, chefe do E. M. do 2º Grupo de Regiões, conquista êste magnífico elogio do general comandante: "O tenente-coronel João Ferreira Johnson merece justos louvores pelo esmerado zelo e devotamento com que se houve no desempenho de seu cargo. Sua arguta inteligência, vasta cultura militar e integridade de caráter, deram às suas funções brilho inextinguível. Apreciando devidamente as suas virtudes e capacidade não vulgar, recomendo à consideração do Governo êste distinto oficial que honra o Exército pelo seu grande merecimento".

Em 1928 passa à direção da Remonta e, no pouco tempo que ali esteve desenvolveu grande e profícua atividade. Em 1929 atinge o coronelato e assume a chefia da 1ª Secção do E. M. E. Certo dia, por não se querer dobrar em pontos de vista que julgava certos, apresenta pedido de passagem para a Reserva. Gozava, porém, de tal conceito, que os chefes engavetaram-lhe o requerimento. O general Tasso Fragoso, ao deixar a chefia do E. M. E., nesse ano, consigna-lhe o seguinte elo-

gio: "Apesar de só há pouco haver assumido a chefia da 1ª Secção, tantas foram as provas que deu de inteligência clara, saber profissional e aptidão para chefe, que o considerava como dos meus melhores colaboradores. A nitidez com que via os problemas, a naturalidade e precisão com que formulava os seus conceitos e a retidão dos mesmos, não me deixaram no espírito a mínima dúvida de que a 1ª Secção do E. M. E. adquirira um chefe digno de si".

Em outubro de 1930 é designado para a chefia de E. M. da 1ª Região Militar, e, em abril de 1931, o comandante da Região publica o seguinte: "De todos, devo destacar o meu chefe de Estado-Maior, coronel João Ferreira Johnson, amigo leal, conselheiro modesto e educado, muito disciplinado e disciplinador, bravo e calmo, oficial aprimorado pelo talento e pelo alto critério e circunspeção, pelo auxílio eficientíssimo e de todos os instantes, de todos os dias. Bem sabe o senhor coronel Johnson como êle está nos meus sentimentos afetivos e qual o grau de minha gratidão".

A 7 de maio é promovido a general de brigada e nomeado chefe do Gabinete Militar, do Governo Provisório. Não se acomodou, porém, nesse posto. Observou, acima de paixões e de interesses, tudo que ali se passava. Muitos, que diziam haver participado de três revoluções — 1922, 24 e 30 — blazonavam de salvadores do regime. Diziam-se revestidos do espírito revolucionário. Era o único cartaz que apresentavam. Johnson conhecia-os todos e tinha em conta nada havia mais anti-militar do que o espírito revolucionário. Esse espírito, avesso à disciplina e ao civismo, era, no entanto, o slogan que grassava nesse tempo, como praga. Essa fase passou, no jornalismo e nas crônicas, como tempo do tenentismo. Johnson teve não poucos aborrecimentos. Não transigia com a bajulação e a doblez dos graúdos. Indignava-se dos petulantes que se chegavam a êle dizendo-se escorados nas graças e preferências do chefe da revolução. Desabria contra especuladores,

de Sto. Agostinho, com relação às flores que almas piedosas lhe ofereceram para adornar o esquife de sua santa mãe, recém-falecida: As flores murcham nas sepulturas após um dia, as lágrimas secam num momento ou deslisam pelas faces e va-

porizam. Sômente as orações sobem a Deus. Rezemos, pois, com fervor, pelo general Johnson, espírito de escol, que, não obstante seus altos dotes de *inteligência e coragem*, só buscou ser apagado e humilde.

ALGUNS DADOS SOBRE O AMAZONAS

Como homenagem ao falecido Gen J. V. Sayão Cardoso, publicamos aqui o extrato de um estudo seu sobre a grande artéria equatorial.

Com este propósito visamos prestar também um auxílio aos candidatos à Escola de Comando e Estado-Maior.

A REDAÇÃO.

REGIME DAS ÁGUAS

Os regimes das águas no Amazonas resultam de três ordens de fatores a saber: natureza geológica e permeabilidade do solo; condições topográficas e declive, alimentação fluvial.

Nascendo das torrentes andinas é engrossado pelo derretimento das Neves da Cordilheira na primavera do hemisfério austral.

Suas cheias são continuadas pelas enchentes dos afluentes da margem Sul, particularmente o alto Madeira, o alto Purus e o alto Juruá que a iniciam, em outubro. Essa cheia atinge Tabatinga em novembro e Obidos em dezembro.

De abril a maio enchem os da margem Norte, contribuindo para a máxima enchente do Amazonas em junho, isto porque a pequena baixa que registra de janeiro a abril, devido à pouca declividade e porosidade do solo, contribui para reter grande parte das águas. A partir desse último mês começam de novo a crescer atingindo o máximo em junho.

De junho até novembro as águas baixam mas ficam sujeitas, entretanto, a *repíquetas* provocados pelas marés e pelo degelo nos Andes.

Contribuem ainda para manter o grande rio, sempre em nível elevado os grandes lagos marginais que desempenham o papel de reguladores.

O desencontro de cheias entre os afluentes da margem Sul e Norte

que produz em realidade duas épocas de águas altas (janeiro e junho) é um fenômeno original do Amazonas. O fato de ser paralelo ao equador e muito próximo dele, seus grandes afluentes da margem Norte pertencem ao regime de águas do hemisfério setentrional e os extensíssimos afluentes da margem Sul pertencem ao regime do hemisfério austral. A época das grandes chuvas corresponde em princípio às primaveras nos dois hemisférios — setembro a dezembro no austral e março a junho no setentrional.

Esse fenômeno é conhecido com o nome de *interferência*.

A média de elevação das águas é de 14 a 16 metros em Tabatinga; de 7 a 13 metros em Manaus; e de 6 a 8 metros no curso inferior.

Mais ou menos de quatro em quatro anos se registram grandes enchentes e algumas têm havido com caráter de inundações, como as de 1922 e 1949.

AFLUENTES

Até aqui temos nos referido ao grande rio sem levar em conta, senão ocasionalmente, os seus afluentes que são na realidade os formadores dessa imensa e única bacia no mundo. Alguns deles, por si sós, seriam considerados como grandes rios, dadas as suas características de extensão e volume d'água.

Neste particular, aqui só figurarão os dados necessários para com-

pletar o estudo sumário da Bacia Amazônica.

Conforme a hipótese Lauricocha ou Vileanota, antes de entrar em território brasileiro, afluente ou canal, um só tem realmente grande importância para nós, é o rio Ucaiale, que prolongado pelo Urubamba e pelos Mishagua e Serjali vai quase unir as suas águas com os rios Casapale e Shauinto formadores do Manu, afluente da margem esquerda do Madre de Dios, afluente do rio Madeira.

Na margem esquerda o Solimões recebe dois afluentes de origem Andina: o Iça ou Putamayo que tem um curso relativamente curto no território brasileiro e que é um dos afluentes mais profundos do grande rio.

O Caquetá ou Japurá também provindo da Seção Andina do Equador. Em território brasileiro é um típico rio da planície, muito largo, porém de pouca profundidade e extremamente sinuoso.

Desses dois rios — diz Otaviano Pinto — "que pelo seu prodigioso trabalho de erosão desbarataram em grande parte o sistema dos Andes" e o reduziram no Equador, a um pedúnculo estreito entre os maciços da Colômbia e do Peru.

O Japurá ao entrar na planície se divide em braços, formando a região lacustre na sua margem esquerda entre o curso médio do rio Negro. Um dos seus braços é o Paraná de Codajaz. Alcança o Solimões na região de Tefé, isto é, 300 quilômetros depois de ter lançado o seu primeiro braço no caudal principal e 300 quilômetros antes de lançar o último, na região de Codajaz.

O Rio Negro, com os afluentes, Rio Uaupés, Rio Içana e Rio Branco, oriundos do Maciço Guianense. Esses rios são notáveis na Bacia Amazônica por terem provocado várias polémicas entre os sábios e exploradores, assim é que: Rio Uaupés, até hoje não muito conhecido e explorado, tem as suas nascentes apontadas por uns (Condreau) no Lago Espelho ao pé da Serra Camarata e segundo outros (Humboldt e Orton) nas encostas da Serra Tunui.

O Rio Branco destinado a dar saída às águas da vertente meridional da Serra Paracaima, tem o seu curso inicial como uma calha dessa serra, correndo-lhe ao longo de Oeste para Este, depois de engrossado pelo Cutingo que lhe trás as águas da Roraima e pelo Tacutu que lhe trás as águas da Serra do Cussari, toma um curso Nordeste para Sudoeste, direção, pode-se dizer, singular para um quase afluente do Amazonas; é navegável até Caracarai.

O Rio Negro ou Guainia na Colômbia e na Venezuela é ligado ao rio Orinoco pelo canal natural Casiquiare, e pelos rios formados da Ilha Pedro II na época de águas altas.

É navegável até Tupuruquara (Santa Isabel), daí pequenas embarcações até Uaupés (S. Gabriel) e Içana (S. Felipe) deste último ponto em diante por regatões de maior calado. Uma vez abertos os canais nas cachoeiras Tupuruquara e Uaupés, será possível navegar em embarcações de cerca de 800 toneladas até o Rio Orinoco.

Depois do Rio Negro há assinalar, na margem esquerda, apenas afluentes secundários como os rios Nhamundá ou Jamundá, Mapuera, Trombetas, Paru e Jari, nascendo na Serra de Tumuc-Humac e de direção geral do Nordeste para Sudoeste. Finalmente o rio Mapari ou braço inferior do rio Araguari que se lança já na foz do Amazonas.

Estes rios que na Amazônia consideramos secundários, são maiores e mais caudalosos que a maioria dos grandes rios conhecidos no Sul do País. Assim o igarapé Pitinga, afluente do rio Jamundá e figurando nas cartas como um risquinho quase imperceptível, tem um curso em linha reta de mais de 100 (cem) quilômetros e a 60 (sessenta) da sua foz tem uma largura média de 20 (duzentos) metros; outro exemplo da largura e do volume d'água dos rios secundários é o rio Acapu, afluente do rio Cumina que, por sua vez, é afluente do rio Trombetas; no seu curso médio tem uma largura de cerca de 300 metros. Estes rios foram explorados até as suas nascentes por H. Coudreau.

Na margem direita a começar pelo rio Javari que baliza a nossa fronteira com o Peru, ao longo dos seus 1.056 km de curso. Segue-se o Jutai com 1.200 km; o Juruá com 3.282 km de curso; o Tefé com 900 km; o Coari, com 594 km e o Purus com 3.200 km de curso, dirigindo-se todos de Sudoeste para Nordeste, vão se lançar no Solimões dentro de um bolsão cavado pelos rios Madeira e Ucaiaia, prolongados pelos seus afluentes.

Desses rios o mais notável é o Purus pela sua tortuosidade e pelo caudaloso de suas águas, onde se vêem com mais frequência os fenômenos a que nos referimos no número 30 (Ilhas móveis e terras caídas).

A sua sinuosidade é tão grande que o curso é mais de três vezes a distância em linha reta de suas nascentes peruanas até a foz (menos de 1.500 km).

O último afluente andino do Amazonas é o rio Madeira a que nos referimos em diversos pontos deste trabalho. É também o mais notável dos afluentes, sua bacia iguala e ultrapassa a de muitos grandes rios do mundo. Na realidade essa bacia é o conjunto de quatro bacias, três andinas e uma do Brasil Central. As três andinas são as do Mamoré, Beni e Abunã (Madre de Dios) e a do Planalto Central o rio Guaporé ou Itenez.

O Rio Madeira, em sua zona encachoeirada de cerca de 300 km, que vai da boca do Beni (Cachoeira de Santo Antônio) até Porto Velho, é célebre pelos seus "repiques" logo após o período de águas altas e pelas suas ilhas flutuantes. É navegável até Porto Velho.

Os rios Tapajós e Xingu são os escoadouros do Planalto Central. O Tapajós é um dos afluentes do Amazonas há mais tempo conhecido e explorado. Ao longo do seu curso inferior existe uma das zonas, das mais antigas exploradas economicamente e que se escoam por Santarém. O Xingu é o mais encachoeirado dos afluentes do Amazonas, seu curso é quase Norte-Sul. Por intermédio do seu afluente Ibiri é possível comunicar-se com o Tapajós.

Entre Xingu e o Tocantins numerosos afluentes vão formar o canal que liga o Amazonas ao Rio Pará; são eles o Amapá, o Pacajá, o Camarape, o Jacundá, o Araticum e outros. É ainda nesse rio Pará que se derramam as águas dos rios Moju, Acara, Capim e Guamá também pequenos rios em relação aos grandes afluentes.

FORÇA MOTRIZ

Muito pouca coisa poderemos falar a respeito da Força Motriz no Vale Amazônico, porque o potencial hidráulico é fraquíssimo em comparação com bacias muito mais pobres. Esta observação se refere apenas ao território da bacia dentro dos limites do Brasil.

Segundo os dados fornecidos pelo IBGE a energia hidráulica não atinge a dois milhões de cavalos-vapor, número relativamente insignificante comparado com o potencial da bacia do Paraná (muito menor que a bacia amazônica) que atinge a 8,5 milhões de cavalos-vapor.

Além disso, as regiões onde vamos encontrar as quedas d'água susceptíveis de serem aproveitadas, ficam muito afastadas dos centros populacionais, onde essa energia poderia ser consumida, tornando desse modo a sua exploração anti-econômica.

De um modo geral as quedas e cachoeiras se encontram nos afluentes secundários e quando nos principais, muito longe da calha central.

COMUNICAÇÕES E TRANSPORTES

A Amazônia, vastíssima planície coberta de florestas, tendo no seu bojo uma gigantesca bacia hidrográfica, cujas ramificações tributárias descem dos maciços que a cercam, tem como vias naturais de comunicações desde os rios mais extensos e profundos como o Amazonas, Ucaiaia, Madeira, Negro, Javari, Juruá, Purus, Igá, Japurá, Tapajós, Xingu, etc., até os diversos estreitos, Paraná, Purus, Igarapés, Lagos, etc.

Para utilização dessa imensa rede fluvial, de acordo com as condições

de navegabilidade, são empregados diversos meios de transporte que vão da montaria ao navio de grande calado, passando pelos ubás, igarités, lanchas-motor, e os vários tipos de navios fluviais (vaticanos, gaio-las, etc.).

Nessa vasta bacia hidráulica há por toda a parte pontos favoráveis à descida de hidro-aviões e aviões anfíbios, facilitando assim o estabelecimento de várias linhas aéreas.

Em contraposição é muito pobre ou quase desprovida de vias terrestres, ródô e ferroviárias. As rodovias se restringem em torno das duas capitais estaduais Manaus e Belém, alguns trechos iniciados nas capitais dos territórios (Boa Vista, Pôrto Velho, Macapá e Rio Branco), alguns outros em torno das cidades mais importantes e outros ligando seções navegáveis de um mesmo rio.

As ferrovias são em número de três, duas no Estado do Pará e uma no Território do Guaporé, a saber:

- Estrada de Ferro de Bragança, ligando Belém a Bragança, que tem possibilidade de prolongar-se até Viseu e visando chegar ao Norte do Estado do Maranhão;
- Estrada de Ferro Tocantins, correndo paralela à margem esquerda do rio Tocantins que evita o trecho encachoeirado do rio entre Tucuruí e Jacundá;
- Estrada de Ferro Madeira-Mamoré, partindo de Pôrto Velho, capital de Guaporé, tem o seu ponto terminal em Guajará-

Mirim, paralela à margem direita dos rios Madeira e Mamoré, a fim de vencer a secção encachoeirada desses rios.

Vamos aqui apresentar apenas uma sùmula dos transportes fluviais e aéreos, uma vez que os rodoviários e ferroviários têm o desenvolvimento infinitamente pequeno, em relação à imensa extensão territorial da Amazônia.

TRANSPORTES FLUVIAIS

Para melhor compreender a navegação fluvial vamos inicialmente verificar as condições de navegabilidade dos rios (vide quadro n. 1).

Existem na Amazônia registrados no Pará e Amapá, 64 navios dos quais 10 de roda atrás, 30 de uma hélice e 24 de duas hélices; 38 pertencem à SNAPP e os demais a várias empresas particulares. Dos 38 navios têm uma tonelagem bruta que varia de 100 a 1.000. Rebocadores — 13 que variam de 36 a 157 toneladas. Lanchas — 32 de cinco a 40 toneladas. Alvarengas-Tanques — 11 de 100 toneladas. Pontões — cinco de 100 a 500 toneladas. Alvarengas — 99 de 50 a 500 toneladas.

Além dessas embarcações existem registradas nas capitânias de portos dos Estados do Amazonas e Territórios do Rio Branco, Guaporé e Acre, cerca de 108 Lanchas-Motor, 47 Lanchas a Vapor, 14 Hiates, três Rebocadores, 73 Alvarengas, 179 Batelões, sete Batelões-Motor, 16 Flu-tuantes.

CONDIÇÕES DE NAVEGABILIDADE DA AMAZÔNIA

RIOS	EMBARCAÇÕES	PONTO TERMINAL	ÉPOCA FAVORÁVEL
Abunã	Lanchas	Trechos diversos	Todo ano
Acará	Lanchas	Acará	—
Acre	Calado : cinco pés	Rio Napuri	Outubro a abril
Amazonas	Lanchas	Brasília	—
Arari	Transatlânticos	Manaus	Todo ano
Araguari	Lanchas	Anápolis	Outubro a abril
Azul	Calado : cinco pés	180 quilômetros	Evitando a porotoes
Branco	Calado : nove pés	Monte Belo	Dezembro a maio
Branco	Canoa e Lanchas	Caracará	Maio a setembro
Capará	Calado : seis pés	Boa Vista	Maio a setembro
		120 quilômetros	Dezembro a maio

RIOS	EMBARCAÇÕES	PONTO TERMINAL	ÉPOCA FAVORÁVEL
Capim	Lanchas	Badaços	—
Emburá	Lanchas	Pôrto União	Dezembro a maio
El-Paraná	Calado : cinco pés	Cach. Dois de Nov.	Todo ano
Guabira	Lanchas	São Gabriel	Março a agosto
Guaporé	Calado : cinco pés	Vila Bela	Fevereiro a maio
	Calado : dois pés	Mato Grosso	Todo ano
	Lanchas		
Guamá	Lanchas	Ourem	—
Gurupi	Lanchas	Gurupi	—
	Calado : cinco pés		
Içá	Velocidade : 10 mi- lhas horárias	Rio Camé	Março a agosto
Içana	Lanchas	Nazareth	Março a agosto
Ipixuna	Lanchas	Jurupari	Dezembro a maio
Jamari	Calado : cinco pés	Cach. do Samuel	Dezembro a maio
	Lanchas		
Javari	Calado : cinco pés	Boca do Galves	Dezembro a maio
	Lanchas	Boca do Belato	—
Japurá	Calado : quatro a cinco pés	Corredeira Sshare	Março a agosto
Jurua	Calado : oito pés	Burupé	Dezembro a maio
	Calado : cinco pés	Rio Breu	Dezembro a maio
Jurai	Calado : cinco pés	Matum	Dezembro a maio
Madeira	Calado : oito pés	Pôrto Velho	Todo ano
Mamoré	Calado : quatro pés	Trinidad (Bolívia)	Dezembro a maio
	Calado : três pés	Chimoré (Bolívia)	—
Manicoré	Calado : três pés	65 milhas	Dezembro a maio
Marmelos	Calado : cinco pés	150 milhas	Dezembro a maio
	Calado : três pés	150 milhas	Todo ano
	Lanchas	Santa Luzia	Dezembro a maio
Moa	Transatlânticos	Mannus	Todo ano
Negro	Calado : oito pés	Cach. Tapuruquara	Março a agosto
	Calado : seis pés	Além 130 km	Março a agosto
	Velocidade : 10 mi- lhas horárias		—
Olapoque	Calado : seis pés	Olapoque	—
Purus	Calado : oito pés	Boca do Acre	Novembro e dezembro
	Calado : cinco pés	Sena Madureira	Novembro e dezembro
Roosevelt	Calado : cinco pés	Prairha	Dezembro a maio
Schmões	Calado : 10 pés	Iquitos (Peru)	Todo ano
Tapijós	Calado : oito pés	Haituba	Todo ano
Tarauá	Calado : três pés	Seabra	Dezembro a maio
Tefé	Calado : cinco pés	Maravilha	Dezembro a maio
Tocantins	Calado : cinco pés	Alcobaca	Todo ano
Trombetas	Lanchas	Foz do Mapuera	—
Tucuruí	Lanchas	109 milhas	—
Uaupés	Lanchas	Tarauá	Março a agosto
Xupuri	Lanchas	Fronteira	Dezembro a maio
Xingu	Calado : oito pés	Vitória	Fevereiro a junho
Yaco	Calado : cinco pés	Guanabara	Dezembro a maio

Inauguradas em Macapá as instalações para exportação do minério de manganês do Amapá



Mais de 50 milhões de dólares já aplicados — Construídos o porto e uma estrada de ferro de 200 quilômetros — A exportação anual será de 35 milhões de dólares, mais do que toda a nossa exportação anual de minérios até agora — As obras já foram realizadas pela ICOMI e, no fim da concessão, reverterão sem ônus ao Governo

A partir de janeiro do corrente ano, começaram a funcionar as instalações para a exportação de minério de manganês do Amapá. As vultosas obras necessárias, que exigiram o dispêndio de mais de meia centena de milhões de dólares, foram inteiramente realizadas pela iniciativa privada. No fim do prazo de 50 anos, todas as instalações reverterão ao Governo, sem qualquer ônus ou despesa.

A inauguração compareceram todos os Diretores da ICOMI (Indústria e Comércio de Minérios), dos técnicos e operários que construíram as obras e dos que operarão as instalações. O Presidente da República, o Governador do Território do Amapá, Ministros de Estado, parlamentares e outras autoridades foram especialmente convidadas à cerimônia inaugural, cuja importância é desnecessário encarecer.

NOVE ANOS DE TRABALHO

A inauguração em apreço é o coroamento de nove anos de pesquisas e construções. Transformando em riqueza útil ao Brasil o minério da Serra do Navio, cujas minas entram agora em operação. Os planos de exploração industrial e

comercial abrangem substanciais embarques de minério de manganês para as grandes siderurgias do País, bem assim, para o exterior. Os empreendimentos da ICOMI no Amapá criaram para aquela Unidade da Federação extraordinárias condições de progresso e bem-estar. Milhares de empregos ficaram disponíveis. A construção do porto de Macapá transformou essa pequena cidade brasileira num centro de navegação de importância internacional. Uma moderna estrada de ferro foi construída e já se encontra em tráfego, transportando passageiros e mercadorias. Inúmeras atividades econômicas surgiram no Território, estimuladas pelas condições favoráveis, criadas pelas facilidades de transporte e pelo crescente poder aquisitivo dos habitantes do Território.

O MANGANÊS NO AMAPÁ

Datam de 1934 os primeiros registros da ocorrência de minério de manganês no Amapá. Posteriormente, em 1941 e 1945, um cabôclo, Mario Cruz, levou às autoridades do Território, amostras que colheira em viagens, e que, depois de analisadas, verificou-se tratar-se de mi-

nério de manganês de boa qualidade.

Em 1946, o Governo Federal declarou reserva nacional as jazidas de manganês do Amapá, delegando seu estudo e exploração ao governo territorial.

Posteriormente, em vista dos estudos procedidos, chegou-se à conclusão de que o mais interessante seria confiar a exploração à iniciativa privada, havendo o Território do Amapá, mediante autorização do Governo Federal, chamado proponentes a concorrer. Venceu a concorrência a Indústria e Comércio de Minérios, firma nacional de larga experiência na exploração e lavra de minerais.

AS JAZIDAS DE SERRA DO NAVIO

As jazidas de manganês da Serra do Navio estão localizadas em plena selva, em região até então completamente despovoada, distando cerca de duzentos quilômetros da cidade de Macapá, que fica situada sobre o estuário do Amazonas. Essa distância, atualmente coberta em apenas 4 horas, por trem, demandava antes dois dias de viagem.

As pesquisas efetuadas resultaram numa estimativa da existência de um total de 30 milhões de toneladas de minério de manganês, com o teor médio de 46%.

O PORTO DE MACAPÁ

Para permitir a exportação de minério, a ICOMI construiu as instalações portuárias, terminal ferroviária e obras complementares do Porto de Macapá.

O porto consta de um "pier" fixo, sobre estacas metálicas, destinado a carga e descarga de mercadorias e equipamentos. U moutro "pier", este flutuante, medindo 250 metros, destina-se ao carregamento de minério, nele podendo atracar, também, petroleiros.

O carregamento de minério é feito por meio de correias transportadoras com a capacidade de carga de 2 mil toneladas por hora.

A ESTRADA DE FERRO

Para transportar o minério da Serra do Navio, até o porto de Macapá, foi construída uma estrada de bitola larga medindo a linha principal 200 quilômetros.

As características técnicas da estrada são as mais modernas, sendo os trechos retilíneos mais de quatro quintos da extensão total. Os trechos em curvas são apenas 16% do percurso. No sentido da exportação, em que se faz o transporte mais pesado, a rampa máxima é de apenas 0,35%. No sentido da importação, a rampa chega somente a um e meio por cento.

55 MILHÕES DE DÓLARES EMPREGADOS

Já foram investidos no projeto do Amapá, cerca de 50 milhões de dólares. Até a terminação das obras das vilas residenciais, o total deverá elevar-se a 55 milhões de dólares, ou sejam, 3 bilhões de cruzeiros.

DUPLICARÁ O VALOR DA EXPORTAÇÃO NACIONAL DE MINÉRIOS

O plano de exportação da ICOMI prevê a exportação de 600 a 700 mil toneladas anuais de minério. As instalações existentes, entretanto, em caso de necessidade, a exportação de até um milhão de toneladas por ano.

Isto representa, aos preços correntes, o ingresso de 35 milhões de dólares, só em 1957. Para avaliar-se a importância do manganês do Amapá em nosso comércio exterior, basta dizer que o valor total da exportação brasileira de minérios, em 1956, foi de US\$ 32 milhões. Só o empreendimento da ICOMI concorrerá para dobrar o valor da exportação de minérios.

No campo específico do Amapá representará uma elevação, no comércio exterior, de 300% — 220 mil toneladas em 1956, para 900 mil em 1957. Em consequência, o Brasil passará a figurar entre os maiores produtores de manganês do mundo.

VITORIOSA AFIRMAÇÃO DA INICIATIVA PRIVADA

Esse é o empreendimento que, se inaugura no extremo norte do Brasil, valorizando de tal modo a economia regional, que o Amapá, de unidade sem maior expressão, passará a ostentar o recorde nacional de produção *per capita*, ou sejam, 40 mil cruzeiros anuais, por habitante.

O Amapá foi dotado de moderna ferrovia, que além de servir ao transporte de minério, destinará 200 mil toneladas anuais, de sua capacidade de transporte, para utilização geral. O porto servirá a tô-

das as necessidades do Território. Estradas e porto reverterão ao Governo, ao fim do prazo concedido de 50 anos, sem qualquer indenização à ICOMI. Novos empregos, o afluxo de trabalhadores da região, o crescente poder aquisitivo da população, o desenvolvimento dos negócios, a criação de novas indústrias locais, serão outros tantos benefícios indiretos, que, não será para admirar, poderão até superar as vantagens diretas da exploração do minério do Amapá, pois estão lançadas as bases do progresso e do futuro daquela rica região do Brasil.

IV ANIVERSÁRIO DA ADMINISTRAÇÃO JAIR RÉGO DE OLIVEIRA

A Central do Brasil comemorou o 4º aniversário da administração do Engenheiro JAIR RÉGO DE OLIVEIRA. No meado de maio de 1953 para o cargo, ao tempo do Governo do Sr. Getúlio Vargas, aquele administrador foi confirmado sucessivamente, nas administrações posteriores.

Diversas comemorações assinalaram o 4º aniversário da gestão do Engenheiro Jair Régio de Oliveira. Dentre elas uma manifestação de trabalhadores, nas oficinas do Engenho de Dentro. Também os funcionários da nossa principal ferrovia foram cumprimentar o Diretor.

Segundo um relato sucinto das realizações do Sr. Jair Régio de Oliveira, colhida no Departamento de Relações Públicas, destacam-se os seguintes empreendimentos:

— Renovação (ainda em fase de plena execução) do parque ferroviário suburbano, com a importação de trens de passageiros modernos, confortáveis e de mais capacidade, podendo desafogar plenamente as estações;

— Adoção de novo horário que permite a cada 8 minutos, em média, a passagem de um trem pelas estações suburbanas;

— Melhoria nas instalações em geral, das estações suburbanas;

— Pagamento em dia do funcionalismo da EFCB.

— Outro detalhe importante que ressalta é a continuidade administrativa que se estabeleceu na confirmação do mesmo Diretor neste período de 4 anos que abrange quatro governos e sete ministros.

Na oportunidade das comemorações, o Diretor da Central do Brasil visitou a Sala de Imprensa da EFCB, sendo cumprimentado pelos jornalistas presentes. Agradeceu o Sr. Jair Régio de Oliveira em breve oração dizendo que, com o apoio do Presidente da República e do Ministro da Viação, Comandante Lúcio Meira, podia continuar realizando o programa traçado, para fazer da Central a estrada de ferro mais importante do país.

E finalizou afirmando que graças ao papel educativo da imprensa e à compreensão do povo, fora possível modificar o sistema das tarifas suburbanas, sem conflitos, não tendo êxito a ação dos profissionais da estação.



Noticiário de Interesse Militar

ENTREGUES AO BRASIL DOIS SUBMARINOS DA FROTA NORTE-AMERICANA

Os Estados Unidos entregaram ao Brasil, a título de empréstimo, pelo prazo de cinco anos, dois submarinos de sua frota de reserva, os quais zarparão para o Rio de Janeiro dentro de algumas semanas.

Na cerimônia da entrega dos submersíveis, o Embaixador do Brasil em Washington, Sr. Ernani do Amaral Peixoto, afirmou que "os navios que hoje nos são entregues, bem como outros que esperamos obter no futuro, ajudarão a impedir a repetição dos tristes episódios de 1943. Serão utilizados para instruir nossos marujos para a grande missão que lhes seria atribuída, no caso de um novo conflito".

Os dois submarinos, rebatizados com os nomes de "S.E. Humaitá" e "S.E. Riachuelo", foram recebidos pelo Almirante Pinto da Luz, e encarregaram-se deles as tripulações brasileiras adestradas na base local.

A transferência dos submarinos foi feita nos termos dos tratados militares bilaterais entre os Estados Unidos e vários países latino-americanos. A Marinha dos Estados Unidos foi representada no ato pelo Contra-Almirante George L. Russel, Subchefe do Estado-Maior Naval.

Assistiram também à cerimônia o Capitão-de-Fragata Lourival Monteiro da Cruz, que assumiu o comando do "Humaitá" e o Capitão-de-Fragata Fernando G. Reis Viana, comandante do "Riachuelo". Outros presentes foram o General José M. Lopes, adido militar e Brigadeiro Ignacio de Loyola Daher, adido de aeronáutica da Embaixada do Brasil em Washington.

Num almôço oferecido no cassino de oficiais da base de submarinos, antes da entrega dos barcos, o embaixador Amaral Peixoto declarou:

"Os marinheiros conhecem bem o sacrifício que fazem quando recebem ordens de se fazer ao mar em barcos sem o potencial ou as condições necessárias à tarefa a realizar. Tem sido assim desde o período inicial da história. Em 1943, os acontecimentos internacionais e a solidariedade continental nos obrigaram mais uma vez a participar, ao lado dos Estados Unidos, numa luta para a qual não estávamos preparados.

Quando submarinos inimigos atacaram as linhas de abastecimento e os materiais estratégicos enviávamos, vimo-nos novamente envolvidos na guerra. Mês após mês, nossa Armada protegeu, apesar de sua situação precária, os navios de carga brasileiros e norte-americanos que navegavam em águas brasileiras. Até que pudéssemos obter novos navios, e equipa-

mentos modernos para os que já possuíamos, nossas perdas foram grandes. Hoje, há um novo acôrdo para a defesa do Continente, que nos une mais estreitamente".

ESTABELECIMENTO DE INSTALAÇÕES PARA ACOMPANHAMENTO DE PROJETIS-TELEGUIADOS NA ILHA DE FERNANDO DE NORONHA

É a seguinte, na íntegra, a nota entregue ao embaixador norte-americano pelo Ministro Macedo Soares :

"O Governo dos Estados Unidos do Brasil, cômescio dos deveres que lhe cabem, e que se estendem, igualmente ao Govêron dos Estados Unidos da América, no tocante à defesa mútua dos dois países e à defesa do continente, em virtude de atos diplomáticos anteriormente assinados, especialmente o Tratado Interamericano de Assistência Recíproca, firmado no Rio de Janeiro, a 2 de setembro de 1947, complementado pelo Acôrdo de Assistência Militar, celebrado nesta Capital pelos dois governos, a 15 de março de 1952, um e outro devidamente aprovados pelo Poder Legislativo do Brasil, está disposto a concluir o seguinte ajuste, resultante, particularmente, do art. 1º, parágrafo 1º, "in fine", do citado Acôrdo :

1º — Os Governos do Brasil e dos Estados Unidos da América, tendo em vista a defesa do território brasileiro e do continente americano, ajustam a construção na ilha Fernando de Noronha, de instalações especialmente de natureza eletrônica, relacionadas com o acompanhamento de projetis-teleguiados ;

2º — Essas instalações serão construídas por especialistas e técnicos norte-americanos assistidos por especialistas e técnicos brasileiros ;

3º — As referidas instalações ficarão sob comando de oficial brasileiro e na ilha Fernando de Noronha continuará a ser hasteado exclusivamente o pavilhão nacional brasileiro ;

4º — A operação das referidas instalações técnicas ficará sob a responsabilidade de técnicos norte-americanos, assistidos por técnicos e militares brasileiros ;

5º — Os Governos do Brasil e dos Estados Unidos da América concordam em que técnicos norte-americanos sejam gradativamente substituídos por técnicos brasileiros, segundo condições a serem estipuladas de comum acôrdo ;

6º — O Governo dos Estados Unidos da América, tendo em vista que o Governo do Brasil considera acrescidas suas responsabilidades com o estabelecimento de instalações para acompanhamento de projetis-teleguiados na ilha Fernando de Noronha, concorda em realizar imediatamente, com o Governo brasileiro um exame da extensão das responsabilidades daí decorrentes ;

7º — As construções e benfeitorias feitas na ilha Fernando de Noronha em função das instalações técnicas a que se refere este ajuste ficarão incorporadas ao patrimônio do Brasil, sem qualquer indenização, na ocasião do término deste ajuste ou do término de qualquer prorrogação ;

8º — Esta nota e a resposta de Vossa Excelência constituirão, entre os nossos dois Governos, um ajuste que vigorará pelo prazo de cinco anos, a partir desta data, e somente poderá ser prorrogado mediante condições e prazo a serem fixados de comum acôrdo. Havendo prorrogação, o ajuste poderá ser denunciado por qualquer dos dois Governos mediante aviso prévio de um ano."

O arquipélago de Fernando de Noronha (território criado no interesse da defesa nacional) é constituído de seis ilhas e 15 rochedos, dos

quais só a ilha principal é habitada. Está situada a cerca de 300 milhas marítimas do porto de Recife e a cerca de 240 milhas do porto de Natal. A ilha de Fernando de Noronha mede, aproximadamente, 9.300 metros de comprimento por 3.300 metros de largura. Sua área está calculada em 27 quilômetros quadrados, incluídos os rochedos São Pedro e São Paulo e o atol das Rocas.

Descoberta em 1501 pelo navegador português Fernão de Noronha, a ilha foi, em 1629, ocupada pelos holandeses, de lá expulsos em 1630. Em 1736 os franceses dela se apoderaram, dando-lhe a denominação de "Isle Delphine", sendo compelidos a abandoná-la no ano seguinte. Data dessa época a construção de seu primeiro sistema defensivo, constante de nove fortins, dos quais o principal é a Fortaleza dos Remédios, todos hoje em ruínas.

Em 1950, por ocasião do último recenseamento (IBGE), Fernando de Noronha estava habitado por 581 pessoas (chegou a ter mais de 2.000 habitantes nos anos da segunda guerra mundial). A maioria da população economicamente ativa era constituída de pessoas (66) incluídas no ramo de defesa nacional e segurança pública. Nas atividades compreendidas no ramo de indústria de transformação estavam ocupadas sete pessoas, no ramo de comércio de mercadorias, cinco pessoas, e no ramo transportes, comunicações e armazenagem, 14 pessoas. O número de analfabeto, de mais de 10 anos, elevava-se à 86 e o de estrangeiros era apenas de duas pessoas. Existiam, na época, 129 domicílios, dos quais 127 com iluminação elétrica e 61 com água encanada.

PARTICIPAÇÃO DO BRASIL NAS FORÇAS DA ONU DESTACADAS PARA O ORIENTE MÉDIO

Depois de intensa expectativa e de sucessivas transferências de data de embarque partiu, afinal, em navio de nossa Marinha, com destino ao Oriente Médio, o III/2. RI — contingente brasileiro organizado especialmente para integrar a Força Internacional de Emergência da ONU, incumbida de policiar a área conflagrada do Canal de Suez.

Tal missão, essencialmente de preservação da paz, se reveste, como é fácil perceber, de capital importância para os destinos do mundo civilizado.

A demora inicial da resposta de nosso Governo ao apelo da ONU, que suscitou tantas críticas, foi motivada, principalmente, pelas discussões originadas no Congresso para aprovar a autorização do envio de tropas. Afora os debates em torno do projeto apresentado, que recebeu um sem número de emendas — todas rejeitadas posteriormente —, cuidou ainda o Legislativo, de votar as normas para a remessa de tropas para o exterior.

NOVOS VALORES DA ETAPA PARA ESTE ANO

DISTRITO FEDERAL, ESPÍRITO SANTO E ESTADO DO RIO

Foram aprovadas pelo Presidente da República as tabelas de fixação dos valores da etapa e de suas modalidades, das Forças Armadas para 1957. Passarão a vigorar a partir de 1 de janeiro corrente. Distrito Federal, Espírito Santo e Rio de Janeiro obedecerão às seguintes tabelas: de subsistência, Cr\$ 40,50; de rancho, Cr\$ 13,50. Soma, Cr\$ 54,00, de acordo com o art. 91 do C.V.V.M. Distrito Federal, Espírito Santo e Rio de Janeiro, de acordo com o art. 96 do C.V.V.M., de subsistência, Cr\$ 40,50; de rancho, Cr\$ 20,30. Soma, Cr\$ 60,80. Parágrafo único do art. 96, do mesmo Código: Distrito Federal, Espírito Santo e Rio de Janeiro, de subsistência, Cr\$ 40,50; de rancho, Cr\$ 30,50. Soma,

Cr\$ 71,00. Foi mantida, em 1957, a tabela qualitativo-quantitativo que se encontrava em vigor em 1956, sendo que o toucinho, considerado gênero de substituição, somente será fornecido quando não for distribuída banha ou gordura vegetal. O valor da etapa suplementar no país é igual ao fixado para a etapa comum em cada Estado, Território ou localidade e é sempre pago em seu valor simples. As expressões rancho próprio e rancho organizado são equivalentes e não há como distingui-las para efeito do custeio das despesas com alimentação. A expressão etapa comum é sinônimo de etapa e equivale a "importância em dinheiro correspondente ao custeio da ração comum ao local" (art. 93 do C.V.V.M.). O asilado quando internado em organização hospitalar, terá direito à alimentação por conta do Estado.

AS GRANJAS DO EXÉRCITO

ALGUNS DADOS RELATIVOS AO ANO DE 1955

Há no Exército 143 granjas organizadas nos Corpos de Tropa e Estabelecimentos.

A avicultura está representada por 45.000 galinhas que produziram 30.128 dúzias de ovos e deram 24.270 kg de carne de frangos.

As pocilgas abrigam 12.272 porcos que deram 97.343 kg de carne e banha. Há 2.268 vacas que forneceram 336.888 kg de leite e 186.276 kg de carne dos novilhos abatidos, 259 colmeias produziram 689 kg de mel. As hortas forneceram 799.000 kg de hortaliças.

Há 2.273.000 árvores frutíferas que deram 69.000 dúzias de frutas.

A área coberta de forrageiras é de 122 Ha.

No reflorestamento foram plantadas 1.800.000 árvores. O valor total da produção foi de Cr\$ 10.410.000,00. Estima-se que a produção de 1950 tenha aumentado de 30 %, menos no reflorestamento que foi superior ainda.

BRASILIANAS

● Três Estados brasileiros produzem carvão mineral

RENDIMENTO DAS MINAS E SEU VALOR

A produção brasileira de carvão mineral procede do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná. No primeiro, situam-se as minas de São Jerônimo e Butiá, as quais, em 1955, contribuíram com 931.614 toneladas; no segundo figuram as minas de Criciúma, Urussanga e Itaipava, que apresentaram 1.263.637 toneladas; no Paraná, o produto provém de Cabriúva e Ibiti, com o total de 68.054 toneladas. Nos referidos Estados funcionam 33 empresas, sendo quatro no Paraná, 27 em Santa Catarina e duas no Rio Grande do Sul. Reunidas, essas organizações produziram, em 1955, o montante de 2.268.305 toneladas de carvão, no valor de Cruzeiros 669.083.551,00. Por empresas, os maiores índices pertencem ao "Cadem" — São Jerônimo e Butiá, Cia. Siderúrgica Nacional, Cia. Carbonífera Metropolitana, Sociedade Próspera S.A. e Cia. Nacional de Mineração do Carvão de Barro.

Em conformidade com o Serviço de Estatística da Produção, a produção nacional de carvão era inferior a um milhão de toneladas até 1938; a partir daquele ano, registrou-se aumento de volume — 1.336.301 toneladas, em 1940; 1.774.631 em 1942; 2.024.999 em 1948 e volumes inferiores nos anos de 1950-52. A partir de 1953, os índices subiram novamente, sendo o máximo até agora registrado relativo a 1955, com 2.268.305 toneladas.

● Importação de cimento

Cresce de maneira animadora a produção do cimento nacional. Com esse esforço do parque industrial brasileiro, declina a importação do produto estrangeiro e o país faz apreciação econômica de divisas.

A participação do cimento estrangeiro que vinha mantendo um ritmo de 34 % no consumo nacional, baixou, em 1954, a 11,95 %, cifra que caiu mais ainda em 1955, e deverá declinar, sem dúvida, nos anos seguintes. Deve-se isso à expansão da produção nacional e à instalação e reequipamento dos estabelecimentos fabris que exploram essa importante indústria.

Em 1955, entraram no mercado brasileiro 239.418 toneladas de cimento estrangeiro, no valor de 6,3 milhões de dólares. Essa cifra denuncia bem o quanto vêm declinando as importações desse produto, pois que, em 1953, compramos no exterior quase um milhão de toneladas, no valor de 30 milhões de dólares.

A nossa capacidade de produção continua se ampliando. E isso de tal forma que, dentro em pouco, estará o país, graças ao desenvolvimento de seu parque industrial, em condições de atender ao consumo interno, livrando-se assim das importações do produto estrangeiro. Aliás, recentemente, o órgão oficial do Sindicato Nacional da Indústria de Cimento, referindo-se ao incremento da nossa produção, assim se referia à realidade: "Percebe-se, prontamente, a existência de um saldo positivo superior a 500 mil toneladas, ou seja, dez milhões de sacos, significando isso que o país está em condições de abastecer o

mercado interno com larga margem de folga, podendo, inclusive, cuidar de exportar os excedentes da produção".

Essa a situação alcançada pela indústria de cimento no Brasil, onde mais de quinze fábricas caminham para uma produção total de três milhões de toneladas.

● Conclusão das hidrelétricas de Macabu e Carangola

O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico aprovou a concessão de vultoso empréstimo ao Estado do Rio para a conclusão das obras de Macabu e Carangola, empreendimentos hidrelétricos de grande importância para a economia fluminense.

O plano de empréstimos aprovado na última reunião do B.N.D.E., compreende duas partes, a primeira delas no valor de 240 milhões de cruzeiros e a segunda montando em três milhões e 500 mil dólares, num total, portanto, de 400 milhões de cruzeiros.

● A importância do novo centro brasileiro de minério de manganês

Citando um despacho de seu correspondente no Rio de Janeiro, o "New York Times" declarou que, se abriu nas selvas da Amazônia, perto da linha equatorial, no Território do Amapá, um dos mais importantes centros mineiros de manganês.

As minas de manganês da Serra do Navio, os 193 quilômetros de ferrovia em bitola larga através da selva, até o Rio Amazonas, e o novo porto de minério de Santana, em Macapá, capital do Território do Amapá, são realizações da "United States — Brazilian Corporation".

A "Bethlehem Steel Company" tem 49 por cento do capital da corporação conjunta, sendo os restantes 51 por cento de propriedade de companhias brasileiras.

O Banco de Exportação e Importação dos Estados Unidos concedeu um empréstimo de 67 milhões de dólares para o referido projeto.

Assinalando que o manganês é um dos principais componentes na fabricação do aço, o "Times" disse que, depois que a União Soviética suspendeu as exportações e venda de manganês para os Estados Unidos, ao término da Segunda Guerra Mundial, o governo dos Estados Unidos procurou obter este importante material no Novo Mundo, e, como resultado desta política, foi concedido o empréstimo à citada companhia conjunta.

O manganês produzido nas minas do Amapá é um dos mais puros do mundo. Ao que se acredita as reservas de manganês do Amapá são de 11 milhões de toneladas.

Espera-se, além disso, que novas minas nas proximidades de Corumbá, no Estado de Mato Grosso, onde a "United States Steel Company" tem uma concessão, sejam postas em funcionamento, dentro de pouco tempo.

● Já vendida quase toda a produção de minério de 1957

CONTRATOU A COMPANHIA VALE DO RIO DOCE A ENTREGA DE DOIS MILHÕES E QUATROCENTAS MIL TONELADAS — PREÇO SATISFATÓRIO — PROGRAMA DE REABILITAÇÃO

A Companhia Vale do Rio Doce já vendeu a um preço médio de quatorze dólares e meio, dois milhões e quatrocentas mil toneladas de minério de ferro, que representam a quase totalidade da produção prevista para 1957. Com essa declaração, o engenheiro Francisco Sá Lessa iniciou uma palestra ao microfone do programa "A Voz do Brasil", sobre o desenvolvimento da empresa que preside.

O Sr. Sá Lessa acaba de regressar da sua viagem anual aos mercados consumidores de minério da Europa e América do Norte, onde foi discutir preços, quantidades e condições de fornecimento do nosso minério. E declarou que o preço obtido — embora inferior ao da quadra excepcional de 1952 — permite à Companhia prosseguir no programa de recuperação empreendido.

● Aumentou a produção de aço em lingotes

A produção brasileira de aço em lingotes, de janeiro a setembro de 1956, acusou sensível aumento em confronto com o igual período de 1955, ou sejam 995.721 toneladas, no valor de Cr\$ 3.235.172.000,00 contra 840.846, no valor de Cruzeiros 2.245.153.000,00. O aumento de valor verificado é bastante expressivo; em face do volume global de 1955 é inferior apenas em 112

milhões de cruzeiros, ou sejam Cr\$ 3.235.172.000,00 contra Cruzeiros 3.347.918.000,00. No que concerne à quantidade, é igualmente expressivo o aumento registrado a partir de 1950: naquele ano o total atingia 788.557 toneladas; em 1952 passava para 893.329 e em 1954 subia para 1.148.322 toneladas. O aço em lingotes — informa o Serviço de Estatística da Produção, do Ministério da Agricultura — é produzido pelos Estados do Rio de Janeiro, Minas Gerais, São Paulo, Rio Grande do Sul e Pernambuco.

● Indústria da eletricidade

POTÊNCIA DAS USINAS GERADORAS, NO BRASIL, SEGUNDO A ORIGEM EM 31 DE DEZEMBRO — DADOS EM KW

ANOS	Térmica	Hidráulica	Total
1889	3.143	1.475	4.618
1900	4.585	5.500	12.085
1910	21.094	137.894	159.880
1920	77.825	279.378	357.203
1930	128.625	618.476	747.101
1940	234.541	1.609.346	1.243.877
1945	217.540	1.101.879	1.319.419
1946	218.720	1.145.836	1.364.556
1947	237.738	1.248.406	1.486.144
1948	291.789	1.333.546	1.625.335
1949	304.331	1.430.960	1.735.291
1950	346.830	1.525.670	1.882.500
1951	355.190	1.584.756	1.939.946
1952	386.822	1.597.979	1.984.801
1953	418.204	1.686.651	2.104.855
1954	640.646	2.167.532	2.807.578
1955	656.282	2.409.272	3.065.554

FONTE — Divisão de Águas, do Departamento Nacional da Produção Mineral.

"A DEFESA NACIONAL" recomenda a seus leitores, pela excelência dos seus produtos que podem oferecer e pela aprimorada organização com que se apresentam, além das anunciadas noutros locais desta Revista, mais as seguintes Casas ou Firmsas :

COMPANHIA AGRICOLA INDUSTRIAL MAGALHAES — Praça Pio X, 98-7º — S-704 — Rio de Janeiro.

FABRICA DE CAIXAS DE FERRO PARA ELETRICIDADE — H. MONKEN & CIA. LTDA — Rua Bráulio Cordeiro, 563 — Rio de Janeiro.

CIA. HARKSON INDUSTRIAL E COMÉRCIO KIBON — Rua Visconde de Niterói, 1.364 — Rio de Janeiro.

CASA BALNEARIO — Laticínios, Cereais, Doces, Conservas, Massas, Biscoitos e Cereais finos — Rua Gerson Ferreira, n. 191-B — Ramos Rio de Janeiro.

E. R. SCHEID — Papelaria, Tipografia, Carimbos de Borracha e Material de Desenho — Fornecedor dos Ministérios Militares — Av. Presidente Vargas, 529-s/1211 — Tel. : 23-4830.

PNEUS GENERAL S. A. — Matriz : Rio, Av. Presidente Wilson, 165, 9º andar — Tel. 42-4092 — Filiais : Rio, Av. Brasil, 555 — Telefone 28-4135 — São Paulo : Rua Bento Freitas, 146-150 — Telefone 34-4699 — Curitiba : Av. 7 de Setembro, 1927-1941 — Distribuidores : Belo Horizonte — Pneumasa — Pneus, Máquinas e Acessórios S. A. — Av. Olegário Maciel, 484 — Tel. 2-4731 — Porto Alegre : Cronwood S. A. — Rua Garibaldi, 664 — Tel. 6150 — Salvador : Simtral — Sociedade Importadora de Máquinas, Tratores e Acessórios Ltda. — Av. Frederico Pontes, 120 — Tel. 6014 — Caixa Postal 720 — Agentes Depositários — Recife : Denis Paredes & Cia. — Av. Guararapes, 154, 5º andar — Tels. 6985 e 7875 — Caixa Postal 469.

SOARES PORTELLA & MAGALHÃES LTDA. — Apetrechos para laboratórios etc — Rua Dr. Nunes n. 220 — Tel. 30-0155 — Pedro Ernesto — antiga Olaria.

GINÁSIO BRASIL — Rua São Clemente n. 295 — Tel. 46-9208 — Botafogo.

GINÁSIO JOSÉ BONIFÁCIO — Jardim de Infância — Primário — Admissão Ginásial — Instituto de Educação — Pedro II — Carmela Dutra e Colégio Militar — Rua Bambina n. 146 — Tel. 26-4224 — Botafogo.

OFICINA TÉCNICA DE RADIADORES LTDA. — Reformas, limpezas e remodelagens de radiadores em geral — Rua Dona Isabel, 71 C e D (Praça das Nações — Bonsucesso) — Tel. 30-6842.

LABORATÓRIO TÉCNICO DENTÁRIO CASTRO — (Ed. Rio Branco) — Avenida Rio Branco, 257, Salas 911-912 — Alberto Castro — Rio de Janeiro — Telefones 52-0569, 52-7425 e 42-2598.

- FABRICA DE SACOS DE PAPEL** — Artigos escolares e para escritórios — Papéis em geral — Barbantes — Caixa Postal n. 4538 — End. teleg. "JOMECRI" — Jorge, Mendes & Cia. — Fábrica: Rua 29 de Julho, 220 — Depósito: Rua Flávia Farnese, 120 — Escritório e loja: Praça 11 de Junho, 203-A — Tel. 52-2094 — Rio de Janeiro.
- LATICÍNIO CRISTAL** — M. Pereira Coronha & Cia. — Rua São Francisco Xavier, 176 — Tel. 28-2616 — Distrito Federal.
- GRAFICA ARTECOR LTDA.** — Tricômias — Policrômias — Rua Flack n. 138 — Tel. 29-5689 — Rio de Janeiro.
- RADIO TÉCNICA ATLAS** — F. Perroni — Acessórios para rádios — Travessa Rodrigues Marques, 127, Bangu — Tel. 448 — Rio de Janeiro.
- A METALÚRGICA FEDERAL** — Fundação de Metal e Bronze — Rua Alfredo Dolabela Portela n. 89 — Tel. 43-2010 — Rio de Janeiro.
- "DILAMI" DISTRIBUIDORA NACIONAL DE LAMINADOS S. A.** — End. tel. "Dilaminos" — Rua Camerino n. 87 — Tel. 52-2174 — Rio de Janeiro.
- SOCIEDADE ARMAZENADORA E COMERCIAL ATLANTICO LTDA. TRANSPORTES URBANOS** — Armazenagens de mercadorias em geral — Rua Santana n. 21 — Tel. 43-2768 — Rio de Janeiro.
- MACHADO CARNEIRO S. A. INDUSTRIA E COMERCIO** — Madeiras e Materiais de Construção — Cereais — Xarque — Manteiga — Produtos químicos — Rua do Acre n. 90, 7º — Tel. 43-2482 — Rio de Janeiro.
- FABRICA DE CALÇADOS CORCOVADO** — Indústria brasileira — Del-fim, Madeira & Cia. Ltda. — Rua Antunes Maciel n. 81 — Telefone 28-3706 — Rio de Janeiro.
- ARTHUR VIANA CIA. DE MATERIAIS AGRICOLAS** — Adubos e Produtos para lavoura — Telhas "Ondalit" — Avenida Graça Aranha n. 226 — Salas 1113 e 1117 — Caixa Postal 3572 — End. tel. "Salitre" — Fones: 22-2531 e 42-7848 — Distrito Federal.
- "SEISA" EXPORTAÇÃO E IMPORTAÇÃO** — Máquinas e Motores — Rua dos Inválidos, 194 — Rio de Janeiro.
- JORGE MAENDES & CIA.** — Papelaria em geral — Praça 11 de Julho, 203-A-loja — Rio de Janeiro.
- NOTRE DAME DE PARIS** — Modas e Tecidos em Geral — Largo de São Francisco, 18 — Rio de Janeiro.
- "ATLAS COMERCIAL" EQUIPAMENTOS E MATERIAIS LTDA.** — Escritório: Av. Almirante Barroso, 72-13º And. — Tel.: 22-9981 — Rio de Janeiro.
- LABORATÓRIO J. AUBRYL LTDA.** — Rua Prudente de Moraes, 1.420 — Ipanema — Rio de Janeiro.
- GUSTAVO VEIGA & CIA.** — Rua dos Andradas, 72-Loja — Rio de Janeiro.
- IMPORTADORA UNIVERSAL LTDA.** — Rua Sacadura Cabral, 55 — Rio de Janeiro.
- HOTEL EXCELSIO** — Av. N.S. de Copacabana, 1.800 — Rio de Janeiro.

- S/A MARTINELLI** — Av. Rio Branco, 26-B — Loja — Rio de Janeiro.
- FABRICA DE BEBIDAS DAMIERI** — Rua Senador Alencar, 143 — Rio de Janeiro.
- LABORATÓRIOS DOCTA-FADIS LTDA** — Rua Maxwell, 452 — Rio de Janeiro.
- O INICIO DO LAR** — Móveis em geral — Rua Ibiapina, 319 — Rio de Janeiro — Distrito Federal.
- REFINARIA PIEDADE S/A** — Rua Assis Carneiro, 80 — Rio de Janeiro — Distrito Federal.
- "MAGALHAES SUCUPIRA & CIA. LTDA."** — Tecidos. Fardamentos. Esportes e Campanha — Rua São Bento, n. 7 — Telefones 23-4016 e 23-6216 — Caixa Postal — 1966 — Rio de Janeiro.
- "FERRAGENS SÃO PEDRO LTDA."** — Importadores — Ferragens. Ferramentas. Tintas. Oficinas especializadas na execução de qualquer tipo de chaves e concertos de fechaduras "Yale", tipo "Yale" e para automóveis — Av. Presidente Vargas, 710 — Rio de Janeiro.
- "MAGALHAES SUCUPIRA & CIA. LTDA."** — Tecidos. Fardamentos. Esportes e Campanha — Rua São Bento n. 7 — Telefones: 23-4016 e 23-6216 — Caixa Postal: 1966 — Rio de Janeiro.
- HELIOSAS S/A COMÉRCIO E INDÚSTRIA** — Escritório: Av. Graça Aranha, 19-11º and. — Tels.: 42-2717 e 42-1447 — Pedidos de Gás. pelos Tels.: 42-1867 e 42-3568 — Depósito: Rua Viúva Cláudio, 215 — Jacarézinho — Tel.: 29-2616 — Rio de Janeiro — Brasil.
- COMPANHIA FARMACÊUTICA BRASILEIRA** — Vicente Amato Sobrinho — Matriz: São Paulo — Filial: Rua Senador Dantas n. 48 — Rio de Janeiro — Tels.: 42-0335 e 42-1316.
- ALBERTO GUEDES DA SILVA** — Fábrica de pratarias — Artefatos de jacarandá com aplicações em prata — Rua Professora Ester de Melo, 7d — Benfica — Tel.: 48-3156 — End. Teleg. "Praguedes" — Rio — Patente de Registro 108.446 — Importação — Exportação.
- CASA SANTO ANTONIO** — Cardoso, Matos & Cia. Ltda. — Rua Dr. Oliveira Botelho, 1700 — Tel.: 5961 (Em frente à Estação da Maricá) — Neves — São Gonçalo — E. do Rio — Filial: Rua Conceição, 103 — Niterói — Estado do Rio.
- REMINGTON RAND DO BRASIL S.A. (CASA PRATT)** — Máquinas de escrever. Máquinas de calcular. Máquinas tabuladoras. Arquivos e Fichários — Rua Buenos Aires, 283 — Rio de Janeiro.
- CORRETOR DE FUNDOS PÚBLICOS — IRMAOS LIPS DA CRUZ** — Rua da Candelária, 9-4º, S/401 a 403 — Tel.: 23-1001 — Enderço Telegráfico "Gelips e Stock".
- CERVEJARIA MAURIN** — Rua Barão Iguatemi, 405 — Tel.: 28-2706 — Rio de Janeiro.
- CHINDLER, ADLER & CIA. "CHEVROLET"** — Filial de Copacabana: Automóveis, Acessórios e Oficinas — Av. Princesa Isabel, 88 — Tels.: 37-3147 e 37-2135 — Rio de Janeiro.
- EMPRESA COMERCIAL IMPORTADORA LTDA.** — Rua Araujo Porto Alegre, 70-8º, Sala 806 — End. Teleg. "Ecil" — Tels.: 42-9460 e 42-9649 — Rio de Janeiro.
- FABRICA DE TECIDOS CONFIANÇA** — Rua Artidoro Costa, 67 — Tels.: 38-4440 — Rio de Janeiro.

- MATHEIS TEXTEIS CIA.** — Rua Beneditinos, 17-2º And. — Telefone 43-2860 — Rio de Janeiro.
- S/A MOINHO SANTISTA INDÚSTRIAS GERAIS** — Rua Teófilo Otttoni, n. 15-5º and. — Rio de Janeiro.
- MESBLA S/A** — Rua do Passeio, 42 a 46 — Tel.: 22-7720 — Rio de Janeiro — Distrito Federal.
- CASAS DAS CORTINAS LTDA.** — Rua Riachuelo, 23 a 25 — Telefone 42-7872 — Rio de Janeiro — Distrito Federal.
- COMPANHIA AUTOCARROCARIAS CERMVA** — Fábrica e Escritório: Rua Cel. Almeida, 53 — Piedade — Tel.: 49-8068 — Rio de Janeiro.
- A EXPOSIÇÃO MODAS S/A** — Escritório — Av. 13 de Maio, 23-2º and. — Tel.: 32-6060 — Rio de Janeiro.
- COMPANHIA DOCAS DA BAHIA** — Av. Beira-Mar, 262-4º and. — Tel.: 52-7022 — End. Teleg.: "DOCBA" — Rio de Janeiro.
- BANCO FRANCÊS E BRASILEIRO S/A** — Praça Pio X, 54-A — Telefone 52-2170 — Correspondente do Credit Lyonnais — Rio de Janeiro.
- COMPANHIA UNIVERSAL DE FÓSFOROS** — Fósforos de Propaganda, Brindes e Fantasia — Escritório: Av. Rio Branco, 81-20º and. — Tel.: 23-5870.
- "HOOS" MÁQUINAS MOTORES LTDA.** — Av. Rio Branco, 25-16º and. — Tel.: 43-3510 — Rio de Janeiro.
- LOWNDES & SONS, LTDA.** — Administradores de bens; Corretores de Imóveis e Seguros — Escritório — Av. Pres. Vargas, 290-1º and. — Telefone 43-0905 — Rio de Janeiro.
- COMPANHIA IMOBILIÁRIA KOSMOS** — Rua do Carmo, 27-A, Telefone: 52-8010 — Rio de Janeiro.
- COLÉGIO ANGLO AMERICANO** — Praia de Botafogo, 374 — Telefone: 26-1321 — Rio de Janeiro.
- "E.T.E.C." — EMPRESA DE TERRAPLENAGEM ENGENHARIA** — Av. Nilo Peçanha, 12-5º S/526 — Rio de Janeiro.
- BACOREP S.A.** — Av. Rio Branco, 81-21º And. — Rio de Janeiro.
- COMPANHIA DEODORO INDUSTRIAL** — Av. Rio Branco, 26-7º And. — Rio de Janeiro.
- "S.O.M.T." — SOCIEDADE COMÉRCIO E INDÚSTRIA DE METAIS LTDA.** — Av. Graça Aranha, 226-10º, S/1017 — Rio de Janeiro.
- SINDICATO DOS ESTIVADORES DO RIO DE JANEIRO** — Rua Antônio Lage, 42-3º And. — Rio de Janeiro — Distrito Federal.
- ALFAIATARIA COLUMBIA** — Aceita-se cortes à feição — Rua Miguel de Frias, 48 — Tel.: 28-2741 — Ponta dos Marinheiros — Rio de Janeiro.
- ALIANÇA DA BAHIA CAPITALIZAÇÃO S/A** — Capital Realizado Cr\$ 2.000.000,00 — Sede social — Bahia — Agência geral no Rio de Janeiro — Av. Pres. Vargas, 642 — Tel.: 52-2108.
- E.G. FONTES & CIA.** — Av. Nilo Peçanha, 12-9º, S/901 e 903 — Rio de Janeiro.
- IPAMA IMPORTADORA PRODUTOS DE AÇOS, MADEIRAS, LTDA.** — Av. Franklin Roosevelt, 115 — Grupo 1101 — Tel.: 32-3335 — Material ferroviário — Madeiras e Esquadrias.

- COMPANHIA FIAÇÃO TECIDOS "COVILHA"** — Casemiras finas de pura lã — Fábrica: Rua Garibaldi, 169 a 187 — Caixa Postal, 1833 — Rio de Janeiro.
- BANCO DA PREFEITURA DO DISTRITO FEDERAL** — Matriz: Avenida Rio Branco 39/41 — Tel.: 43-4885 — Filial: Avenida Nilo Peçanha, 12 — Tel.: 52-6122 — Agências: Campo Grande — Av. Cezário de Melo, 1.188-b — Tel.: CGR 648 — Madureira — Travessa Alice de Freitas, 43-A — Tel.: MHS 1022 — Jacarepaguá: Av. Geremario Dantas, 56 — Tel.: JPA 453 — Meyer: Rua Frederico Meyer, 22 — Tel.: 29-7915 — Penha: Rua Custódio de Melo, 81-A — Tel.: 30-5311.
- COMPANHIA CARNASCIALI INDÚSTRIA E COMÉRCIO** — Avenida Beira Mar, 200-1º And. S/201 — Rio de Janeiro.
- COMPANHIA CERVEJARIA BRAHMA** — Rua Marquês de Sapucaí, 200 e José Higino, 115 — Rio de Janeiro — Filiais em São Paulo, Curitiba, Porto Alegre, Passo Fundo, Belo Horizonte, Bahia e Recife.
- "MAGALHAES SUCUPIRA & CIA. LTDA."** — Tecidos, Fardamentos, Esportes e Campanha — Rua São Bento, 7 — Telefones: 23-4016 e 23-6216 — Caixa Postal — 1966 — Rio de Janeiro.
- "FERRAGENS SÃO PEDRO LTDA."** — Importadores — Ferragens, Ferramentas, Tintas, Oficinas especializadas na execução de qualquer tipo de chaves e consertos de fechaduras "YALE", tipo "Yale" e para automóveis — Av. Presidente Vargas, 710 — Rio de Janeiro.
- "USINAS BARCELOS"** — E. do Rio.
- COMPANHIA AGRÍCOLA INDUSTRIAL MAGALHAES** — Praça Pio X, 98-7º — S-704 — Rio de Janeiro.
- FABRICA DE CAIXAS DE FERRO PARA ELETRICIDADE** — H. MONKEN & CIA. LTDA. — Rua Bráulio Cordeiro, 563 — Rio de Janeiro.
- CIA. HARKSON INDUSTRIAL E COMÉRCIO KIBON** — Rua Visconde de Niterói, 1364 — Rio de Janeiro.
- CASA BALNEÁRIO** — Laticínios, Cereais, Doces, Conservas, Massas, Biscoitos e Cereais finos — Rua Gerson Ferreira, 191-B — Ramos — Rio de Janeiro.
- E. R. SCHEID** — Papelaria, Tipografia, Carimbos de Borracha e Material de Desenho — Fornecedor dos Ministérios Militares — Av. Presidente Vargas 529-S/1211 — Tel.: 23-4830.
- "FERRAGENS SÃO PEDRO LTDA."** — Importadores — Ferragens, Ferramentas e Tintas — Av. Presidente Vargas, 716 — Rio de Janeiro.
- FABRICA DE MÓVEIS IRMAOS UNIDOS** — Carpintaria e Marcenaria — CUNHA IRMÃO — Tel.: 32-1626 — Rua Júlio do Carmo, 112 e Rua Benedito Hipólito, 105/7.
- ALFAIATARIA BOTAFOGO** — Artigos finos para homem — JARBAS LISBOA — Rua São Clemente, 85 — Botafogo — Tel.: 26-2977.
- MARCNARIA ITAJAHY** — Caixas para vitrolas e móveis em geral — Rua Nóbrega, 163 — Niterói — Estado do Rio.
- ORGANIZAÇÕES OLIVEIROS** — Serviços de Carpintaria e Marcenaria — Esquadrias — Móveis em qualquer estilo — Armários imbutidos, etc. — E. VILLAS BOAS — Tel.: 42-7220.
- IMOBILIÁRIA ESTRELA DO BRASIL** — ZELMAN GAMIS — Rua João Vieira, 693 — Rio de Janeiro.

ATOS OFICIAIS

Decretos e Avisos, de interesse geral para o Exército, publicados durante o mês de dezembro de 1956 no "Diário Oficial"

AVISO N. 1.256 — DE 27 DE
NOVEMBRO DE 1956

Presta hoje o Exército, como de norma já por quatro lustros, sua homenagem de respeito e gratidão aos militares trucidados no cumprimento do dever, por ocasião da intentona comunista de 27 de novembro de 1935 e cujos nomes aqui são transcritos como nosso preito às suas virtudes cívicas:

Tenente-Coronel Misael de Mendonça;
Major Armando de Souza Mello;
Major João Ribeiro Pinheiro;
Capitão Geraldo de Oliveira;
Capitão Danilo Paladini;
Capitão Benedito Lopes Bragança;

1º Tenente José Sampaio Xavier;
2º Sargento José Bernardo Rosa;
2º Sargento Jaime Pantaleão de Moraes;

3º Sargento Coriolano Ferreira Santiago;

3º Sargento Abdiel Ribeiro dos Santos;

1º Cabo Luiz Augusto Pereira;
2º Cabo Alberto Bernardino de Aragão;

2º Cabo Pedro Maria Netto;
2º Cabo Fidelis Batista de Aguiar;

2º Cabo José Hermito de Sá;
2º Cabo Clodoaldo Ursulano;

2º Cabo Manoel Biré de Agrella;
2º Cabo Francisco Alves da Rocha;

Soldado Luiz Gonzaga;
Soldado Lino Vitor dos Santos;

Soldado João de Deus Araújo.

Tombaram uns sob ação traiçoeira na calada da noite e resis-

tiram outros até o supremo sacrifício, todos porém personificando, de maneira heróica a consciência do Exército em sua repulsa ao credo comunista, que anuindo as liberdades fundamentais ao homem, aviltava a personalidade, abala nos fundamentos a instituição da família e desintegra a concepção basilar da Pátria.

Os sentimentos de solidariedade humana e de respeito à dignidade do indivíduo, a crença nos valores espirituais inerentes à tradição brasileira de independência e de liberdade, são os elementos formadores da consciência do Exército. Essa alma coletiva, educada no culto da Pátria, não pode aceitar, nem quer admitir a nefasta ideologia comunista.

Através dessa formação cujas raízes se enseivam na tradição de nossa gente, consoante atestam os anais de nossa história, moldou-se indeformável a feição nacionalista de nosso povo e do Exército, que aceitando a inestimável cooperação do trabalho, do capital e da cultura alienígenas na construção de nossa civilização, não quer nem poderá tolerar sob quaisquer disfarces, a tutela política do País, a deformação moral do povo e a exploração econômica de nossa terra.

Esse nacionalismo sadio não significa uma restrita orientação partidária, nem apenas uma atitude política passageira, mas exprime em toda sua plenitude e de modo indeformável o sentimento de patriotismo que é a virtude por excelência que vitaliza as instituições militares.

Tivemos em 1935, tanto aqui, como alhures no Nordeste, a horrenda mostra do que seja, em verdade e fatos, o pesadelo comunista. A fria traição, a solécia na ação, o desprezo pela lei, o saque, a desonra dos lares, o achincalhe da fé, conquanto por dias, serviram à grande e para sempre para alertarem a consciência nacional estarrecida contra sua implantação na terra cristã de Santa Cruz.

E que seus processos não se modificaram, estamos hoje convictos, assistindo o martírio da milenar terra magiar, cujo heróico povo está sendo brutalmente sacrificado em sua liberdade, em sua honra, e usurpado no inalienável direito de reger sem influências estranhas, o seu próprio destino.

Dos acontecimentos nefastos de 1935, entretanto, uma lição e um exemplo perdurarão para sempre em nossa história: exemplo da capacidade de viril reação do povo brasileiro às doutrinas e processos de ação contrárias a seus princípios morais e à sua vocação para a liberdade e para a democracia; lição viva e forte para todos aqueles que por pressões, ardis ou por ações de força, tentem dominar nossa gente e apossar-se da terra que nasceu e perdurará para sempre brasileira.

No dia em que o Exército, como toda a Nação, rende Homenagem à memória dos que galhardamente defenderam com a vida a sobrevivência do Brasil, só uma atitude nos cabe: afirmar-lhes, numa oração, que o Exército não os esquece e que saberá, em qualquer tempo, seguir-lhes coeso e resolutos o exemplo viril — General Henrique Lott.

("Diário Oficial" n. 279, de 5-XII-56.)

AVISO N. 1.240 — DE 30 DE NOVEMBRO DE 1956

Exames de 2ª Época nos CPOR (Interpretação de artigos do R-166):

Tendo surgido dúvidas na interpretação dos arts. 93 e 107 do R-166, e de acordo com o que propõe o EME, declaro que o aluno do CPOR que obtiver conceito insuficiente na

Prova Prática de Comando, e, por conseguinte, considerado reprovado em todos os conjuntos, tem direito, de acordo com o art. 107, a prestar exame de 2ª época desses conjuntos desde que, submetido, previamente, a nova prova prática de comando, obtenha na mesma, conceito regular, bom ou muito bom.

Caso obtenha, outra vez, conceito insuficiente nesta segunda prova prática de Comando, será considerado, definitivamente, reprovado.

("Diário Oficial" n. 280, de 6-XII-56.)

* *

DECRETO N. 40.552 — DE 12 DE DEZEMBRO DE 1956

Aprova o Regulamento do Quadro Auxiliar de Administração criado pela Lei n. 2.750, de 4 de abril de 1956

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere a Constituição Federal, art. 87, inciso I, decreta:

Art. 1º. Fica aprovado o Regulamento do Quadro Auxiliar de Administração (QAA) que com este baixa, assinado pelo General-de-Exército Henrique Baptista Duffles Teixeira Lott, Ministro de Estado dos Negócios da Guerra.

Art. 2º. Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 12 de dezembro de 1956; 135º da Independência e 68º da República.

JUSCELINO KUBITSCHEK.

Henrique Lott.

("Diário Oficial" n. 293, de 21-XII-56.)

* *

DECRETO N. 40.613 — DE 27 DE DEZEMBRO DE 1956

Modifica o Regulamento da Lei de Promoções do Exército, aprovado pelo Decreto n. 39.344, de 11 de junho de 1956

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere a Constituição Federal, art. 87, inciso I, decreta:

Art. 1º. Ao art. 49 do Regulamento aprovado pelo Decreto nú-

mero 39.344, de 11 de junho de 1956, é acrescentado o seguinte:

§ 1º. Serão mantidos em Quadro de Acesso paralelo ao que for organizado para promoção por escolha, na forma do § 2º, do art. 39, da Lei n. 2.657-55, os Coronéis não incluídos no Quadro por qualquer motivo decorrente da aplicação da Lei n. 2.657-55 mas que tenham satisfeito até à data de entrada em vigor dessa Lei (18-VI-56) as condições estabelecidas no Estatuto anterior (Decreto-lei n. 5.625, de 28 de junho de 1943) para inclusão no Quadro de Acesso por escolha.

§ 2º. Até a completa absorção desses remanescentes pelo Quadro de Acesso por escolha organizado na forma da Lei n. 2.657-55 serão apresentados à consideração do Presidente da República em todas as promoções ao posto de General-de-Brigada, juntamente com a lista organizada de acordo com o art. 19, da Lei n. 2.657-55, a integra dos dois Quadros de Acesso em cada um dos quais deverão os respectivos integrantes ser colocados segundo a prioridade estabelecida pelo art. 51 da mesma Lei n. 2.657-55.

Art. 2º. Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 27 de dezembro de 1956; 135º da Independência e 68º da República.

JUSCELINO KUBITSCHER.
Henrique Lott.

("Diário Oficial" n. 297, de 27-XII-56.)

DECRETO N. 40.580 — DE 24 DE
DEZEMBRO DE 1956

Fixa o número de vagas para cota compulsória, no Ministério da Guerra

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 87, inciso I, da Constituição Federal, e tendo em vista o disposto no § 1º, do art. 17, da Lei n. 2.370, de 9 de dezembro de 1954, decreta:

Art. 1º. Fica fixado para o ano de 1958, no Ministério da Guerra, o número mínimo de vagas para os postos abaixo, dentro dos seguintes limites:

Generais-de-Divisão: 1/7 do respectivo quadro;

Generais-de-Brigada: 1/7 do respectivo quadro;

Coronéis das Armas e dos Serviços: 1/8 dos respectivos quadros.

Art. 2º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 24 de dezembro de 1956; 135º da Independência e 68º da República.

JUSCELINO KUBITSCHER.
Henrique Lott.

("Diário Oficial" n. 299, de 29-XII-56.)



Luiz (Dionísio)
PUBLICAÇÕES RECEBIDAS

"A Defesa Nacional" agradece as seguintes publicações recebidas durante o mês de janeiro do corrente ano :

a) Do exterior :

- Argentina — Revista Militar.
Bolívia — Revista Militar.
Espanha — "Ejército" — Revista ilustrada de las armas y servicios.
— "Revista de la oficialidad" (apêndice da Revista Ejército).
— "Guion" (Revista de los mandos subalternos).
França — Revue de Defense Nationale.
— Revue Militaire d'Information.
— Revue des Forces Aér. Franc.
Itália — Rivista Militare.
Portugal — Revista Militar.
— Revista da Cavalaria.
U. S. A. — Military Review.
— Rev. Aérea Latino-Americana.
Venezuela — Revista de las Fuerzas Armadas.

b) Nacionais :

- "Conjuntura Econômica", da Fund. Getúlio Vargas.
"Comércio Internacional", do Banco do Brasil.
"Digesto Econômico", da Assoc. Com. de S. Paulo.
"Militia", da Fôrça Pública do Est. de S. Paulo.
"Itamaraty" — Bol. de Inf. do Min. das Rel. Ext.
"Rev. Brasileira de Geografia", do I.B.G.E.
"Boletim de Informações", da Conf. Nac. de Ind.
"Rodovia" — Rev. Téc. de divulgação rodoviária.
"Revista do Club Militar".
"Revista do Cons. Nac. de Economia".
"Revista do Serviço Público".

A DEFESA NACIONAL

REVISTA DE ASSUNTOS MILITARES E ESTUDOS BRASILEIROS

FUNDADA EM 10-X-913

Endereço: Ministério da Guerra — 3º pavimento — Ala voltada para
Rua Visconde da Gávea — Caixa Postal, 17 — Telefone 43-0563
Rio de Janeiro — Brasil

*

PREÇOS

Assinatura anual	Cr\$ 100,00
Número avulso	Cr\$ 10,00

*

INFORMAÇÕES

A remessa da revista aos seus assinantes é feita mensalmente pelo Departamento dos Correios e Telégrafos e pelo Correo Aéreo Militar, sendo enviada diretamente ou por intermédio de representantes credenciados nos Corpos de Tropa, Estabelecimentos e Repartições.

Para facilidade de controle do serviço, a partir de janeiro de 1957, existirá uma forma de pagamento:

— assinatura anual de Cr\$ 100,00, paga no início de cada ano.

Os exemplares de assinantes que mudarem de endereço devem ser restituídos à redação, podendo também ser encaminhados ao destinatário pelos próprios representantes.

Os trabalhos enviados à Diretoria para fins de publicação devem ser dactilografados e assinados pelo autor, que deverá indicar também o respectivo endereço.

A Revista não se responsabiliza por idéias e opiniões contidas em artigos assinados.

A publicação desses artigos não significa, tampouco, solidariedade por parte da revista.

As opiniões da Diretoria serão expressas através do "Editorial" ou artigos da redação sempre em termos elevados e no plano dos altos interesses nacionais.

A Revista adota a ortografia constante do "Pequeno Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa", da Academia Brasileira de Letras, editado pela Imprensa Nacional em dezembro de 1943.

"A Defesa Nacional" considera altamente valioso o intercâmbio com as publicações congêneres nacionais e estrangeiras.

É permitida a reprodução total ou parcial dos artigos publicados em nossas páginas, desde que seja citada a fonte.

Só nos responsabilizamos por anônimos tratados por agentes autorizados pela Diretoria, cujas credenciais devem ser sistematicamente examinadas pelos assinantes.

COLABORAM NESTE NÚMERO:

Eng. Geonísio Carvalho Barroso.
Dr. J. Montenegro Magalhães.
Dr. J. Testa.
Gen. Estevão Leitão de Carvalho.
Gen. F. Paula Cidade.
Gen. Silveira de Mello.
Cel. Arold Ramos de Castro.
Ten.-Cel. de Galbert (França).
Capitão-de-Fragata Heliô Leônico.
Ten.-Cel. T. Villar de Aquino.
Maj. Jonas Correia Neto.
Maj. Méd. Dr. Nilson Nogueira da Silva.



É permitida a reprodução total ou parcial dos artigos publicados nesta Revista, desde que seja citada a fonte

Cr\$ 10,00

S. M. G.
IMPRENSA DO EXÉRCITO
RIO DE JANEIRO — 1957